



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALEX SANDRO NASCIMENTO DE SOUZA

**A cidade na fronteira: Expansão do comércio peruano
em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil**

Manaus-AM
Abril de 2014



ALEX SANDRO NASCIMENTO DE SOUZA

**A cidade na fronteira: Expansão do comércio peruano
em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Amazonas
como requisito para obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

Manaus-AM

Abril de 2014

Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Souza, Alex Sandro Nascimento de

S729 A cidade na fronteira: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil / Alex Sandro Nascimento de Souza. - Manaus, 2014. 153f. il. color.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

1. Comércio - regulamentação 2. Contrabando
3. Amazonas – política comercial 4. Fronteira
I. Oliveira, José Aldemir de (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU2007 339.18(811.3)(043.3)

Dedicatória,

Aos meus pais Maria de Nazaré Ferreira do Nascimento e Antônio Xavier de Souza, pela vida e pelos exemplos de vida. A família minha fortaleza, e meu norte. Aos meus filhos que me fizeram amadurecer e enxergar a vida a partir de outras perspectivas. A querida e amável mãedrinha e ao eterno cunhado Aristélio Sabino de Oliveira.

Agradecimentos

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus;

Ao NEPECAB;

Ao PRONEX – FAPEAM;

A todos os amigos, familiares, que contribuíram de forma direta ou indireta na produção da dissertação, em pesquisa de campo e discussões relevantes;

A todos os professores desde o Ensino Fundamental, Médio, Graduação até os professores do Departamento de Pós-Graduação;

E com certeza ao amigo orientador José Aldemir de Oliveira.

A querida esposa que contribuiu incessantemente na pesquisa, confecção, organização, e que esteve presente nas longas madrugadas de produção textual;

Agradeço a todos, na certeza dos votos positivos em prol dessa nova fase de minha vida.

Resumo

Apresentar, tipificar e analisar as dinâmicas do comércio desenvolvido pelos imigrantes peruanos em Benjamin Constant é o foco geral desta dissertação. Um mercado composto por imigrantes de origem rural e urbana, no qual ganham suas vidas como comerciantes formais (hotalaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinhos, lojas de vestuário), comerciantes informais (pequenas tabernas de eletrônicos importados, bijuterias, brinquedos), e comerciantes subinformais (vendedores ambulantes, e comunidades agrícolas israelitas). Na cidade localizada no oeste do estado do Amazonas precisamente na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), identifica-se mercado transnacional no qual se conectam circuitos econômicos que articulam multiplicidades de espaços por meio de comerciantes e mercadorias que surgem da necessidade e ou da carência da população local por produtos e equipamentos urbanos em geral básicos para sobrevivência. Tratando-se de uma região que adquiriu lugar de destaque nos meios de comunicação, e nas agendas governamentais, como uma área de segurança nacional ou “zona de fronteira”, busca-se no presente trabalho produzir conhecimentos que discutam e que transcendam estas imagens sobre a fronteira. Delineia-se no primeiro capítulo o resgate da formação histórica da cidade, com o povoado de Remate de Males denotando em seu arcabouço as influências no âmbito religioso e do período gomífero amazônico, e posteriormente aborda-se sobre a expansão da cidade Benjamin Constant. No segundo capítulo se apresenta um levantamento sobre as questões que envolvem a migração dos peruanos na região, bem como a tipificação caracterizando o comércio peruano desenvolvido em Benjamin Constant. A análise da cidade de fronteira vai além do estigma do tráfico de drogas, da delinquência, do ilegal social e econômico, para tratar de formas de vida que se estabelecem no limite de diversas regulamentações de Estados-Nação, que se iniciam através dos intercâmbios comerciais e econômicos. No terceiro e último capítulo apresenta-se uma análise que reconhece práticas locais que evidenciam modos de vidas diferenciados, de um vivido esfacelado que se transforma no tempo e no espaço e concretizam espaços de relações culturais e sociais, visíveis no hibridismo dos idiomas, na culinária, na música, na religião, no lazer, ou seja, no cotidiano da vida ribeirinha amazônica que se contextualiza na cidade da fronteira.

Palavras-chave: Cidade na Amazônia, tríplice fronteira, comércio peruano, migração, Benjamin Constant.

Abstract

The point of this dissertation is to present, typify and analyze the dynamics of trade developed by Peruvian immigrants in Benjamin Constant. A market composed of rural and urban immigrants, in which they win lives as formal traders (hotel, restaurant, beauty salon, auto shops, grocery stores, clothing stores), informal traders (Imported electronic shops, Jewelry, toys), and sub-informal traders (peddlers and Israeli agricultural communities). Precisely in the triple border of Brazil, Peru, and Columbian, the western locale of the Amazon state, this self-identified, transnational market connects economic circuits that join multiple spaces through dealers and markets that arise from necessity or from lack of product supply and basic urban equipment for survival in general. Being a region that has acquired a prominent place in the media, and in the government's definition, as an area of national security or "border zone", it presently seeks to produce awareness and to discuss and transcend these images concerning the border. First chapter outlines the rescue of the historical formation of the city with the town of "Remate de Males" denoting in its framework influences in the religious sphere and Amazon Gomífero Period, and subsequently discusses about the expansion of the city, Benjamin Constant. The second chapter presents a survey of the issues involving the migration of Peruvians in the region, as well as the characterization featuring Peruvian trade developed in Benjamin Constant. The analysis of the city of border goes beyond the stigma of drug trafficking, delinquency, social and illegal economic, and deals with with the forms of living established within the limits of several regulations of nation states, beginning through exchanges commercial and economic. The third and final chapter presents an analysis that recognizes local practices that demonstrates different ways of life, of a shattered way of living that turns in time and space and illustrate cultural and social relations, visible hybridity of languages, in culinary arts, in music, religion, leisure, or in the everyday, Amazon-river life that contextualizes the frontier town.

Key Words: City in the Amazon, Triple Border, Peruvian Trade, Migration, Benjamin Constant

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. A CIDADE NA FRONTEIRA.....	18
1.1 A FORMAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA.....	22
1.2. A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	30
1.2.1. Do seringal de Remate de Males a Benjamin Constant no Brasil.....	30
1.2.2 O município distrital de Islândia-Peru.....	38
1.3. A EXPANSÃO DA CIDADE DE BENJAMIN CONSTANT.....	51
2. O COMÉRCIO PERUANO E A CIDADE DE BENJAMIN CONSTANT.....	59
2.1. A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO PERUANA.....	60
2.2. A ESPACIALIDADE DO COMÉRCIO PERUANO EM BENJAMIN CONSTANT.....	71
2.2.1. Expansão comercial em direção aos bairros.....	73
2.3. AS TIPOLOGIAS DO COMÉRCIO E AS SUAS DINÂMICAS.....	77
2.3.1. Comércio peruano subinformal.....	79
2.3.2. Comércio peruano informal.....	83
2.3.3. Comércio peruano formal.....	85
3. A CIDADE E AS DINÂMICAS ECONÔMICAS.....	89
3.1. A QUESTÃO AMBIENTAL E AS DINÂMICAS DO COMÉRCIO.....	92
3.2. OS CIRCUITOS COMERCIAIS, O LUGAR E O MUNDO.....	95
3.3. OS PERUANOS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESPACIALIDADES EM BENJAMIN CONSTANT.....	114
4. CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
APÊNDICE.....	148
ANEXO.....	152

Lista de figuras

Figura 1 - Municípios em faixa de fronteira do Brasil.....	23
Figura 2 - Localização da área de estudo.....	24
Figura 3 - Fronteira Peru/Brasil em 1910.....	32
Figura 4 - Remate de Males, 1910.....	33
Figura 5 - Igreja São Sebastião - Remate de Males.....	34
Figura 6 - Regatão rumo a Remate de Males.....	35
Figura 7 - Localização da cidade de Islândia.....	38
Figura 8 - Transporte fluvial de Islândia a Benjamin Constant.....	40
Figura 9 - Delineamento de flutuantes comerciais peruanos em frente à cidade de Benjamin Constant.....	41
Figura 10- Vista de Flutuantes peruanos na foz do rio Javari, a partir do flutuante das catraias de embarcações de Benjamin Constant.....	42
Figura 11 - Imagem de satélite das casas comerciais flutuantes peruanas em frente a Benjamin Constant.....	43
Figura 12 - Orla da cidade de Islândia (Peru).....	44
Figura 13 - Peixe seco e produtos agrícolas em Islândia.....	45
Figura 14 - Passarelas e residências de Islândia.....	46
Figura 15 - Prefeitura municipal de Islândia e construção de nova escola.....	47
Figura 16 - Interior de cassino em Islândia.....	48
Figura 17 - Lista de comidas típicas peruanas de restaurante em Islândia.....	49
Figura 18 - Banca de churrasco em Islândia.....	50
Figura 19 - Localização de Remate de males a Benjamin Constant.....	51
Figura 20 - Distribuição espacial urbana de Benjamin Constant.....	52
Figura 21 - Planta da cidade antiga de Benjamin Constant-AM, 1940.....	54
Figura 22 - Expansão urbana da cidade de Benjamin Constant-AM.....	55
Figura 23 - Barco fronteiras vivas em Islândia.....	69
Figura 24 - Espacialidade do comércio peruano na área central.....	75
Figura 25 - Localização do <i>shopping</i> dos peruanos.....	76
Figura 26 - Expansão dos comerciantes peruanos em direção aos bairros.....	77
Figura 27 - Embarcação do grupo agrícola israelita do vale do Javari.....	80
Figura 28 - Israelitas comercializando banana na área de acesso à feira de Benjamin Constant.....	81

Figura 29 - Comércio na balsa flutuante, ancoradouro de Benjamin Constant.	82
Figura 30 - Ambulantes na balsa flutuante, ancoradouro de Benjamin Constant.....	83
Figura 31 - Estabelecimento comercial peruano na Avenida Castelo Branco...	84
Figura 32 - Loja de moto peças.....	86
Figura 33 - Restaurante peruano em Benjamin Constant.....	87
Figura 34 - Tanques de piscicultura em perímetro urbano na cidade de Benjamin Constant.....	90
Figura 35 - Balsa carregada de tijolos para exportação.....	91
Figura 36 - Vitrine de loja de moto peças.....	96
Figura 37 - Mapa dos polos nacionais fornecedores de mercadorias para a cidade Benjamin Constant.....	97
Figura 38 - Variedades de mercadorias no comércio peruano e documentação de funcionamento.....	100
Figura 39 - Mercadorias oriundas de Manaus no porto de Benjamin Constant.....	102
Figura 40 - Bebidas de origem peruana.....	102
Figura 41 - Frutas e verduras oriundas do Chile e da Argentina em comércio peruano em Benjamin Constant.....	104
Figura 42 - Mapa do circuito das frutas e dos frutos do mar.....	105
Figura 43 - Mapa dos polos econômicos regionais.....	106
Figura 44 - Entrada de mercadorias de origem peruana em Benjamin Constant.....	107
Figura 45 - Desembarque de mercadorias oriundas de Islândia em Benjamin Constant.....	108
Figura 46 - Transportadores de cargas em motocarros e tabela de preços do transporte em Benjamin Constant.....	109
Figura 47 - Frota de veículos de carga particular em Benjamin Constant.....	110
Figura 48 - Transporte de mercadorias na área portuária de Benjamin Constant.....	111
Figura 49 - Entradas de mercadorias em Benjamin Constant.....	112
Figura 50 - Mapa rota de abastecimento dos comerciantes israelitas na tríplice fronteira.....	113

Figura 51 - Suínos embarcados em motocarro na área portuária de Benjamin Constant.....	116
Figura 52 - Canoas de produtores rurais locais atracadas em Benjamin Constant.....	117
Figura 53 - Área interna da feira municipal de Benjamin Constant.....	117
Figura 54 - Exposição de produtos agrícolas nas laterais da feira municipal de Benjamin Constant.....	118
Figura 55 - Croqui da trajetória do comércio de hortaliças realizado por peruanos nas imediações do mercado e feira do produtor em Benjamin Constant.....	119
Figura 56 - Exposição de pescado na saída do mercado municipal de Benjamin Constant.....	120
Figura 57 - Estabelecimentos comerciais peruanos na rua da bandeira em Benjamin Constant.....	121
Figura 58 - Croqui mancha comércio peruano em Benjamin Constant.....	122
Figura 59 - Croqui perímetro do incêndio ocorrido em 2009.....	123
Figura 60 - Croqui da espacialização do comércio peruano em contexto familiar.....	124
Figura 61 - Entrada da comunidade <i>Retama Kamatatsuri</i> em Benjamin Constant.....	129
Figura 62 - Habitação em comunidade israelita em Benjamin Constant.....	130
Figura 63 - Escola municipal no assentamento israelita em Benjamin Constant.....	131
Figura 64 - Cultivo de hortaliças no assentamento israelita em Benjamin Constant.....	132
Figura 65 - Criação de animais no assentamento israelita em Benjamin Constant.....	133
Figura 66 - Festa da municipalidade distrital em Islândia.....	135
Figura 67 - Transporte de estudantes peruanos de Benjamin Constant para estudar em Islândia.....	136
Figura 68 - Confraternização esportiva de atletas da tríplice fronteira em Atalaia do Norte.....	138

Lista de Tabelas e Quadros

Tabela 1: Imigrantes internacionais segundo local de nascimento na região Norte, entre 1990-2000.....	65
Tabela 2: Municípios de destino dos imigrantes peruanos na região Norte 1990-2000.....	66
Tabela 3: Atendimento a estrangeiros no hospital geral de Benjamin Constant no ano de 2012.....	70
Tabela 4: Estabelecimentos comerciais distribuídos nas vias centrais de Benjamin Constant-AM, no ano de 2013.....	72
Tabela 5: Estabelecimentos comerciais por origem no bairro de Coimbra, no ano de 2013.....	73
Tabela 6: Estabelecimentos comerciais por origem nos bairros do Umarizal e Javarizinho, no ano de 2013.....	74
Tabela 7: Principais produtos de venda nos estabelecimentos peruanos em Benjamin Constant, no período de 2012-2013.....	98
Tabela 8: Trajetória comercial de família peruana no período de 1970 a 2013 anos.....	99
Tabela 9: Principais produtos comercializados em Benjamin Constant, no período de 2012-2013.....	103
Quadro 1: Municípios brasileiros localizados em áreas de tríplice fronteira.....	24

Introdução

Estudar as cidades amazônicas remete pensar lugares que carregam em seu bojo diversidades e especificidades em diferentes escalas. Áreas que vão além do limite geográfico, da soberania restrita ou relativa de um país, ou atendem interesses em contextos geopolíticos, mas que também contém espacialidades produzidas a partir da vivência de seus moradores que muitas vezes são desprezadas por não fazerem parte da superestrutura, pois que inseridas na vivência de cada um. Isso decorre, de certo modo, por ter a Amazônia, em especial a Amazônia ribeirinha, ter saído de uma fase de esquecimento e entrou noutra em que todos falam dela, todos dão opinião sobre ela, porém preferencialmente à distância. Do romantismo, sobre as belezas naturais como se fosse um museu em que todos querem protegê-la, ao utilitarismo, em que tudo são recursos a serem explorados, produzindo riquezas.

Essa dissertação não se coloca nem num extremo nem noutra, ela parte da vivência na Amazônia para estudar Benjamin Constant uma cidade localizada no extremo oeste do estado do Amazonas, na denominada “tríplice fronteira” que engloba Brasil, Peru e Colômbia. A referida cidade pode ser classificada de acordo com a tipologia elaborada pelo Núcleo de Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), como uma cidade fronteira de responsabilidade territorial, pois desempenha papel importante na manutenção da rede urbana em escala diferenciada. Exercem função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e pequenas, aglomerados humanos dispersos nas margens dos rios ou conglomerados que têm a forma de cidade, embora não o sejam existentes no seu entorno. A cidade é o nóculo da rede de cidades do Alto Solimões que perpassa territórios indígenas, áreas ribeirinhas, cidades brasileiras e cidades peruanas.

Para além dessa tipologia as cidades de fronteira também devem ser consideradas como formas diferenciadas, pois exercem papel específico na relação com áreas para além do território nacional e constituindo-se como parte da rede de relações próprias de abrangência internacional.

Para o pesquisador da presente dissertação, a compreensão do processo de criação e expansão dessa cidade na fronteira amazônica, foi surgindo paulatinamente à medida que começara a estudar geografia noutra cidade de fronteira, Tabatinga. Na

época as opções de estudo eram restritas e optou por geografia na perspectiva de que poderia explicar as contradições da produção da cidade. Porém, a explicação da cidade a partir da migração peruana só surgiu depois.

Durante os períodos em que cresceu na cidade de Benjamin Constant e também viveu nas cidades do Alto Solimões (Atalaia do Norte, Tabatinga e Santo Antônio do Içá) percebeu e conviveu com o crescimento do comércio peruano principalmente em Benjamin Constant e Tabatinga. Na fase em que cursou a faculdade em Tabatinga (2002-2006), constituiu família e foi abençoado com dois filhos, sendo que em certo período um de seus filhos adoeceu e foi atendido por médicos peruanos que receitaram além de medicamentos um tratamento baseado numa alimentação de frutas e verduras ricas em ferro, os quais só conseguiam adquirir em preço acessível no comércio peruano. E ao refletir percebeu que suas vestimentas, calçados, objetos eletrônicos, tal qual de sua família e amigos eram oriundas desse comércio. Partindo desse pressuposto passou a vislumbrar um projeto sem muito nexo que trabalhasse esse tema: o comércio peruano em Benjamin Constant que foi tomando forma à medida que avançava a graduação e tomou forma de projeto de pesquisa quando veio para Manaus cursar mestrado e que resulta na presente dissertação.

A presente dissertação está organizada em três capítulos que tratam sobre a expansão do comércio realizado pelos peruanos na cidade de Benjamin Constant no Brasil. No capítulo 1, apresenta-se a descrição geral do cenário a ser estudado numa cidade na fronteira. A partir de levantamento teórico e de coleta de informações em instituições públicas municipais, estaduais, bem como a partir de relatos de antigos moradores reconstitui-se temporal e espacialmente a formação da cidade de Benjamin Constant, uma cidade amazônica com características peculiares que se formatam pela influência da dinâmica fronteira. Concomitante, descreve-se também a cidade de Islândia, que juntas formam o que se denomina de cidades pares, ou cidades gêmeas, as quais mantêm diversas relações econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, insere-se uma breve explanação sobre a expansão da malha urbana de Benjamin Constant e a influência dos imigrantes na atual configuração da referida cidade.

No capítulo 2, para melhor entendimento da presença dos comerciantes peruanos em Benjamin Constant utilizou-se levantamento bibliográfico, diálogo com antigos moradores e comerciantes peruanos, na tentativa de identificação, reconstituição dos períodos migratórios dos peruanos para a região e para a referida cidade. A partir de observações, registros de imagens, diálogos com comerciantes brasileiros e peruanos,

aplicação de formulários, caracterizou-se o comércio realizado pelos peruanos com elaboração de tipologia para melhor entendimento desse comércio que está em expansão e é predominante em Benjamin Constant.

No capítulo 3, tendo como pressuposto as considerações de Milton Santos sobre o circuito superior e inferior da economia apresenta-se uma análise da origem das mercadorias comercializadas pelos peruanos em Benjamin Constant, numa perspectiva que insere o lugar no mundo. E a partir das concepções de Lobato Corrêa insere-se o estudo desse comércio tendo como pressupostos a rede urbana Amazônica numa dinâmica de fronteira. No terceiro capítulo partindo de uma visão etnográfica dentro das categorias antropológicas discutidas pelo professor Magnani, busca-se uma aproximação da realidade e do cotidiano desse comércio, denotando as falas dos atores tanto dos comerciantes peruanos como dos comerciantes brasileiros e população em geral. Nessa perspectiva suscitam-se as considerações das multiterritorialidades de Haesbaert, para então traçar linhas gerais sobre a influência, que se dá inicialmente a partir de um contexto econômico, do comércio realizado pelos peruanos em Benjamin Constant, que se concretiza a partir de um hibridismo de famílias, idiomas, culinária, religião, música numa dinâmica de fronteira.

Toda a pesquisa está baseada na vivência de quem nasceu e se criou na cidade, na visão do nativo pesquisador. Mas só isso não basta é necessário estabelecer um rigoroso método de investigação que pressupõe considerar que na cidade de Benjamin Constant por sua posição estratégica localizada na tríplice fronteira comporta um conjunto coexistência de diferenças, de pluralidades que vão determinar modos de vida urbana que podem ser similares e ou diferentes a que convencionamos chamar de urbano em outros lugares do Brasil.

A trilha caminhada foi de entender as relações sociais que se concretizam no espaço e produzem conflitos não somente no sentido material, mas nas relações de poder e das práticas sociais que se projetam no território. Para tanto se utilizou de Henri Lefebvre (1991) que nos possibilitou articular a pesquisa em três momentos distintos e complementares: descrição do visível; a análise regressiva; e o reencontro com o presente. No primeiro se utilizou muito da experiência de vida do pesquisador para obter informações sobre a diversidade da cidade. No segundo se fez um esforço para recuperar as temporalidades pretéritas que não se encontram nas formas espaciais presentes, mas na lembrança de alguns moradores. Finalmente, o reencontro com o presente em que se tentou explicar espacialidades e temporalidades que resultam de

encontros e desencontros, pois que mediados por interesses de diferentes sujeitos sociais, gestores e funcionários públicos, órgãos de segurança, comerciantes brasileiros e peruanos, agricultores, populações indígenas.

A pesquisa buscou responder uma questão: de que a expansão do comércio peruano em Benjamin Constant se estabelece a partir de determinados pressupostos, o primeiro, a ausência, inadequação ou falta de continuidade de políticas públicas capazes de dinamizar economicamente o interior; o segundo pela adoção de políticas econômicas nacionais, demarcação de terras indígenas, políticas que não se preocupam ou que não se integram da realidade econômica da região.

Para responder essa questão e dada à relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, ou seja, estudar uma realidade quando nela se está inserido, optou-se ainda seguindo o ensinamento de Henri Lefebvre articular o pensamento a partir do “movimento da transdução”, (2001), entendido como um instrumento intelectual que pressupõe a realimentação incessante entre os conceitos utilizados e as observações empíricas. Elaborar um objeto teórico a partir de informações sobre a realidade. O que se buscou desde o início da pesquisa como estratégia foi à construção de uma explicação a partir de informações da realidade com a realimentação incessante entre os referenciais utilizados e as observações de campo (LEFEBVRE, 2001, p. 109).

Neste sentido o trabalho de campo foi fundamental para se compreender do melhor modo possível o comércio na cidade de Benjamin Constant. Para tanto foram realizados quatro trabalhos de campo.

No primeiro, no período de 23/06 a 02/07/2012, se fez um reconhecimento de área, não com olhar do morador, mas do pesquisador, que envolveu as primeiras apreensões sobre o comércio realizado pelos peruanos, uma espécie de etnografia da área de estudo. Nesse momento o predomínio da pesquisa esteve voltada para a dimensão da observação, do comportamento do comércio, das características físicas dos estabelecimentos, dos horários de funcionamento, dos serviços prestados, e dos tipos humanos envolvidos nesse mercado.

O segundo campo no período de 17/12/2012 a 04/01/2013 realizou-se a partir de uma visão mais acurada tendo como base o primeiro campo, as leituras e as orientações. Nesse sentido, o fator preponderante foi identificar as prováveis tipologias desse comércio, características peculiares, distribuição espacial, o que se obteve a partir de observações e diálogos com os comerciantes peruanos e com outros moradores de Benjamin Constant. Nesse período houve levantamento de dados em visitas a

instituições como Prefeituras Locais (Benjamin Constant e Islândia), Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant (UFAM), Universidade Nacional de Letícia (UNAL), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Associações Comerciais, sobre as serrarias e sua importância no contexto regional e municipal.

O terceiro campo realizado no período de 11 a 17/05/2013 houve a participação de outros pesquisadores do NEPECAB buscando-se informações sobre a lógica do funcionamento da cidade e da tríplice fronteira para tanto foi muito importante o intercâmbio entre Brasil e Peru com disponibilização de curso de geoprocessamento na cidade de Caballo Cocha, cidade peruana capital da Província de Mariscal Ramón Castilla, situada no Departamento de Loreto. O campo teve a coordenação e supervisão da professora Tatiana Schor. No âmbito da cidade produziu-se o formulário que foi aplicado junto aos comerciantes peruanos. Nesse sentido, obteve-se um olhar mais específico sobre o comércio peruano, como por exemplo, elaboração de tipologias, identificação de fluxos migratórios, trajetória migratória e comercial, redes de comércio, situação de legalidade, distribuição espacial dos comerciantes peruanos na área urbana.

O quarto campo teve a participação do orientador e foi realizado no período de 07/09/2013 a 15/09/2013, visando fazer o fechamento da pesquisa e especialmente compreender a dinâmica da circulação de mercadoria para o comércio peruano na cidade. Buscou-se também compreender a espacialidade decorrente desse comércio, como os peruanos articulam-se e estabelecem os laços de relações desde a chegada até a consolidação como comerciante, o que pressupõe adquirir ou alugar o ponto comercial, e estabelecer a rede de fornecedores de mercadorias. Nessa etapa também se entrevistou brasileiros para compreender o nível de aceitação dos comerciantes.

No concernente aos materiais utilizou-se na pesquisa: imagens de satélites, máquina fotográfica digital, registro de entrevistas por meio de formulários, ou cadernos de campo, para as anotações das entrevistas semi estruturadas e para o georreferenciamento dos comércios utilizamos o G.P.S. (Sistema de Posicionamento Global).

O que demarcou a pesquisa foi sempre se apossar dos vários caminhos de que a ciência dispõe sem engessamento desnecessário e na medida do possível se distanciar o máximo da condição de morador que vivenciou as transformações por que passou a cidade, que de um modo ou de outro tem um pedacinho de si.

1. A cidade na fronteira

As cidades não surgem ao acaso. A origem dos primeiros aglomerados humanos ocorreu provavelmente a partir de uma série de fatores, como domínio do fogo, aprimoramento de técnicas, desenvolvimento da agricultura, domesticação e criação de animais, mudança de comportamento da vida nômade a vida sedentária.

Todavia o surgimento das cidades envolve múltiplos questionamentos e especulações. Coulanges (2009) afirma que a formação da cidade antiga se deu da seguinte forma:

A tribo, como a família e a fratria, era constituída com o objetivo de ser um corpo independente, visto que detinha um culto especial do qual o estranho estava excluído. Uma vez formada, nenhuma outra família podia ser admitida na tribo. Duas tribos não podiam, de maneira alguma, se fundir numa única; sua religião se opunha a isso. Entretanto, do mesmo modo que diversas fratrias se uniam numa tribo, diversas tribos podiam associar-se entre si, sob a condição de que o culto de cada uma delas fosse respeitado. No dia em que esta aliança foi feita, nasceu a cidade (COULANGES, 2009, p. 104-105).

Diversas famílias formaram a fratria, diversas fratrias a tribo, diversas tribos a cidade. Não se sabe ao certo o que levou essa união, talvez tenha sido imposto pela força superior de uma tribo ou pela vontade poderosa de um homem, o que é certo, segundo o autor, é que o vínculo da nova associação foi ainda a religião (COULANGES, 2009).

A cidade ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado. Sendo que o tamanho destes mercados era dado pelas fronteiras, pela extensão do domínio territorial da cidade. Assim os mercados urbanos eram somente locais, restritos a uma cidade, e a dimensão mercantil da cidade era secundária em relação à sua dimensão política (ROLNIK, 1995).

Todavia, a cidade permanece uma criação histórica particular, ela não existiu sempre, mas teve início num dado momento da evolução social e a sua transformação radical se deve a necessidade da História (BENEVOLO, 2011).

Zucconi (2009), quando se refere à cidade do século XIX, faz alusão a várias definições “cidade da revolução industrial” a “cidade da época da expansão”, de “cidade do progresso técnico” a “cidade do ciclo haussmaniano”, e cogita que a cidade se torna sujeito especializado, o que podemos notar na seguinte citação:

No decorrer do século XIX, a cidade é ilustrada pela primeira vez como sendo uma instituição autônoma: não é mais representada simplesmente como no passado, mas agora ela é detalhada como entidade completa [...]. Tornam-se, portanto, objeto de descrição também aqueles dados impalpáveis que contribuem na definição do caráter urbano, como as atividades econômicas, a distribuição da população, a difusão das doenças. Pela primeira vez na história da cidade, sua fisiologia e sua patologia se tornam importantes temas de estudo; podemos dizer que não somente o ser, mas o se tornar será também descrito através de novos instrumentos colocados à disposição da ciência (ZUCCONI, 2009, p. 65-66).

Nesse sentido, para Lefebvre (1991) a cidade é o tátil, o concreto, porém é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material, uma produção de seres humanos por e para seres humanos, tem uma história, obra de uma história.

A cidade sendo o concreto e o visível pode-se dimensionar, localizar, sentir, identificar como possibilidades ou como caos. Nessa dimensão concreta surge a cidade de Benjamin Constant que pode ser apreendida na citação de Oliveira (2000):

Chega-se à maioria das cidades Amazônicas pelo rio e delas é possível contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar quer se olhe em direção ao Ocidente ou ao Oriente. A paisagem citadina avista-se ao longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima, sem pressa de chegar. Quase sempre o primeiro sinal é a torre da igreja, tão distante que até parece nunca será alcançada. Assim vista, a maioria destas pequenas cidades situadas às margens dos rios se constituem numa pausa repousante da sucessão de matas que cobrem as margens do rio Amazonas (OLIVEIRA, 2000, p. 35).

Sendo a cidade a reunião de objetos e formas humanas e não-humanas, política, concentração de equipamentos e bens materiais e imateriais, torna-se polarizadora de novos agrupamentos humanos. Como afirma Carlos (2011), a cidade continua crescendo, atraindo pessoas, separando indivíduos, gerando conflitos (latentes ou não), criando preconceitos. Do ponto de vista da espacialidade trata-se de um aglomerado, que como define Spósito (2010), são centros de decisões que possuem mercados, comércio, indústrias e pessoas desenvolvendo as mais diversas atividades. Apesar de ser tudo isso, a cidade não é apenas uma aglomeração.

Corrêa (1989) ao analisar as proposições dos lugares centrais de Walter Christaller, salienta que as cidades exercem uma atração sobre a população de sua região de influência. Partindo desses pressupostos, as cidades se caracterizam como polos de atração de pessoas que buscam nas cidades o atendimento às necessidades básicas. Mas não é só isso, a cidade também é um centro de circulação de mercadorias,

de ideias e do poder. Para Munford (1965), a cidade histórica *per si* apresenta essa característica de atração de populações principalmente oriundas do campo, no caso específico de Benjamim Constant, do interior, na forma mais simples e direta de migração, o êxodo rural. Aqui o processo não se deu pela modernização do campo, mas por sua precarização, ou seja, a precarização do interior do Amazonas especialmente no Alto Solimões decorre da ausência, inadequação ou falta de continuidade de políticas públicas capazes de dinamizar economicamente o interior, em decorrência ocorre à migração para a cidade. Saliente-se também a migração internacional especialmente de peruanos, que trataremos mais adiante.

A história da humanidade é feita de longa sucessão de migrações entre as quais as mais antigas se perdem no desconhecido dos tempos pré-históricos e proto-históricos (GEORGE, 1975). Foi por meio das grandes migrações que se ocupou a terra, porém, os fluxos migratórios tem adquirido facetas diferentes ao longo dos tempos, pela distância percorrida e duração, pelo modo como são feitas, pela importância e papel crescente das mulheres, pela atividade exercida por pessoas no território, pela dinâmica da economia mundial que altera constantemente os fatores de atração e repulsão, lugares de origem e destino. De acordo com George (1975), um tipo de migração original e universal é o da migração de comerciantes.

Nesse contexto, as cidades de fronteira são a porta de entrada das migrações não apenas intramunicipal, ou seja, aquelas vindas do interior do município ou mesmo aquela intraregional, mas também absorvem contingentes populacionais oriundos de outros países especialmente os limítrofes, no caso em análise a cidade de Benjamim Constant recebe pessoas oriundas do Peru, ou seja, as fronteiras apresentam esta característica geral de lugares que abrigam contingentes populacionais oriundos de múltiplos espaços.

Existe um vai-e-vem, uma migração recíproca que acontece na região de fronteira dos estados do Norte do Brasil com Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela e também as Guianas. A maioria dos migrantes nasceu nos países amazônicos, mostrando sempre a predominância de algum país, quase sempre com reciprocidade (ARAGÓN, 2009).

É necessário fazer ponderação de que na fronteira em estudo não há uma migração recíproca entre brasileiros nas povoações peruanas no raio de fronteira Islândia, Caballo Cocha, Santa Rosa, pelo menos na mesma proporção de peruanos residentes em Benjamim Constant. O que há, especialmente em Islândia, é uma

migração pendular especialmente de pessoas que fazem compras no comércio e de trabalhadores das serrarias.

Segundo Silva (2012), grande parte dos peruanos que mora na Amazônia brasileira é oriunda da Amazônia peruana. Isto se deve, em parte, pela facilidade de acesso ao território brasileiro através da malha fluvial que liga os dois países.

Considerando o aspecto da cidade como objeto concreto, tátil, podemos inferir a afirmativa de Benevolo (2011), “A *urbe* corresponde a *orbe*”, no sentido de que a cidade acolhe homens e coisas provenientes do mundo inteiro. A cidade assim analisada apresenta formas, funções, estruturas e processos que a inserem numa escala mundial. De acordo, com Santos (2004), os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Atualmente os espaços se caracterizam primeiramente pelo fato de serem produzidos a partir e em função de interesses distantes (SANTOS, 2004).

Nesse contexto, a cidade de Benjamin Constant pode ser classificada de acordo com a tipologia elaborada pelo Núcleo de Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), como uma cidade de responsabilidade territorial, pois desempenha papel importante na manutenção da rede em uma escala diferenciada. Exerce função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomeradas humanas existentes no entorno. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nesta tipologia de forma diferenciada, pois exercem um papel específico e constituem redes de relações próprias de abrangência internacional (SCHOR e OLIVEIRA, 2011), portanto, antes de qualquer conceituação devem ser consideradas como cidades de fronteiras que guardam similitudes e diferenças com as demais cidades de fronteira.

Conforme Oliveira (2000), o afastamento geográfico não impediu que as cidades amazônicas sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, pois os homens não produzem suas culturas isoladas de outras. Principalmente quando se considera a cidade Benjamin Constant, localizada numa zona de fronteira, poderíamos sugerir, seguindo Nogueira (2007) que a mesma apresenta três dimensões fundamentais, a cidade controlada, a cidade percebida e a cidade vivida.

A primeira dimensão de cidade a controlada verifica-se em todo seu contexto histórico, de um povoado que foi se formando às margens do rio Javari a partir da influência jesuíta nas demarcações do território colonial, desenvolvendo-se num

contexto de exploração econômica e posteriormente uma cidade formalmente considerada como zona de segurança nacional.

Na segunda a cidade é percebida a partir do estigma de área da “ilegalidade”, da insegurança, do tráfico de drogas, do contrabando, da prostituição, do ócio e da migração descontrolada, como é frequentemente divulgada nos meios de comunicação em massa.

Finalmente, a dimensão da cidade do vivido que está no bojo da luta pela sobrevivência, de um processo que vislumbra a influência do outro que também é influenciado, de pessoas comuns que buscam no cotidiano o acesso a serviços e equipamentos urbanos básicos, pela qualidade de vida que se metamorfoseia nas nuances da economia e das políticas, na construção de uma história e de uma geografia particular.

Nesse sentido, o que seria esse comércio realizado pelos peruanos em Benjamin Constant, Amazonas? Uma atividade ilegal? Uma atividade que deve ser controlada pelo Estado? Ou apenas serviços prestados a uma população carente?

Como diria Calvino (1990, p. 64), “é o humor de quem a olha que dá forma a cidade”, ou “... jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.”. Na tentativa de entender essas dimensões que nos mostram uma realidade e nos aproximam do real é necessário refletir sobre o processo de formação de cidades na fronteira.

1.1. A formação da tríplice fronteira amazônica

No Brasil se considera como uma faixa de fronteira o perímetro correspondente a 150 km de largura a partir do limite territorial entre Estados-Nação. As trípliques fronteiras são áreas dentro desse perímetro em que ocorre a confluência entre três Estados-Nação, áreas quais se desenvolvem múltiplas relações sejam políticas, econômicas, sociais e culturais. De acordo com Menezes (2009):

Por faixa de Fronteira define-se o intervalo entre dois extremos ou limites dados. No Brasil, conforma uma faixa entre o limite internacional e uma paralela distante 150 quilômetros, submetida a regime especial e legislação específica no interesse da gestão do território nacional no âmbito da defesa, da titulação de terras, do fomento às atividades econômicas, da administração urbana (MENEZES, 2009, p.303).

O início do processo de formação das fronteiras brasileiras remete ao contexto histórico das colonizações realizadas por Portugal e Espanha, que a partir de conflitos, acordos, tratados, que inicialmente ocorreram entre impérios e posteriormente entre Estados-Nação originaram a formação geográfica das fronteiras atuais. Observe no mapa a seguir a faixa de fronteira do Brasil:

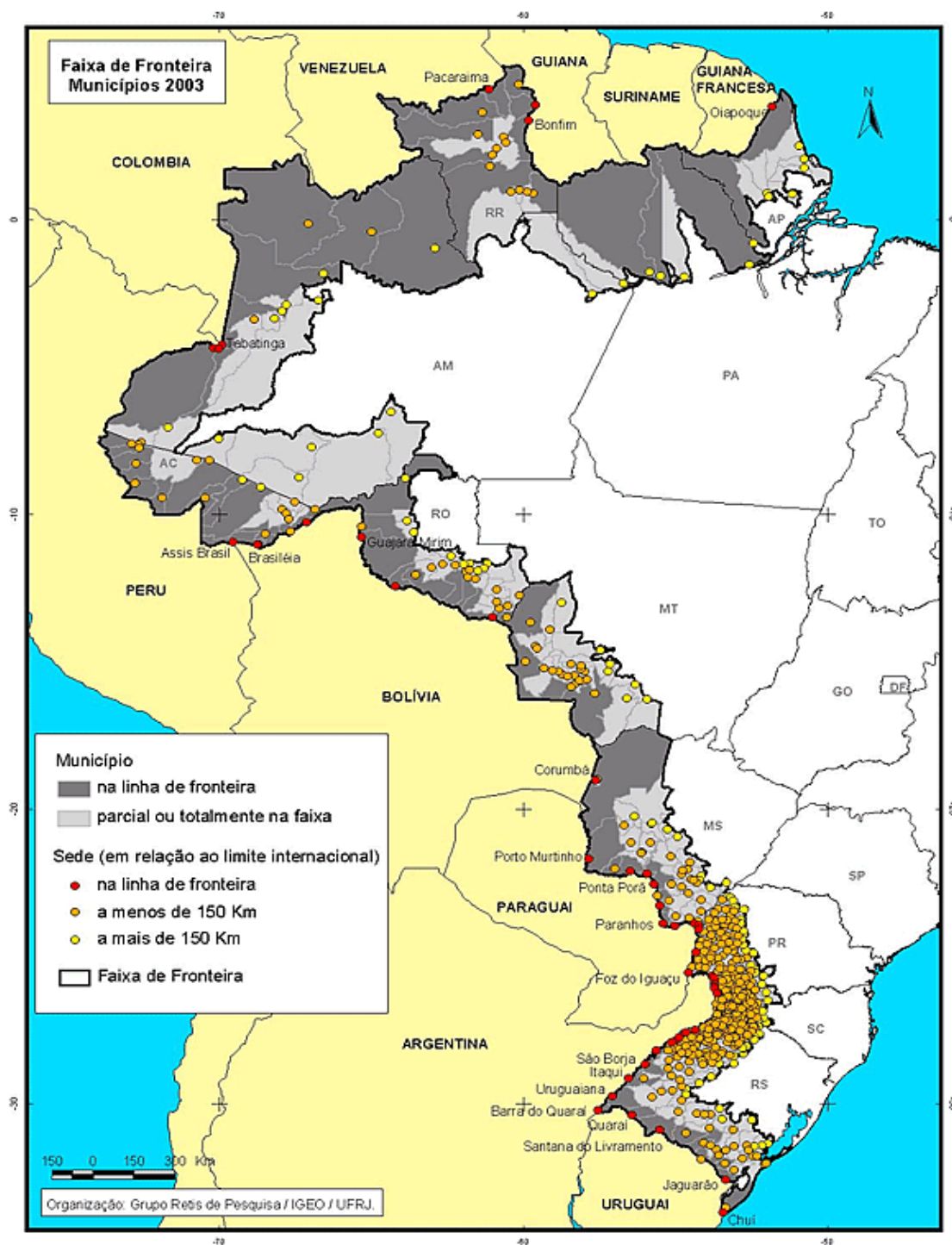


Figura 1: Municípios em faixa de fronteira do Brasil;

Fonte: Grupo RETIS de Pesquisa/IGEO/UFRJ. Disponível em WWW.retis.igeo.ufrj.br

O Brasil é um país de tamanho continental (aproximadamente 8,5 milhões de km²), e possui 11 municípios situados em tríplices fronteiras. Segue abaixo a relação de todas elas.

Quadro 1: Municípios brasileiros situados em áreas de tríplices fronteiras

Município	Estado	Países fronteiriços
1 – Benjamim Constant e Tabatinga	Amazonas	Colômbia e Peru
2 – Barra do Quaraí	Rio Grande do Sul	Uruguai e Argentina
3 – Brasiléia	Acre	Bolívia e Peru
4 – Corumbá	Mato Grosso do Sul	Paraguai e Bolívia
5 - Foz do Iguaçu	Paraná	Argentina e Paraguai
6 – Laranjal do Jari	Amapá	Suriname e Guiana Francesa
7 – Oriximiná	Pará	Guiana e Suriname
8 – São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	Colômbia e Venezuela
9 – Uiramutã	Roraima	Venezuela e Guiana
10 - Uruguaiana	Rio Grande do Sul	Uruguai e Argentina

Fonte: IBGE, 2010.

A tríplice fronteira objeto dessa dissertação é composta por três Estados-Nação, Peru, Colômbia e Brasil. Tem como cidades que representam esses Estados, Tabatinga e Benjamin Constant (Brasil), Leticia (Colômbia), Islândia e Santa Rosa (Peru). As cidades brasileiras se localizam a oeste do estado do Amazonas, e tem como limites naturais os rios Solimões e Javari.

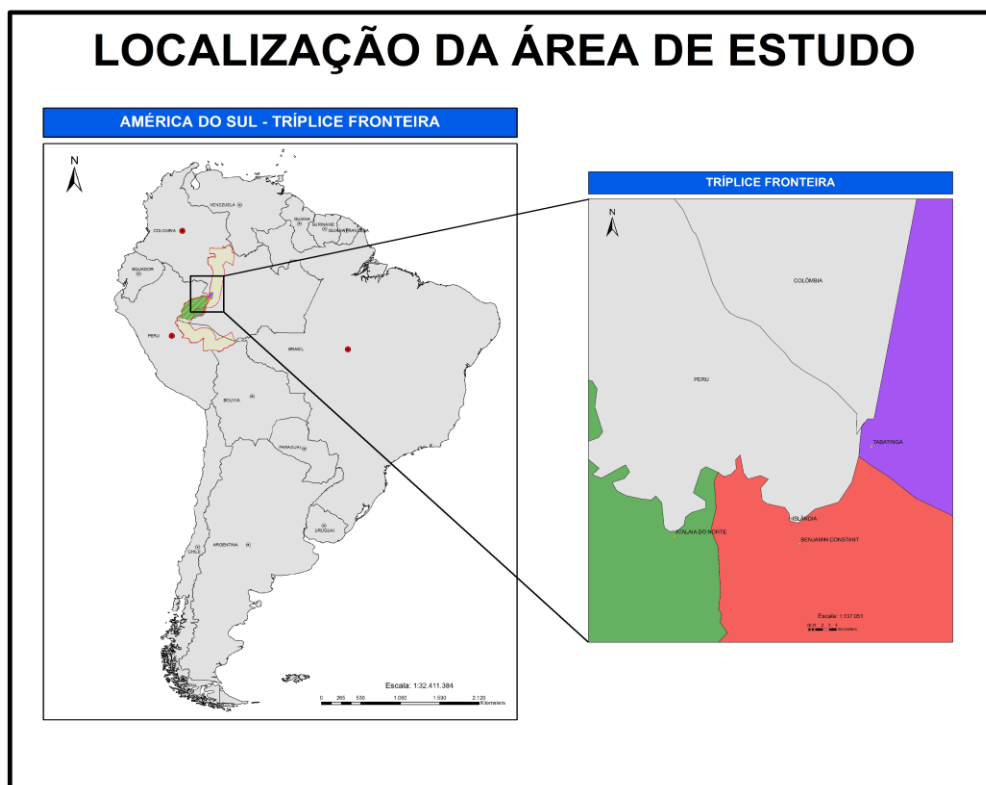


Figura 2: Localização da área de estudo.
Elaborado: Souza, 2014.

O município de Benjamin Constant localiza-se na Mesorregião Sudoeste Amazonense, Microrregião do Alto Solimões e 1ª Sub-Região-Região do Alto Solimões. Sua área territorial é de 8.793,42 km², representando 0,56 % do Estado, 0,23 % da Região Norte e 0,10 % de todo o território brasileiro, distando da capital Manaus 1.118,60 km e 1.628 milhas, por via fluvial, sendo o 6º município mais distante da capital¹. O acesso à cidade de Benjamin Constant no território nacional ocorre de duas formas, sendo que a mais usual pela população local realiza-se via fluvial com aproximadamente cinco a oito dias em barcos saindo de Manaus até a cidade (dependendo da sazonalidade do rio Solimões); já a outra forma de acesso ocorre através de dois meios o aéreo (Trecho Manaus-Tabatinga) e o fluvial em embarcações locais (Trecho Tabatinga-Benjamin Constant), salientando-se que uma passagem pode custar no trecho aéreo Manaus-Tabatinga aproximadamente entre R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) a R\$1.000,00 (Um mil reais) dependendo da temporada e da antecedência que se adquire a passagem.

¹ Os cinco municípios do Amazonas mais distantes com relação à capital do estado são Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Envira e Atalaia do Norte.

Outra forma de acesso ocorre via internacional pelos territórios da Colômbia e do Peru. Nesses casos percorrem-se os rios Solimões e Javari, tendo como entrepostos fluviais as cidades de Iquitos, Caballo Cocha, Santa Rosa, Islândia (no Peru), Letícia (na Colômbia) e Atalaia do Norte (Brasil).

A área de estudo envolve longo processo histórico-geográfico de formação que vai desde uma área ocupada por nações indígenas que habitavam e se deslocavam com frequência na região, passando pela formação de fronteiras imperiais (Portugal e Espanha), até a constituição de Estados-Nação (Brasil, Peru e Colômbia).

Os primeiros habitantes dessa área, como em toda a América, foram os indígenas que se compunham de diversas etnias, das quais a predominante no Alto Solimões eram os cambeba “cabeças-chatas”, bem como outros indígenas oriundos da floresta andina e de outras áreas (ticunas e cocamas). Em relatos históricos descrevem-se uma variedade de grupos nativos, e um movimento contínuo de indígenas que transitavam nos rios dessa região.

Enquanto processo de expansão territorial colonial, a Amazônia passou por um processo de disputas, inicialmente entre impérios coloniais e depois entre novos Estados-Nacionais, em seguida, “enquanto território que podia fornecer produtos extraídos da floresta e proporcionar rendas aos seus coletores, a Amazônia teve sua população original remanejada espacialmente para assegurar a exploração”, por último, esta população foi também disputada como “contingente populacional, pelos sertanistas como força de trabalho e mesmo mercadoria, e pelos missionários para o trabalho de colonização” (NOGUEIRA, 2007, p. 153).

Podemos contextualizar esta área de fronteiras territoriais nas seguintes afirmativas “Da região de nações indígenas à região de Estados-Nacionais” (NOGUEIRA, 2007) ou “*De fronteras imperiales a fronteras nacionales*” (BOTÍA, 2008).

Como afirma Nogueira (2007), em geral quatro tipos de processos responderam pela formação dos limites dessa região: o primeiro deles foi a negociação diplomática, o segundo a arbitragem por outros países, e o terceiro processo,

É resultado de uma situação em que os traçados são impostos por um país sobre o outro a partir de uma relação de força desequilibrada entre os mesmos. Operações militares, ocupação do solo por civis de maneira espontânea ou estimulada por determinado Estado-Nacional, caracterizam este processo. Enfim, a guerra entre os Estados-Nacionais (NOGUEIRA, 2007, p.64).

A primeira fronteira formalmente instituída na Amazônia Continental por Estados-Nacionais foi a partir do Tratado de Tordesilhas, que dividiu a região entre Portugal e Espanha, sendo que esta última ficou com quase totalidade da mesma. Todavia os avanços dos portugueses a partir de Belém empurraram este marco para Oeste.

Podemos inferir que as fronteiras constituídas hodierno são fruto de dominação colonial sobre as nações nativas, mas também de desacordos e conflitos entre os impérios, como se verifica na afirmação de Nogueira (2007), que “enquanto Portugal realizava avanços em terras espanholas pelo rio Amazonas, a Espanha tentava consolidar suas posições no Alto Orinoco, Alto rio Negro e Alto Amazonas, chegando a montar no rio Negro, em 1759 o forte de São Gabriel, fundação mais avançada dos espanhóis”, e que posteriormente “em 1761, os portugueses tomam o forte dos espanhóis e continuam avançando sobre o rio Negro.”

Apesar de haver um acordo oficial entre Espanha e Portugal no Tratado de Tordesilhas, percebe-se que é num clima de desacordo que se institui as premissas da tríplice fronteira, por exemplo, onde futuramente será a cidade de Tabatinga, na margem direita do rio Solimões, constroem-se o forte de São Francisco Xavier, e na desembocadura do rio Javari fundam anterior ao forte São Francisco um destacamento militar denominado de São José do Javari, as bases da cidade de Benjamin Constant. Salientando que no acordo inicial essa área pertencia à coroa espanhola.

É claro que a formatação das primeiras fronteiras não se deu apenas pela disputa entre nativos, portugueses e espanhóis, mas também entre outros impérios coloniais da época, tendo como palco o rio Amazonas, o que se pode notar conforme Noronha,

“A conquista e o povoamento da Amazônia se contextualizam no arriscado reconhecimento geográfico feito pelas primeiras expedições, lutas violentas travadas pelas forças luso-brasileiras, no sentido de expulsar invasores ingleses, franceses, holandeses e irlandeses, que aos poucos tentavam se estabelecer na região” (NORONHA, 1996, p. 53).

Ou como se observa na análise de Botía (2008),

O que se percebe é que o rio Amazonas foi um dos grandes centros de expansão Português, que foi verificada ao longo do século XVII, e que só foi possível depois de lutas prolongadas que, eventualmente, expulsaram da foz do Amazonas e de outras áreas florestais à montante, outras potências coloniais da época. Assim, ao contrário do que aconteceu na terra governada pela coroa espanhola, o rio Amazonas desempenhou papel importante na consolidação do mundo

colonial Português na América (BOTÍA, 2008, p. 256). (Tradução livre do autor)

No âmbito das negociações diplomáticas podemos citar as que começaram na década de 40 do século XVIII, que tiveram como base a aplicação do princípio do *ut possidetis*, em síntese o direito pelo uso da terra. Esse princípio só se aplicaria aos impérios coloniais, excluindo-se o direito primordial dos nativos indígenas verdadeiros detentores e usuários *a priori* das terras. No contexto das negociações entre os impérios, os portugueses já haviam ocupado a Amazônia ao longo de todo eixo do rio Amazonas, até o rio Javari. A Bacia do Prata com situações mais conflituosas passariam a pertencer à Espanha. Celebrou-se o Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, pelo qual a Espanha reconhecia a soberania de Portugal sobre a atual Amazônia. Os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, através de linhas meridianas, seriam substituídos por limites naturais: os rios Javari, Solimões, Japurá e os contrafortes da Cordilheira dos Andes. O Tratado de Madrid foi revisto diante dos desentendimentos havidos por ocasião das demarcações, ao final foi consolidado através do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 e do Tratado do Pardo, em 1778 (RIBEIRO, 2000).

Nos Tratados subsequentes nada mais se acrescentou de importância à preferida orientação da linha do Madeira ao Javari. O Tratado do Pardo anulou o de Madrid, voltando ao critério de Tordesilhas. O de Santo Ildefonso mandava correr a fronteira “pelos rios Guaporé e Mamoré até o ponto médio do Madeira e daí por uma linha leste-oeste até encontrar a margem oriental do Javari” (TOCANTINS, 1973, p. 166).

No decorrer da história da constituição das fronteiras geográficas dessa região se percebem diversos acordos e tratados que se afirmavam e se desconsideram dependendo das conveniências das respectivas coroas envolvidas. Esses limites instáveis foram herdados pelos países que saíram da dependência metropolitana colonial. Enquanto, no Brasil a constituição do Império conseguiu manter uma relativa unidade territorial, do lado espanhol o surgimento de movimentos regionalistas conduziu à fragmentação do território, dando origem a vários países.

A América espanhola estava dividida em Vice-Reinados, os quais o Vice-Reino da Nova Espanha, Vice-Reino do Rio da Prata, Vice-Reino de Nova Granada, Vice-Reino do Peru, e posteriormente foram criadas capitanias como as capitanias do Chile e capitania de Caracas. O Vice-Reino da Nova Granada, posteriormente se desmembra e são criadas as repúblicas da Venezuela, do Equador e da Colômbia (NOGUEIRA, 2007).

Em contraste com o Brasil, as repúblicas emergentes do mundo colonial espanhol tiveram de lidar com questões relacionadas às expectativas de exercício, com um aparelho de Estado de soberania em processo embrionário em um espaço que mal se imaginava a corporalidade no mapeamento impreciso mesmo no início do século XIX. Nesse sentido, Peru, Colômbia e Equador, entre as repúblicas andino-amazônicas também se acreditavam herdeiros, responsáveis e, portanto, cada um separadamente, buscava afirmação para estabelecer os seus domínios territoriais (BOTÍA, 2008).

No contexto dos acordos que envolveram a tríplice fronteira, o Peru originário do Vice-Reino do Peru, um dos primeiros países a se tornar independente firma acordo com o Brasil em 1851, no reconhecimento de uma linha reta de Tabatinga até o rio Japurá, o que configura futuramente Letícia como pertencente ao território peruano.

Com a Colômbia um tratado foi acordado em 1853, em que esta reconhece a linha reta Tabatinga-Apaporis como limite entre Brasil e Peru. No entanto, o Tratado não foi acatado pelo senado daquele país, o qual reivindicava todo o triângulo entre o rio Japurá e o rio Amazonas, usando o acesso a este último como o caminho para o Atlântico. Este desacordo entre Peru e Colômbia vai se acirrar ainda mais quando a cidade de Letícia passa, já no século XIX, a ser considerado um ponto geoestratégico para o escoamento da borracha da região.

Esta disputa territorial que se desenrolou praticamente por todo o século XIX entre as repúblicas recém-criadas, teve outro ingrediente além do sentimento nacional, passou a ser também pela riqueza oriunda da extração da borracha, que começa a ter seu preço elevado em virtude da demanda mundial (NOGUEIRA, 2007, p.74).

É nesse contexto que se configura a formação da cidade de Letícia, que no início do século XIX pertencia ao Peru, e que a partir de sua resignificação geoestratégica no contexto do escoamento econômico da borracha passa a vislumbrar interesses agudos da Colômbia. E entre acordos e conflitos Letícia se torna território pertencente à Colômbia.

O Peru como país não vencedor do referido processo, busca reafirmar suas fronteiras a partir da consolidação de outras cidades ao longo dos rios Javari e Solimões, como Caballo Cocha e Nazaret, pontos também estratégicos de escoamento da borracha, e recentemente Santa Rosa e Islândia no contexto político das denominadas fronteiras vivas.

A partir da síntese desse arcabouço histórico, na tentativa de apresentar o cenário e os sujeitos sociais que compunham a tríplice fronteira, esquadrinha-se o entendimento da formação da cidade de Benjamin Constant, que se origina do antagonismo entre

forças imperiais e forças nativas, de empresários seringalistas e seringueiros num contexto de confirmação dos limites territoriais.

1.2. A formação das cidades na tríplice fronteira

Em linhas gerais a literatura sobre fronteira com seus debates e refutações dimensiona as cidades localizadas em áreas de tríplice fronteira como cidades gêmeas, cidades pares, ou cidades vizinhas. De acordo com Bertha Becker, estas cidades são:

Pontos estratégicos de afirmação da soberania nacional, essas cidades dificilmente podem ser vistas dentro de uma perspectiva apenas nacional ou interna, pois elas constituem, via de regra, pontos avançados de subsistemas rodoviários, aeroviários e hidroviários que conectam, de forma mais ou menos precária, uma série de cidades de grande expressão local-regional (...). Como lugar de convergência de redes de relações, as cidades gêmeas rompem com as delimitações fronteiriças oficiais fundadas nas soberanias nacionais, e são mais ativas quando localizadas em fronteiras tripartites. Sua presença relativiza também o peso das condições naturais na caracterização das fronteiras políticas amazônicas (BECKER, 2009, p. 59).

A origem das cidades pares de Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru) perpassa pela história da constituição das fronteiras do território nacional brasileiro e apresenta inúmeras dimensões e narrativas, das quais se selecionam algumas para o presente trabalho, buscando a coerência científica para apresentar o cenário pelo qual se formaram. Entretanto, pode-se de alguma forma, incluir ou excluir alguns detalhes nessa tentativa de reconstituir uma história tão fragmentada que envolveu disputas entre impérios, preocupação com a segurança territorial de Estados-Nação e a expansão econômica.

1.2.1. Do seringal de Remate de Males a Benjamin Constant – Brasil

De acordo com as publicações do IBGE (2010), o povoamento do município de Benjamin Constant foi iniciado em meados do Século XVIII, por volta de 1750, quando nas proximidades da foz do Javari, no Solimões foi criada a aldeia do Javari fundada pelos jesuítas, onde viviam os índios Ticunas. Nessa aldeia, seria instalada a Sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de julho de 1755 do governo português, dirigida

ao governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Este, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a capitania na Aldeia de Mariuá, no rio Negro. Em São José do Javari estavam sediados o destacamento militar e o posto fiscal de registro. O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias para a finalidade que estava destinada. Tabatinga, lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões, numa pequena elevação de terra, oferecia melhores condições para os dois fins, isto é, posto militar e fiscal e por isso, em 1766, o local foi ocupado pelo Sargento-Mor Domingos Franco, que fundou no mesmo ano a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga, constituindo-se como forte para onde foi transferido o destacamento militar de São José do Javari, sendo o ponto mais avançado a oeste na fronteira norte de Portugal com a Espanha (IBGE, 2010).

Entretanto, de acordo com Octaviano Augusto Soriano de Melo, no livro *Topônimos Amazonenses*, “não convém confundir os fundamentos desta aldeia com os da cidade”, visto que a origem da cidade Benjamin Constant teve lugar no seringal “Remates de Males”, situado à margem direita do rio Itecoaí, afluente do rio Javari, em terreno passível às inundações. Sua primitiva sede não foi escolhida para os alicerces de uma cidade e jamais havia pensado nisso o seu fundador Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos.

Partindo das duas considerações anteriores, a do IBGE e de Octaviano de Melo, percebemos divergências na origem da cidade de Benjamin Constant, sendo que na primeira consideração afirma-se que esta se iniciou na foz do rio Javari com o Solimões, e na segunda afirma que se originou na foz do rio Itecoaí, afluente do Javari. Entretanto, estas afirmações não se refutam, mas se completam. A primeira se refere à fundação da sede atual da cidade que se localiza na foz do rio Javari com o Solimões, e a segunda explicita a origem do povoamento que posteriormente deu a origem atual população de Benjamin Constant.

O nome da vila Remate de Males, expressa um fundo histórico apreciável. Deu-lhe o nome, o cidadão Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos, nordestino, que lutando incessantemente em busca da *hevea brasilienses* no Alto rio Javari e sofrendo as dificuldades da região, resolveu buscar novas áreas onde pudesse encontrar melhores condições de extração do látex. Escolheu o sítio a margem do rio Itecoaí, no qual em 1890, pronunciou a seguinte frase: “Aqui vou arrematar os meus males” e iniciou a construção da vila. Eis a procedência da expressão que define o nome da primitiva vila que deu origem a sede do município de Benjamin Constant (MELO, 1940, p. 136). De

certo modo, as publicações do IBGE reforçam o entendimento da origem da vila dando como data o ano de 1890.

Encontramos mais informações referentes à localização e importância econômica de Remate de Males, na citação de Botía:

Benjamin Constant inicialmente estava situado na confluência do rio Itecoaí com o rio Javari, antes de ser mudado em 1928 até a desembocadura deste último, era mais conhecido com o pitoresco nome de 'Remate de Males'. Na primeira década do século XX, Remate de Males foi o sítio que serviu de sede ao município, era o término judicial, lugar onde funcionava a superintendência municipal, a oficina estadual de rendas e a agência postal. O funcionamento destas instituições mostrava a importância que este sítio teve como um dos centros do comércio transfronteiriço e do qual chegaram a viver em 1903 quase a totalidade de seus 20.000 habitantes, que retiravam seu sustento direta ou indiretamente do comércio e exploração da Hévea e caucho, entre outros produtos, assim como a importação de mercadorias (BOTÍA, 2008, p. 148). (Tradução livre do autor)



Figura 3: Fronteira Peru/Brasil em 1910.
Fonte: Botía, 2008.

Como se pode observar na citação e na figura acima, Remate de Males constituía um ponto geoestratégico na fronteira Brasil/Peru, com população aproximada de 20.000

(vinte mil) habitantes, com instalações institucionais municipais, estaduais e federais. No lado oposto surgiu outro povoado de origem peruana denominado de Nazaret, que junto com Caballo Cocha também viveu o esplendor econômico da extração gomífera. Temos nesse período, as vilas e fortes pares, Tabatinga (Brasil) e Letícia (até então Peru), Benjamin Constant (Brasil) e Nazaret, Caballo Cocha (Peru), estas vilas brasileiras eram marcos geoestratégicos na configuração e delimitação das fronteiras nacionais.



Figura 4: Remate de Males, 1910.

Acervo do Prof. Moacir Maia, 2013. (Todos os direitos reservados)

As habitações da aldeia de Remate de Males eram adaptadas à sazonalidade do rio, um sítio situado em área alagadiça. Eram palafitas construídas sobre esteios grossos e altos de madeiras de lei como a Acaricoara, Acapú, Itaúba, Piranheira, resistentes a ação das águas. Situavam-se enfileiradas no barranco, na margem brasileira do Javari, na latitude Sul 4° 20' 36" e longitude Oeste de Greenwich 7° 23' 54", numa altitude de 73 metros sobre o nível do mar (MAIA, 2013).



Figura 5: Igreja São Sebastião - Remate de Males

Fonte: Acervo do Prof. Moacir Maia, 2013. (Todos os direitos reservados).

Como a maioria das povoações localizadas às margens dos rios, Remate de Males se configurava em rua única imediata ao rio, e ao longo dessa rua havia a capela de São Sebastião construída pelos frades capuchinhos, como se pode observar na imagem acima.

O lugar Remate de Males foi elevado à condição de vila em 12 de outubro de 1904 e ao ser instalado passou por um período de florescimento em decorrência do aumento do preço da borracha. A vila passou a contar por esse tempo com lojas de confecções, armarinhos, joalherias, relojarias, alfaiatarias, farmácia, bilhares, botequins, cabarés, agência de vapores, açougues, funilarias, carpintarias. Havia ainda médico e dentista com consultório. A elite de Remate de Males organizou uma Loja Maçônica, denominada Firmeza e Amor. Abriu-se um vice-consulado, que depois passou a consulado do Peru. Um jornal periódico “O Javari” circulava sob a orientação do Sr. Candido Clovis da Fonseca (MAIA, 2013). Remate de Males obteve rápido crescimento econômico, pois era produtor de borracha.

O cotidiano de Remate de Males vislumbrava o vivido de um rio onde habitavam seringueiros e donos de seringais. Os donos de seringais, patrões abastados, ostentavam nos dedos anéis, onde fulguravam preciosos brilhantes. Os seringueiros

“saldeiros”, no inverno vinham gastar em Remate de Males, sem medida, os seus saldos (MAIA, 2013).

No lado oposto do rio o desenvolvimento de Nazaret (povoação peruana), à margem esquerda do Javari, assemelhava-se com Remate de Males. Encontravam-se firmas comerciais, como Marius & Levy (mais tarde pertencente cada casa à firma Israel & Levy de Iquitos) se localizavam na vila e mantinham transações com os Estados Unidos e Europa, via Iquitos, vendiam a preços baixos, devido à tarifa aduaneira peruana lhes favorecer (MAIA, 2013).



Figura 6: Regatão rumo a Remate de Males;
Acervo do Prof. Moacir Maia, 2013. (Todos os direitos reservados).

Como se observa na figura acima o comércio realizado nessa região era predominante via regatão. O que se percebe é que nesse período já havia o destaque do comércio peruano, devido ao favorecimento que nos parece histórico, da isenção de impostos para essas áreas fronteiriças do Peru.

O seringal que foi se povoando se tornou Vila e continuou a crescer e em 29 de janeiro de 1898 por meio da lei nº 191 foi criado o município e o termo jurídico de Benjamin Constant. Porém esse dispositivo não teve execução, sendo revogado em 1901, pela lei nº 328, de 04 de fevereiro. Mais tarde, em 02 de setembro de 1904, por

meio da lei nº 446 o município e o termo foram restabelecidos e instalados pelo cidadão Irineu Alves Muniz, a 12 de outubro do mesmo ano, sendo seu primeiro superintendente o fundador Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos.

Como são comuns nas áreas de expansão várias mudanças ocorreram, como por exemplo, o que determinou a lei nº 885, de 07 de novembro de 1908 que criou o termo de São Paulo de Olivença, que no ano seguinte pela lei nº 579, de 05 de agosto de 1909, foi extinto sendo o seu território anexado a Benjamin Constant e também determinou a mudança da sede da Comarca, termo e Município, para o lugar Santo Antônio, continuando com a denominação de Benjamin Constant (MELO, 1940).

Remate de Males tem origem com os jesuítas no Vale do Javari e esteve em pleno funcionamento em tempos áureos de exploração gomífera. Porém, com a desvalorização econômica deste produto, adversidades da natureza como enchentes, fenômeno das terras caídas, e epidemias, a população local migrou para outras áreas e a Vila perdeu sua importância geoestratégica. Remate de Males pode ser contextualizado entre os povoados amazônicos que desapareceram com a desvalorização econômica da borracha e se enquadra na afirmação “ainda assim, algumas, virtualmente evaporaram-se em cidades fantasmas após percorrerem a breve onda do *boom-bust* das atividades extrativas tão típicas na região” (BROWDER E GODFREY, 2006, p. 20).

A partir de 1910 em decorrência da crise que atinge a economia gomífera foram idas e vindas entre Benjamim Constant e São Paulo de Olivença. Finalmente é restabelecida a Comarca de Benjamin Constant, por meio da lei nº 1397, de 02 de outubro de 1928 sendo instalada em 21 de janeiro de 1929, em sua nova sede denominada Esperança, à margem direita do rio Solimões, para onde foi transferida por lei nº 1374, de 04 de janeiro de 1928, onde permanece até os dias de hoje.

Com relação ao lugar “Esperança” existe uma narrativa popular que cita o nome de Rosa Ferreira de Souza, indígena da etnia Cambeba, natural do município de São Paulo de Olivença, como primeira moradora do referido lugar. Essa índia teria casado muito cedo, porém logo ficou viúva, pois seu marido fora devorado por um jacaré. Posteriormente teria migrado para outros lugares, dentre eles Santa Fé (Peru), com Félix Freitas Veloso, seu novo companheiro, com filhos e vários índios Cocama. Nessa narrativa percebemos a fluidez de trânsito dos indígenas nessa região do Alto Solimões.

Com a morte do companheiro Félix, viu-se novamente em situação difícil, pois todos os seus bens foram tomados pelo antigo sócio do companheiro falecido. Mais tarde, Irineu Haydem, um dos melhores fregueses de Félix, juntamente com José dos

Remédios, que era compadre de Rosa e encontraram e ficaram penalizados com a sua situação e como pagamento de uma dívida ao seu falecido esposo, Haydem doou à Rosa um seringal de nome Aratituba, no rio Javari. Nesse seringal, depois de certo tempo, o filho mais velho de Rosa expulsou-a do lugar. Rosa, juntamente com outros indígenas que a acompanhavam, passou a morar num estábulo. Então José dos Remédios compadre de Rosa mandou construir uma casa para ela num novo lugar, que com o passar do tempo formou o vilarejo de Esperança, hoje cidade de Benjamin Constant. Nesse sentido, de acordo com a narrativa popular, a origem da cidade tem como referência a chegada da índia cambeba, Rosa Ferreira de Souza, reconhecida por muitos moradores como a primeira habitante do município.

Todavia em vias de legislação, o ato nº 4344, de 31 de dezembro de 1934, mudou o nome da vila Esperança para vila de Benjamin Constant, sede do município do mesmo nome que é elevado à categoria de cidade com a mesma denominação, pelo decreto-lei nº 68, de 31 de março de 1938. O decreto-lei nº 441, de 01 de Julho de 1940, artigo 439, parágrafo 1º, eleva Benjamin Constant à categoria de Comarca, tendo como anexo o termo de São Paulo de Olivença, desde que vague a Comarca de Fonte Boa.

Esperança erguida na margem direita do Solimões foi um sítio demarcado pelo cidadão Pedro Ferreira de Souza, cujo título é datado de 04 de junho de 1909. Transferida a sede do município, prevaleceu o nome de Esperança, até que por sugestão telegráfica do General Cândido Mariano da Silva Rondon, quando chefiava a Comissão Mista de Letícia, foi mudado o nome de vila de Esperança para o de vila de Benjamin Constant, em memória do General Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o incentivador do movimento de 15 de novembro 1889, que proclamou a República do Brasil.

No período em que se originou a cidade de Benjamin Constant, na segunda metade do século XIX, e particularmente nas últimas duas décadas, muitas cidades brasileiras localizadas entre Manaus e Tabatinga, na fronteira com o Peru, alcançaram o posto de municípios, como no caso de São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Fonte-Boa, Coari e Codajás.

A transformação urbana de Benjamin Constant, criado em 1898 por decreto do governo brasileiro, foi a confirmação dos limites fronteiriços entre Brasil e Peru sobre a Amazônia e também a rápida transformação de Caballo Cocha no lado peruano (BOTÍA, 2008).

Ao mesmo tempo em que cidades surgem, desaparecem, são anexados territórios para em seguida serem desanexados. Comarcas são criadas para em seguida serem extintas. Benjamim não foge a esta regra, por isso no final desse capítulo fizemos um anexo com as leis que deram origem a atual cidade de Benjamim Constant sede do município do mesmo nome.

1.2.2. O município distrital de Islândia - Peru

O estudo proposto no presente trabalho se configura na análise da expansão do comércio peruano em uma cidade situada numa faixa de fronteira. O contexto da referida fronteira se materializa atualmente nas relações entre as cidades de Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru).

Enfatizaremos aqui uma breve caracterização da cidade de Islândia, pois esta apresenta peculiaridades em sua dinâmica econômica, social e cultural que influenciam diretamente nas dinâmicas da cidade de Benjamin Constant.

O município de Islândia localiza-se no extremo sudeste do Peru, na zona distrital de Loreto. Como o próprio nome sugestiona, sua configuração geográfica é de ilha, circundada pelos rios Solimões e Javari, a qual avança na fronteira com o Brasil, possui aproximadamente 3.000 (três mil) habitantes, de acordo com último censo peruano.

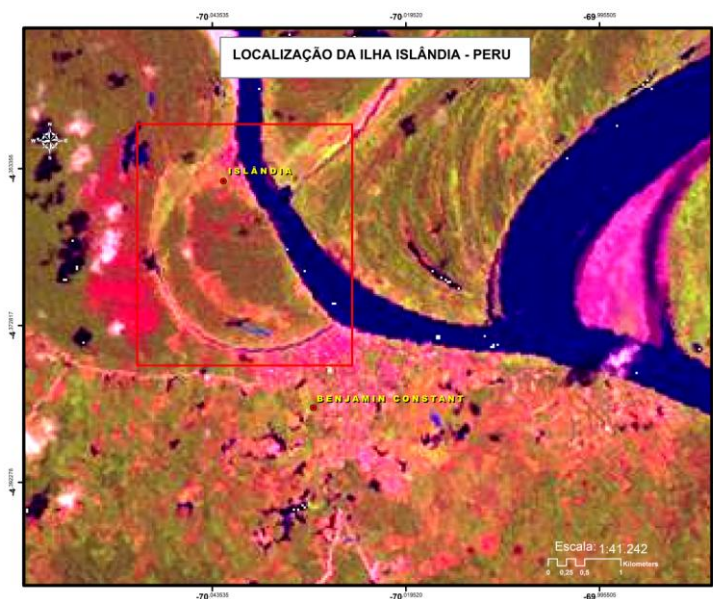


Figura 7: Localização da cidade de Islândia;
Fonte: SEPLAN, 2014.
Organização: Souza, 2014.

De forma sucinta podemos visualizar o cenário dessa ilha turística peruana, na dimensão política através de um fragmento de texto cedido pela prefeitura de Islândia:

Islândia, localizada a menos de 500 metros em linha reta de Benjamin Constant, de feito é uma *cunha* peruana que a temos cravada no nariz brasileiro. Visitar Islândia nem que seja por breves horas, significa comprovar e ser uma vez mais conscientes que a peruanidade deve ser cultivada com mais veemência. Que os esforços que se estão fazendo para apoiar aos peruanos que decidiram viver nesta população, localizada mais distante da região de Loreto, merecem muito mais do que foi feito até agora. Devemos apreciar em sua exata dimensão a valiosa decisão daqueles peruanos que vivem em Islândia, decisão que trazem consigo uma série de problemas e necessidades que não são fáceis de solucionar, além do mais de estar fora grandemente da metrópole regional, os serviços públicos, a saúde e a educação são deficitárias, a comunicação rápida quase inexistente e a permanência de profissionais que colaborem com o desenvolvimento desta zona é praticamente zero. E a isso lhe agregamos que do outro lado do rio está Benjamin Constant, população brasileira que conta com todos os serviços públicos, incluindo uma antena parabólica em cada uma das casas, devemos admirar a todos aqueles que, todavia seguem vivendo em Islândia e não se tem migrado definitivamente ao outro lado do rio. Porém a vida deve seguir seu curso, apesar do abandono governamental, que, todavia não há chegado a se por de acordo a atuar com presteza, naqueles lugares denominados 'fronteiras vivas' (Fragmento de texto cedido pela prefeitura municipal de Islândia, 2012). Tradução livre do autor.

Nesse texto percebemos claramente imbuído o sentimento patriótico de representar a nação, apesar das dificuldades com relação aos serviços públicos (saúde, educação, comunicação, falta de profissionais), a distância da metrópole e a visão contrastante dos equipamentos urbanos com relação a Benjamin Constant.

O acesso ao município ocorre via fluvial, a trajetória de Benjamin Constant a Islândia realiza-se através de pequenas embarcações denominadas de “catraias, ou canoão”, grandes canoas com motor de popa de baixa potência (o rabeta), cobertas com lona de plástico, palha ou zinco, com capacidade “segura” para aproximadamente 11 passageiros, sem coletes salva-vidas.



Figura 8: Transporte fluvial de Islândia a Benjamin Constant.

Fonte: Autor, pesquisa de campo Julho, 2012.

Apesar de ser uma área de fronteira, nessa trajetória as fiscalizações são esporádicas, quase inexistentes, porém isto não significa que a travessia seja realizada sem regras. Existem acordos locais quanto ao transporte de passageiros, as quais são realizadas pelas associações de “catraieiros” (os senhores que pilotam as catraias) de ambos os países. Os acordos estipulam normas e restrições, como por exemplo, as canoas devem ser sinalizadas com bandeiras de ambos os países, os catraieiros só podem efetivar a travessia comercial entre as cidades se estiverem associados a uma das duas associações existentes nos respectivos países, e com a permissão de somente levarem os passageiros até o país de destino, o retorno do passageiro só pode ser realizado por outra catraia do país em que o passageiro se encontrar, salvo nas exceções de frete. A passagem de uma viagem custa hodierno, (setembro de 2013), no valor da moeda fronteiriça² a média de R\$ 3,00 (três reais). Atualmente existem aproximadamente 20 catraieiros associados em Benjamin Constant, que fazem uma

² Denomina-se no presente estudo para as relações comerciais na cidade de Benjamin Constant, a utilização de moeda fronteiriça, que se dá a partir das trocas de cédulas de baixo valor (até vinte reais) de real brasileiro e peso colombiano sem variação monetária entre ambas. Por exemplo, independente da variação do dólar, um real equivale a mil pesos, cinco reais a cinco mil pesos e assim sucessivamente, sem a necessidade de *câmbio*, troca. Ressalta-se que na cidade de Letícia (Colômbia), as relações comerciais dependem da influência do dólar estadunidense.

média diária de 15 viagens com passageiros, o que caracteriza a paisagem entre as cidades num vai e vem contínuo de pequenas embarcações.

Com a marcha lenta da catraia e o som característico que estas produzem, o que se visualiza de dentro das catraias é uma paisagem com balsas e flutuantes (comerciais e residenciais) que vão delineando a margem do rio. Ressalta-se que são nessas balsas e flutuantes, que se disponibilizam produtos de preço acessível de grande relevância no contexto econômico da cidade de Benjamin Constant, os materiais de construção (zinco, ferro, cimento), no transporte (gasolina, motocicletas, motocarros), os materiais de pesca (linhas de pesca, malhadeiras, rabetas), bebidas em geral (refrigerantes, cervejas) e materiais de panificação (trigo, fermento).



Figura 9: Delineamento de flutuantes comerciais peruanos em frente à cidade de Benjamin Constant; Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Como se observa na figura acima, no período da vazante dos rios Javari e Solimões, temos a impressão que existe uma continuidade de casas flutuantes que se interligam de ambos os lados (Brasil e Peru).



Figura 10: Vista de Flutuantes comerciais peruanos na foz do rio Javari, a partir do flutuante das catraias de embarcações de Benjamin Constant;

Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Porém, com um olhar mais aproximado percebemos que existe uma descontinuidade e desproporcionalidade de casas comerciais flutuantes, ou seja, o rio Javari promove a cisão entre os dois territórios. No período da pesquisa (2012-2013) contabilizou-se aproximadamente 57 casas flutuantes comerciais do lado peruano e apenas 04 casas flutuantes do lado brasileiro.



Figura 11: Imagem de satélite das casas flutuantes peruanas em frente a Benjamin Constant;

Fonte: Google, 2014.

Organização: Autor, janeiro de 2014.

Na imagem acima se observa no canto direito inferior a cidade Benjamin Constant, acima no canto esquerdo uma serraria de Islândia, e no centro da imagem entre a serraria e Benjamin Constant, na confluência dos rios Javari e Solimões, situam-se as casas flutuantes comerciais peruanas, somente nesse perímetro concentram-se aproximadamente 32 casas comerciais flutuantes. Afirma-se que quanto maior a proximidade à cidade de Benjamin Constant, maior a quantidade de casas flutuantes peruanas, isso porque a demanda de consumo, dos objetos, utensílios, produtos e equipamentos disponibilizados nas referidas casas comerciais flutuantes é oriunda predominantemente da cidade de Benjamin Constant.

Ao longo da margem do rio, nos interstícios da floresta surgem serrarias e movelaria ativas, com centenas de metros cúbicos de madeira *in natura* amarradas dentro do rio ou empilhadas nas grandes balsas. Salienta-se, que a mão de obra empregada nessas madeiras de Islândia são em suma oriundos da cidade de Benjamin Constant.

Lentamente a cidade de Islândia vai surgindo relevando uma paisagem diferenciada com casas suspensas de madeira, igreja, torre de telefonia e rádio, e hotel.

A *priori* imagina-se que sejam somente as estruturas da orla da cidade que apresentam essa característica de suspensão, entretanto, quanto mais o visitante se aproxima do local, a surpresa se torna maior, pois todas as casas, ruas (passarelas) e instituições foram construídas acima do nível das enchentes do rio.



Figura 12: Orla da cidade de Islândia (Peru).
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

A sazonalidade do rio em certa intensidade molda a vida do cidadão de Islândia, o cotidiano do caboclo peruano se realiza de acordo com a enchente e a vazante dos rios Solimões e Javari. Percebe-se um estilo de vida que se adapta e modifica as condições determinantes das intempéries amazônicas, pode-se encontrar tanto um pequeno cassino de jogos de azar, como vendedores de “peixe seco” e comidas típicas, bem como homens e mulheres do grupo religioso israelita com suas vestimentas diferenciadas.



Figura 13: Peixe seco e produtos agrícolas em Islândia;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Na estrutura das construções percebe-se claramente a preocupação com a enchente do rio, todas apresentam praticamente o mesmo nível de altura, aproximadamente quatro a cinco metros acima do nível do terreno de várzea. O que predomina na cidade são residências feitas de madeira, palafitas bem alongadas, em contraste com as instituições municipais construídas de alvenaria.

As residências são construídas de acordo com as passarelas, as quais são sensivelmente mais altas do que as residências, em virtude das últimas enchentes extrapolarem os níveis anteriores. As passarelas são feitas de alvenaria, e ou madeira com largura de aproximadamente dois metros e meio, com corrimão em ambos os lados, sem grade de proteção.



Figura 14: Passarelas e residências de Islândia;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

O diferencial está no fato das passarelas corresponderem às ruas de uma cidade típica atual. As passarelas de alvenaria delineiam as áreas próximas ao rio, ou seja, são as ruas centrais que recebem os visitantes. Ao longo destas passarelas vão se anexando pequenas pontes que saem das casas, ou algumas residências se constituem uma espécie de alongamento de ligação com as mesmas. Nas áreas relativamente mais afastadas da orla predominam passarelas de madeira, com início de construção de alvenaria. De acordo com a prefeitura há um projeto em andamento para se alongarem as passarelas de alvenaria para todas as áreas da cidade.

A referida cidade conta com as seguintes instituições: prefeitura, hospital, escola, delegacia, empresa de telecomunicação, termelétrica, duas igrejas, cassino e pequena área comercial. Salienta-se que já existem obras em construção que futuramente constituirão banco internacional, escola municipal, e área de atendimento ao turista.



Figura 15: Prefeitura municipal de Islândia e construção de nova escola;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

A prefeitura composta por prefeito e vereadores é o centro distrital de 58 comunidades distribuídas ao longo do rio Javari e Solimões. As instituições atendem a população da área urbana e das comunidades próximas, assim como peruanos que residem em Benjamin Constant. Entretanto, brasileiros que busquem auxílio no hospital local pagam pelos serviços prestados.

A igreja que se localiza na passarela de frente da cidade é de origem católica. Porém, adentrando a cidade podemos encontrar também a igreja do grupo religioso israelita construído em madeira. Não há registro de outras igrejas.

Na área comercial a passarela ganha contornos improvisados, se alongando com complemento de madeira até a porta dos comércios. Nesses estabelecimentos encontram-se produtos diversos, em geral importados, brinquedos, roupas, calçados, perfumes, entre outros artigos do lar. Estes estabelecimentos tem característica similares aos estabelecimentos peruanos que se encontram em Benjamin Constant, se fixam na área portuária e utilizam qualquer espaço como vitrine comercial. Salienta-se que dificilmente se encontram brasileiros vendendo nestas áreas comerciais. Existe também um pequeno cassino que contém de 08 a 10 máquinas de caça-níquel, que são uma alternativa de diversão e lazer na região.



Figura 16: Interior de cassino em Islândia;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

Em área relativamente afastada, encontra-se a termelétrica da cidade que tem potencial insuficiente para atender a demanda e só dispõe dos serviços em horários preestabelecidos pela prefeitura. De acordo com informações dos moradores, funciona no turno matutino das 06:00 às 10:00h e no noturno das 19:00 às 24:00 horas. Entretanto, alguns estabelecimentos comerciais possuem geradores próprios. Ressalta-se que existe um projeto em andamento entre as prefeituras para que a cidade de Benjamin Constant forneça eletricidade à cidade de Islândia.

Nesse contexto, os produtos congelados como frangos, carnes, linguiças e outros não podem ser armazenados na referida cidade por muito tempo e são adquiridos periodicamente na cidade de Benjamin Constant.

No ir e vir das pessoas é comum encontrar crianças, jovens, adultos, principalmente de origens ticunas, pescadores, agricultores, comerciantes, israelitas, estrangeiros (brasileiros, colombianos, estadunidenses). No período da vazante, podem-se encontrar jovens que jogam futebol no final de tarde com a camisa da seleção brasileira e agora também da seleção argentina.

Nos pequenos restaurantes encontram-se uma variedade de comidas típicas como: ceviche, lomo saltado, arroz chaufa, chicharron, entre outros. Observe a lista na figura abaixo:



Figura 17: Lista de comidas típicas peruanas de restaurante em Islândia;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

Encontram-se à noite com facilidade bancas de churrasco com predominância do frango e peixe, se encontra também comidas típicas como o fañi. Essas bancas de churrasco se situam concentradas principalmente nas passarelas imediatas ao rio, mas também são encontradas algumas mais adentro da cidade.



Figura 18: Banca de churrasco em Islândia;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, junho de 2012.

Na imagem acima se observa uma banca de churrasco na cidade de Islândia, sendo que as opções culinárias expostos na mesa são em sequência de baixo para cima na primeira bandeja à esquerda peixe e frangos assados, na segunda ensopado de peixes, na terceira farofa com banana e pedaços de frango assado, na quarta o fañi (frango ou carne com arroz, condimentos, enrolados em palha e cozidos em fogo a lenha), as demais bandejas são os acessórios, arroz, feijão, vatapá e tacate (banana verde cozida amassada).

Islândia uma cidade de várzea com peculiaridades amazônicas, em desenvolvimento vem se preparando para novas realidades políticas e econômicas, desponta nas práticas comerciais da região, visualiza uma demanda fronteira e serve como entreposto de mercadorias destinadas a Benjamin Constant.

1.3. A expansão da cidade de Benjamin Constant

O município de Benjamin Constant foi criado oficialmente em 29 de janeiro de 1898, sendo revogado em 1901 e restabelecido o termo judiciário em 1904. Tendo como origem o povoado de Remate de Males, conforme pode ser observado na figura a seguir:

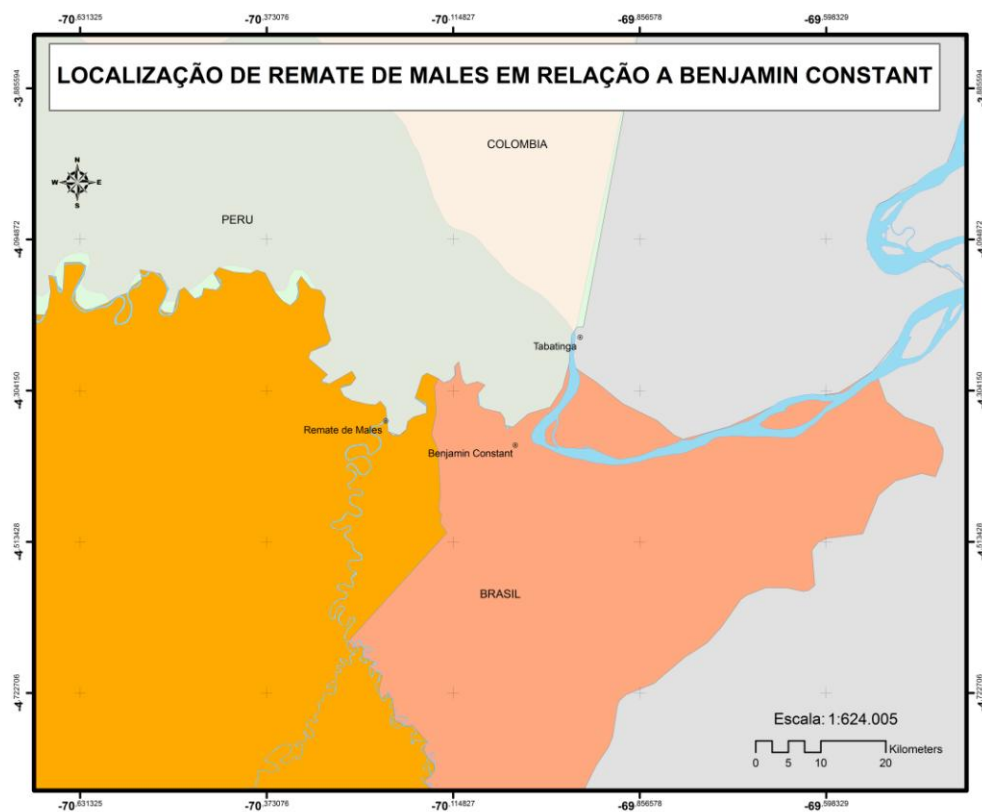


Figura 19: Localização de Remate de Males a Benjamin Constant-AM.
Fonte: Autor, 2013.

Semelhante a maioria das cidades amazônicas, o adensamento de Benjamin Constant ocorre de forma horizontal e se concentra às margens de rios, no caso referido às margens dos rios Javari e Solimões, como podemos observar na imagem seguinte:



Figura 20: Distribuição espacial urbana de Benjamin Constant;
Fonte: *Wikimapia*, 2014.

O contexto histórico de adensamento da cidade de Benjamin Constant perpassa pelo clima de fronteirização entre Estados-Nação, bem como pela influência da igreja na configuração dos equipamentos urbanos, como se observa na citação a seguir:

“(…) Benjamin Constant, a antiga Esperança, transformada numa florescente cidadezinha, com sede municipal, correios e telégrafos, rádio e mercado importante do comércio de borracha e de madeira de lei. O rápido progresso era consequência da sua feliz encruzilhada de fronteiras com imediato contato com as repúblicas irmãs do Peru e da Colômbia. Uma das causas do desenvolvimento de Benjamin Constant foi exatamente à rivalidade surgida em 1933 entre os dois Estados: a Colômbia em particular, com significativas somas, construiu um posto de fronteira, pouco depois da fronteira a cidade de Letícia, junto ao Forte de Tabatinga, colocando um forte contingente militar a poucos minutos do marco brasileiro. Isso comportou por parte do Brasil numa ação semelhante, atraindo ao lugar muitos brasileiros que deram impulso às diversas atividades de trabalho e indústrias da cidade. Também a nova estação missionária influiu não pouco no incremento demográfico e civil da região” (TOSTI, 2012. p.294).

O processo de adensamento e expansão urbana de Benjamin Constant assim como da maioria das cidades do Alto Solimões, com exceção de Tabatinga (Forte Militar), se inicia com maior intensidade a partir da presença dos padres capuchinhos,

tendo como pressuposto a evangelização missionária, como podemos analisar na seguinte citação, que descreve uma visita em 1986 do ministro provincial às sete residências missionárias do Amazonas, em comemoração aos 75 anos da prelazia:

(...) Visitou também a comunidade de Belém do Solimões, identificada com os índios Ticunas, para os quais se eram concentrados os esforços pastorais dos missionários e da província, e depois chegou a Benjamin Constant que, com seus 10.000 habitantes, era o centro mais populoso da prelazia; observando as habitações, as repartições, o colégio, Fr. Ennio não pôde conter uma exultação de orgulho e satisfação, e recordar que, quando Fr. Ludovico de Leonissa ali chegou e iniciou sua ação missionária no ano de 1920, era um simples posto aduaneiro. Sentimentos de caráter oposto envolveram-no durante a visita a Atalaia do Norte, a residência mais a oeste, antiga Remate de Males, arrastada pela fúria das águas do rio Javari, refletindo nos sofrimentos que o clima e a malária provocaram em muitos dos seus confrades (TOSTI, 2012, p. 425).

Salientam-se algumas benfeitorias realizadas pelos missionários nas cidades: igrejas e pastorais em todas as cidades do Alto Solimões, escola “Imaculada Conceição” em Benjamin Constant (1940), casas de artesanatos, escola “Nossa Senhora de Assunção” e de trabalhos técnicos femininos em São Paulo de Olivença, escola em Belém (1960), hospital Santa Elizabeth em São Paulo de Olivença, escolas de datilografia, casa da mãe gestante, serrarias e carpintarias em Amaturá, Educandário em Amaturá, fábrica de tijolos, embarcações (lanchas e outras embarcações).

A expansão urbana de Benjamin Constant ocorre a partir dessa configuração inicial, a Norte a ponte de desembarque (figura 7, n.3), ao sul o cemitério da cidade (n.4), a oeste a usina de energia elétrica (n.2), e centralizado a igreja e a escola (n.1). Então, o adensamento urbano inicia-se com a ocupação das áreas nas imediações da igreja, da escola e da usina de energia elétrica, a partir da área portuária no rio Javari e Solimões. Observe a figura a seguir:

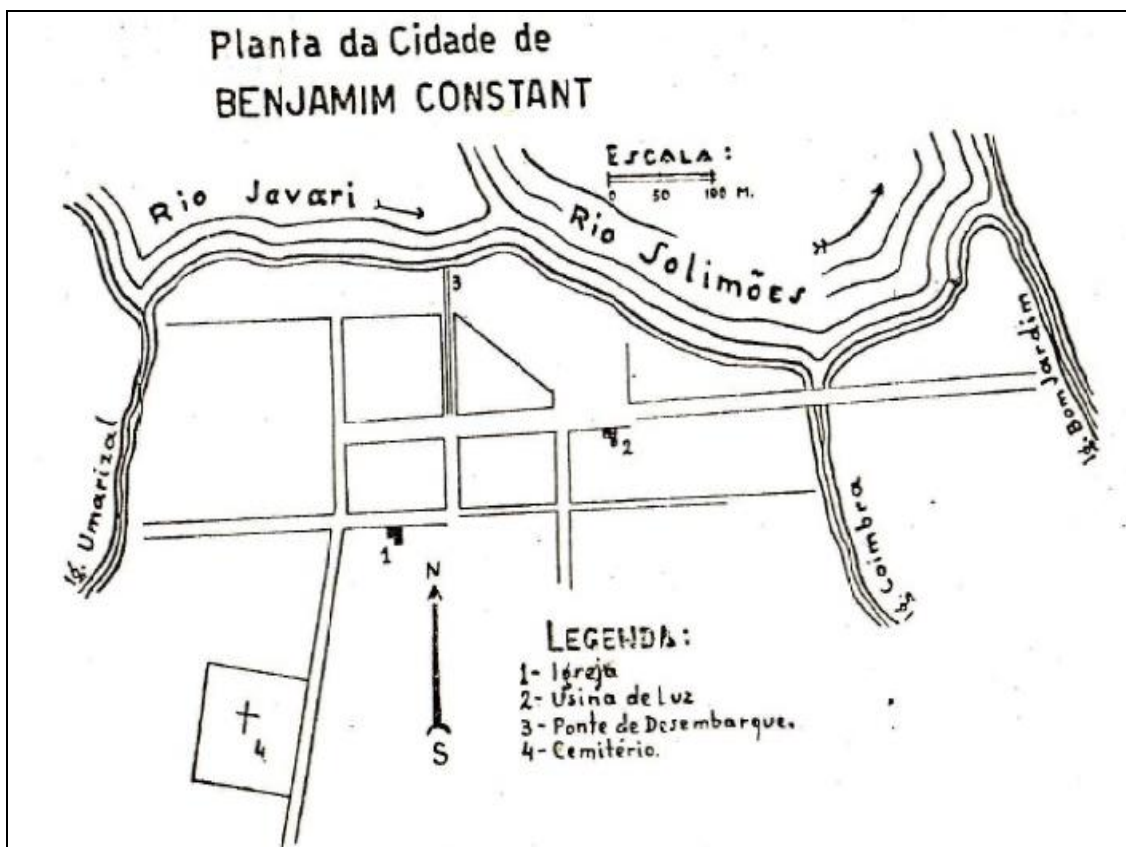


Figura 21: Planta da cidade antiga de Benjamin Constant-AM, 1940.
Fonte: MELO, 1940.

Entretanto, podemos citar outros vetores responsáveis por esse adensamento inicial do perímetro central. Em 1932 inaugurou-se a primeira sede da prefeitura municipal, em 1940 ocorre à fundação do colégio coordenado pelas missionárias católicas, em 1953 a inauguração da escola estadual “Coronel Raimundo Cunha”. Em 1969 inaugura-se a termelétrica (antiga CEAM). Em 1974 ocorre a construção da igreja matriz “Imaculada Conceição”, em 1988, a inauguração da primeira sede da câmara municipal. Estas instituições serão os vetores de origem da área central do município de Benjamin Constant. Observar que a planta anterior da cidade (figura 21) corresponde à área 01 da cidade atual (figura 22), na confluência dos rios Javari e Solimões:

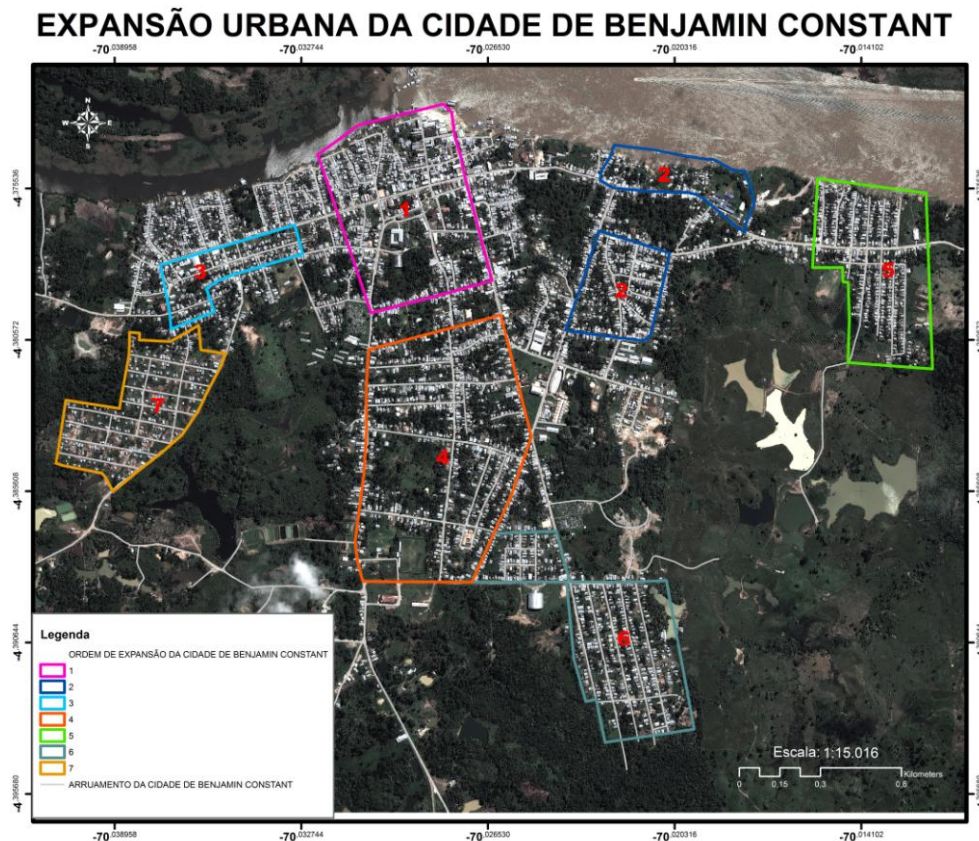


Figura 22: Expansão urbana da cidade de Benjamin Constant-AM.
 Fonte: SEPLAN, 2014;
 Organização: Souza, 2014.

Paulatinamente a cidade se expande em direção oeste às margens do rio Javari, principalmente com a inauguração da nova usina termelétrica e com o início da construção do Conjunto Habitacional do Amazonas (COHAB-AM) em 1966. Entretanto, esse conjunto habitacional não foi de pronto ocupado, pois de acordo com os moradores era uma área destinada aos portadores de hanseníase.

Então a cidade passa a se expandir com maior intensidade para a zona leste com a configuração do bairro de Coimbra, que nesse período já contava com hospital militar e uma delegacia, que respectivamente foram inaugurados em 1949 e 1962. Em meados da década de 1980, há o *boom das serrarias* que vão se instalando às margens do rio Solimões, em direção a zona leste da cidade, precisamente nos bairros de Coimbra e Bom Jardim. Todavia, ressalta-se que anterior a este período já existiam serrarias tanto em Benjamin Constant quanto em Islândia (Peru), mas de volume incipiente, distante do perímetro urbano. Essa atividade extrativa de madeira se torna a principal atividade econômica do município com predomínio em toda região, como se pode observar na seguinte citação:

(...) estes elementos fizeram o fortalecimento dos comércios no Marco. Os novos estabelecimentos comerciais vendiam produtos como sabonetes, artigos do lar, sapatos, têxteis, alimentos enlatados, materiais de construção, entre outros. Estes locais foram promovidos por capitais e empresas de Benjamin Constant que antes estavam concentrados na atividade madeireira na cidade, por comerciantes que trabalhavam com o comércio de regatão, que posteriormente estabeleceram armazéns no Marco, que eram surtidos de mercancias oriundas de Manaus (...). Dentre os locais comerciais que surgiram se sobressaíam a Casa Barbosa dos Irmãos Magalhães, destacada empresa dedicada ao comércio madeireiro e móveis que anteriormente funcionavam somente em Benjamin Constant (MOTTA, 2012, p. 215-216).

De acordo com informações de nativos que trabalhavam nas serrarias, a madeira comercializada era oriunda principalmente do vale do Rio Javari no perímetro pertencente ao município de Atalaia do Norte. As serrarias beneficiavam a madeira (tábuas, pranchões, ripões, tabiques) atendiam ao mercado regional (Benjamin Constant, Atalaia, Tabatinga, Manaus, Belém) e ao mercado internacional (Peru, Colômbia, Estados Unidos, Venezuela, Espanha e França). Os principais tipos de madeira de lei exportados eram cedro, mogno, virola, louro, jacarandá e jacareúba.

Em síntese os empresários da madeira de Benjamin Constant influenciavam na economia de toda região da tríplice fronteira, inclusive no denominado “Marco”, que era a área comercial mais dinâmica da tríplice fronteira, no limite territorial entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (recém Colômbia, antes território do Peru). Nesse período eram colombianos e peruanos que compravam os produtos brasileiros, disponibilizados principalmente pelos empresários da madeira que também trabalhavam como regatão e adquiriam mercadorias diretamente de Manaus e outras regiões a preços acessíveis. Nesse sentido, com a dinâmica das serrarias se intensifica a ocupação desse setor da cidade, o que se pode observar na figura na área 02, da Imagem da Expansão Urbana de Benjamin Constant (figura 22).

Na década de 1980, também ocorre à entrega final do Conjunto Habitacional do Amazonas (COHAB-AM), financiado pelo Sistema financeiro de Habitação por meio da Superintendência de Habitação do Amazonas SUHAB-AM, que traz consigo a pavimentação de duas avenidas principais, a Avenida 21 de Abril e a Santos Dumont, o que vai gerar a ocupação espacial com maior intensidade da zona oeste da cidade (área 03 da figura 22). Paulatinamente vão sendo ocupados os interstícios entre as áreas centrais (área 01) e a zona oeste (área 03), ao longo da margem do rio Javari.

No final da década de 1990 com o projeto do governo do Estado Amazonas denominado de 3º ciclo, há incentivos à prática da piscicultura e atividades agrícolas, haja vista, a decadência das empresas de serrarias em 1994 a 1995. A sede desse projeto se situará na zona Sul, o que vai gerar a expansão da cidade para o bairro da Colônia (área 04 da figura 22). Nesse período configuram-se também vetores de atração urbana, a construção dos estádios municipais (estádio dos Veteranos e estágio José Henrique de Oliveira), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e posteriormente a nova delegacia da polícia militar, bem como melhorias na pavimentação da estrada que liga Benjamin Constant a Atalaia do Norte.

Salienta-se que com referência à Universidade Federal do Amazonas, que inicialmente se denominava Centro Universitário de Benjamin Constant (CEUNBC), sua influência como vetor de expansão urbana ocorreu inicialmente em 1992 no bairro de Coimbra, local que abrigou as primeiras instalações da referida instituição, e que somente a *posteriori* é transferida para o bairro da Colônia onde se encontra até os dias atuais (LUZEIRO, 1993).

No período de 1999 a 2002 ocorre nova expansão em direção à zona leste da cidade (área 05 da figura 22), com o loteamento do Conjunto Habitacional de áreas do perímetro da AGROPALMA, um projeto do governo que visava à fabricação de palmito.

Recentemente a partir do ano de 2000-2005 ocorreu o loteamento municipal para a zona sudeste (área 06 da figura 22), com a denominação do bairro de Cidade Nova, nesse perímetro foi delimitado o novo cemitério e construído um exuberante ginásio poliesportivo.

E entre 2012-2013 ocorre novo loteamento municipal com instalação de rede elétrica na zona sudoeste da cidade na área que compreende o perímetro da estrada Cardoso (área 07 da figura 22), denominado de bairro Eduardo Braga, com o loteamento inicial de aproximadamente 100 famílias.

Benjamin Constant município com aproximadamente 35.000 habitantes, cidade localizada numa área de fronteira apresenta peculiaridades em sua expansão urbana, pois apesar da maioria dos censos não identificarem, existe uma população expressiva de peruanos que reside na referida cidade. Ressalta-se ainda que estes imigrantes fizeram parte da formação histórica de alguns bairros, e que nas últimas décadas apresenta uma população crescente que se expande em direção a vários bairros,

constituindo-se como presença significativa em atividades econômicas diversas, principalmente no que se referem ao terceiro setor, o comércio.

2. O comércio peruano e a cidade de Benjamin Constant

Dentre os fatores preponderantes quanto à origem e formação das cidades está o comércio, ou seja, as relações comerciais. Engels, (2009) assinala que o comércio promove confusão entre os membros das *gens, fratrias e tribos*, gerando novas formas de relações sociais que se configuram em espacialidades. Não apenas Engels, mas vários autores apontam que a formação das características atuais das cidades estão interligadas à expansão comercial, na difusão de valores, ideias, cultura, ciência e religião (BENEVOLO, 2011; MUNFORD, 1965; ZUCCONI, 2009; LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2011). Nem todas as cidades se originaram do comércio, todavia em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas, o que nos permite inferir que o comércio faz parte da razão de ser da cidade (SALGUEIRO e CACHINHO, 2009).

A origem da cidade de Benjamin Constant tem relações estreitas com as práticas comerciais, principalmente no que tange ao período gomífero. Porém, não apenas o comércio esteve na origem da cidade, há que se destacar a influência da Igreja Católica, dos militares e no contexto da expansão urbana, o aparato educacional com o Campus Avançado do Projeto Rondon de responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – PUC-RS e posteriormente a fixação da UFAM com o Instituto de Natureza e Cultura – INC, bem como o funcionamento das serrarias nos anos de 1970 a meados dos anos 1990 e a implantação do hospital de guarnição militar de Tabatinga, posteriormente transformado em hospital geral de Benjamin Constant.

Atualmente, Benjamin Constant carrega em suas características peculiares de fronteira a presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos. Esse comércio hodierno em expansão faz parte de sua razão de ser, não é responsável por sua origem, mas é inegável que os imigrantes peruanos fazem parte de sua história. Oliveira (2011) ressalta que “a idade dos lugares inclui o tempo histórico, todavia o que conta é a história de cada pessoa.”

Nesse sentido, pode-se identificar por meio de narrativas de moradores que a presença dos peruanos em Benjamin Constant se relaciona à formação da atual sede municipal, como na presença de indígenas denominados Bitotas, na formação do bairro do Umarizal (área oeste da cidade) e na presença de uma família peruana na formação

do bairro de Bom Jardim (área leste da cidade), bem como na contribuição para a formação da atual área central da referida cidade, com famílias de peruanos que detém a maior parte dos pontos comerciais.

A presença de peruanos em Benjamin Constant corresponde a determinados períodos de fluxos migratórios com variações em seu perfil de trabalho. Identificou-se estes migrantes no período gomífero de seringalistas a seringueiros e comerciantes (regatão), no período das serrarias como trabalhadores braçais, e no período atual como comerciantes em geral e como prestadores de serviços indo dos mais especializados médicos e enfermeiros aos menos especializados como pedreiros, mecânicos, e borracheiros.

No presente capítulo, são apresentadas questões específicas do comércio realizado por peruanos em Benjamin Constant, bem como a descrição dos aspectos relativos à mobilidade humana na região para compreender a origem desse tipo humano característico e marcante na vida da cidade. Também será destacada a espacialização do comércio e sua tipologia, ou seja, apresentar os vários tipos de atividades comerciais e a sua localização no espaço urbano.

2.1. A questão da migração peruana

Com relação à definição de migração, verifica-se a inexistência de um consenso que satisfaça plenamente às diferentes possibilidades de manifestação do problema. De qualquer modo, trata-se do movimento das pessoas no espaço de modo permanente ou de curta duração. Não se trata das migrações pendulares aquelas realizadas todos os dias, por exemplo, quando as pessoas se dirigem ao seu trabalho e ou para ter acesso a certos tipos de serviços, como educação e saúde. Uma referência é a ONU (Organização das Nações Unidas), que define migração “como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”. Entretanto, essa definição exclui as populações nômades, as migrações sazonais, o movimento de pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes, turistas e pessoas que viajam regularmente (RENNER, 1980).

Para ilustrar melhor a situação suscita-se a afirmativa de Haesbaert (2010):

(...) migrante é uma categoria muito complexa e, no seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios. Com isso, falar genericamente em migração pode mesmo tornar-se temerário –

somos sempre obrigados a qualificá-la. Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que também se trata de processos internamente diferenciados – por exemplo, a análise da des-territorialização depende do momento em que a trajetória do migrante está sendo analisada. Além disso, há migrações ditas 'econômicas' vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda 'ambientais'. Para completar, categorias como as de refugiado e exilado muitas vezes são confundidas com a de migrante, sendo muitas as situações ambíguas ou de entrelaçamento (HAESBAERT, 2010, p. 246).

Completa-se ainda utilizando a de Renner e Patarra (1980):

A fase de identificação do fenômeno numa população apresenta outras dificuldades, pois embora não haja do ponto de vista estritamente estatístico, dificuldades para identificar os movimentos de população no espaço, há situações limites em que é difícil discernir, entre os movimentos de população, aqueles que se caracterizam como migração. Os próprios migrantes nem sempre se identificam como tais, não constituindo, pois, fontes seguras de informação (RENNER e PATARRA, 1980, p. 237-238).

A discriminação entre migrações definitivas e migrações temporárias só é possível *a posteriori*. De fato, uma parte dos imigrantes temporários fixa-se no lugar de destino quando existe a possibilidade jurídica de assim proceder e também interesse econômico (GEORGE, 1973). Nesse contexto, o enfoque aqui apresentado de análise de fluxos migratórios é utilizado com a finalidade de gerar conhecimento sobre a origem e expansão da migração peruana e o controle do comércio em Benjamin Constant. Então, o presente estudo parte do princípio de que a migração implica mudança de residência, deslocamento populacional entre distintas áreas geográficas, porém sem se deter no aspecto de definitivo ou temporário para caracterizar tal fenômeno. Pressupõe-se também o aspecto de atração e repulsão econômica, política, ambiental do lugar de origem e destino que envolve o fenômeno migratório. De acordo com Aragón (2009), a Amazônia brasileira acompanhou o período das grandes migrações do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. O fluxo de migrantes internacionais para o Brasil se fortaleceu a partir de 1870 e, sobretudo, após a abolição da escravatura em 1888, como resultado de diversas transformações socioeconômicas e demográficas da Europa, da expansão do capitalismo e de políticas estatais do Brasil que contribuíram para atrair europeus visando suprir a escassez de mão de obra causada pela libertação dos escravos. Os migrantes procediam, sobretudo, da Europa, de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão (ARAGÓN, 2009).

O processo de migração nas áreas de fronteira é histórico, existe um vai e vem recíproco principalmente quando se trata das fronteiras da Amazônia, que antes de qualquer formação entre Estados-Nação era uma região habitada por populações indígenas que mantinham contato frequente e não vivenciavam uma territorialidade imposta a partir da definição de fronteiras com a implantação dos Estados Nacionais na América e em especial na Amazônia.

Segundo os dados censitários do IBGE de 2010, a população de Benjamin Constant é de 33.411 habitantes, sendo que desse total 20.138 habitantes é de população urbana. De modo mais específico, o último Censo da Saúde, realizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), no ano de 2009, identificou um total de 3.456 imigrantes peruanos, entre jovens, adultos e velhos vivendo na cidade de Benjamin Constant (PNAD, 2009). Portanto, seguindo dados oficiais, aproximadamente 17,1% da população da cidade de Benjamin Constant é formada por imigrantes peruanos, sem contar os seus descendentes das segunda e terceira gerações que são brasileiros.

Especificamente, ao longo dos últimos cem anos, os fluxos migratórios oriundos do Peru tem passado por várias etapas. A partir de 1910, o Peru deixou de ser um país receptor de migrantes, convertendo-se em um país emissor de migrantes, tendo como fatores à deterioração de sua política econômica. A década de 1980 foi marcada por uma intensa migração de peruanos para o exterior. Podemos destacar também os aspectos políticos e econômicos do Peru, os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas como elementos responsáveis por impulsionar a saída de homens e mulheres do Peru (SANTOS, 2011).

No fim de 1988, a crise econômica, a violência terrorista, entre outros problemas, levou os peruanos a migrarem em busca de emprego e segurança, acelerando ainda mais a migração da zona rural para as grandes cidades peruanas, principalmente para a capital do país, o departamento de Lima, que tem ocupado uma situação de privilégio, já que se converteu no principal centro das atividades político-administrativas do Peru, o que provocou um maior crescimento de sua população. De acordo com o INEI (2009), Lima concentra 29% da população nacional, 69% do produto interno industrial, 87% da arrecadação fiscal, 98% dos investimentos privados, 48% dos leitos hospitalares e 33% da população economicamente ativa. Esses números demonstram o desenvolvimento de Lima em relação aos demais departamentos do Peru, o que a torna principal foco de atração populacional (SANTOS, 2011, p.24-25).

Oliveira (2006), afirma que:

Os fatores históricos indicam a influência da cultura na decisão de migrar, uma vez que os povos andinos eram predominantemente nômades. Já os fatores geográficos apresentam a proximidade da fronteira como um grande convite à transposição dos limites, que nesse caso são simplesmente geopolíticos. Os fatores econômicos também são determinantes nesse processo, principalmente para a migração mais recente que é decorrente da grande crise e recessão econômica que o país vem atravessando. No entanto, o sangrento período da ditadura do general Velasco Alvarado destaca-se como um dos elementos que mais interferiram nos processos de migração até os dias atuais (OLIVEIRA, 2006, p. 187-188).

O período referido da ditadura militar compreendeu as décadas de 1968 a 1975, período, que de acordo com a autora, promoveu historicamente o maior fluxo migratório de peruanos. Nesse sentido, a emigração de peruanos à cidade de Benjamin Constant corresponde de certa forma aos fatores explicitados acima como determinantes de expulsão. No entanto, não estão limitados somente a isso, há que se considerar os fatores de atração. No período de 1910 a 1920, ainda num processo embrionário da referida cidade em estudo, se percebe a presença de imigrantes peruanos no cenário do seringal de Remate de Males que se torna o polo gomífero de maior destaque da região, tendo como entreposto as vilas peruanas de Nazaret e Caballo Cocha, como pode ser percebido na citação a seguir:

No outro lado do rio o desenvolvimento de Nazaret (povoação peruana), à margem esquerda do Javari, assemelhava-se com Remate de Males. Encontravam-se firmas comerciais, como Marius & Levy (mais tarde pertencente cada casa à firma Israel & Levy de Iquitos, de que era gerente o Sr. Leon Levy), Pio de Azevedo Veiga, Merlo Irmãos, Abensour & Cia., Mamann & Irmãos, Salomão Braun, Fonseca & Cia., Nordon & Cia., M. Daou & Cia., se localizavam na vila e mantinham transações com os Estados Unidos e Europa, via Iquitos, e importavam todo tipo de tecidos finos e artigos de luxo, que vendiam a preços baixos, devido à tarifa aduaneira peruana lhes favorecer (MAIA, 2013, p. 62).

De acordo com Botía (2008), os primeiros imigrantes peruanos que chegaram a Benjamin Constant, “participaram do processo de povoamento e ajudaram a construir a história demográfica e econômica do município”. Tanto que, na década de 1930, “a população estrangeira em Benjamin Constant mantinha um caráter multinacional, era composta por 68 peruanos, 18 colombianos, três portugueses, três italianos, três sírios, um espanhol e um alemão” (BOTÍA, 2008, p. 182).

Porém, destaca-se que a entrada com maior relevância de peruanos em território amazonense se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990 e se tratava de fluxo eminentemente de migrantes trabalhadores

(OLIVEIRA, 2010 e SANTOS, 2011). No período referente à década de 1980 e início da década de 1990, a principal atividade econômica do município de Benjamin Constant era a extração e a indústria de beneficiamento de madeiras. As serrarias se concentravam na área urbana do município e atendiam mercados nacionais e internacionais, ou seja, era a atividade que atraía trabalhadores peruanos, alguns residentes próximos da cidade em território peruano e um número significativo migrava de modo permanente e fixava residência na cidade. Nesse período, as serrarias empregaram aproximadamente 1000 pessoas e mais os empregos indiretos (NOGUEIRA, 2008).

Portanto, desde o início da formação e construção da cidade de Benjamin Constant, já havia presença de imigrantes peruanos na referida cidade, porém a atividade que estes executavam era diferente da atual, pois migravam em busca de trabalho que em geral era disponibilizado pelas serrarias, mas já se notava o início do comércio para os moldes atuais, como podemos perceber no depoimento de Torres (2011), extraído de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na UFAM de Benjamin Constant:

Lembro-me que uma parte significativa desses imigrantes veio para Benjamin Constant, na década de 1980, a procura de emprego nas serrarias, já que elas eram uma das poucas possibilidades de trabalho remunerado disponíveis nessa região. Outros trabalhavam no comércio informal, o chamado comércio ambulante, vendendo produtos industrializados de plástico como, bacias, baldes, pratos, canecas, entre outros objetos importados (TORRES, 2011, p. 25).

Nesse período, a maioria dos imigrantes peruanos no Amazonas apresentava baixo nível de escolaridade, pois se tratavam de camponeses ou pertencentes a etnias indígenas, migrando com toda a família em busca de qualquer tipo de trabalho e de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2010). Esses imigrantes se submetiam a qualquer situação de trabalho que lhes proporcionasse algum ganho para o sustento de suas famílias. O que muitas vezes lhes conferiu situação de trabalho análogo ao escravo nas serrarias. Eram explorados pelos patrões por meio de intensa jornada de trabalho mal remunerado, e em alguns casos relatados se submetiam ao regime de compra de seus materiais de uso cotidiano (alimentação, materiais de higiene) nos estabelecimentos comerciais dos patrões das serrarias, o que gerava um sistema de dívida impagável similar ao que ocorria no período de extração da borracha.

Percebe-se que nesse período a migração de origem peruana para a região Norte do Brasil se tornou predominante, superando a migração europeia e de outros países, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Imigrantes internacionais, segundo local de nascimento, presentes na região Norte, entre 1990-2000.

Local	%
Peru	24,68
Países da Europa	15,00
Bolívia	13,36
Países da Ásia	8,69
Guiana	6,82
Colômbia	6,38
Paraguai	4,40
Venezuela	4,22
Guiana Francesa	3,73
Estados Unidos	3,41
Países sem especificação	1,86
Cuba	1,61
Países da África	1,54
Argentina	1,28
Chile	0,62
Canadá	0,53
Suriname	0,50
Panamá	0,37
Outros da América	0,33
Uruguai	0,25
El Salvador	0,12

Guatemala	0,10
Países da Oceania	0,10
Equador	0,09
Total	100

Fonte: IBGE, censo demográfico de 2000.

A tabela mostra a variedade de imigrantes na região Norte, porém com predominância a partir da década de 1990, dos imigrantes peruanos com 24% desse volume migratório. Outro dado interessante é que este deslocamento maior é para a cidade de Manaus (20,7% do total), conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Municípios de destinos dos imigrantes peruanos na região Norte, 1990-2000.

Município	%
Manaus (AM)	20,7
Tabatinga (AM)	9,6
Guajará-Mirim (RO)	8,3
Benjamin Constant (AM)	6,9
São Paulo de Olivença (AM)	6,5
Novo Airão (AM)	5,3
Assis Brasil (AC)	4,8
Sena Madureira (AC)	4,5
Porto Velho (RO)	4,0
Atalaia do Norte (AM)	3,6
Cruzeiro do Sul (AC)	3,2
Rio Branco (AC)	2,6
Coari (AM)	2,6
Juruti (PA)	2,6
Boa Vista (RR)	2,5
Belém (PA)	2,5

Santo Antonio do Iça (AM)	1,9
São Gabriel da Cachoeira (AM)	1,4
Manacapuru (AM)	1,2
Tonantins (AM)	1,2
Santa Rosa do Purus (AM)	1,0
Ipixuna (AM)	1,0
Juruá (AM)	0,7
Alvarães (AM)	0,6
Marechal Thaumaturgo (AC)	0,5
Porto Walter (AC)	0,2

Fonte: IBGE, censo demográfico de 2000.

Seguindo a rede urbana com base nos rios da Amazônia, identifica-se que os imigrantes peruanos se fazem presentes em praticamente todos os municípios do Solimões, da fronteira estudada até Manacapuru. Os dados oficiais mostram contingentes de peruanos nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Manacapuru. A partir de informações de campo e de dados extra-oficiais identifica-se também a presença desses imigrantes em Amaturá, Fonte Boa e Jutai.

Benjamin Constant se destaca como o quarto destino migratório peruano da região Norte, o terceiro maior destino do Amazonas, e o segundo destino, considerando a rede urbana Solimões a partir de Manacapuru até Atalaia do Norte, só perdendo para a cidade de Tabatinga.

Para George (1977), a proximidade entre países facilita o processo migratório pela proximidade e falta de fiscalização, ou seja, existe uma porosidade na fronteira. Na pesquisa de campo, a partir da aplicação de formulários observou-se que os migrantes peruanos fazem uma migração inicial interna, principalmente de cidades menores para os grandes centros urbanos peruanos e depois se direcionam até a fronteira. A principal forma de entrada dos migrantes peruanos ocorre via fluvial, tendo como meio de ligação o rio Amazonas. A trajetória mais relatada pelos entrevistados é a que segue de Iquitos, um centro urbano regional capital do departamento Loreto e da Província de Maynas, de

onde pegam barcos e descem o rio até Santa Rosa ou Islândia ainda em território peruano e em seguida vão inicialmente para Tabatinga ou Benjamin Constant. Depois de determinado tempo pegam nova embarcação em direção a Manaus. Ocorre que muitas vezes, quando param nessas cidades de fronteira no Alto Solimões iniciam a prática da atividade comercial ambulante para garantir a sobrevivência, e em muitos casos relatados acabam se estabelecendo, montam um pequeno negócio e vão prosperando economicamente e às vezes se transformam em grandes comerciantes.

Existe também a rota de migração que ocorre via rio Javari. Nesse caso específico se trata de migrantes camponeses oriundos dos vales Andinos, percorrem as margens do rio Javari no sentido montante-jusante, passam por cidades como Caballo Cocha, Petrópolis, Santa Rosa e Islândia (Peru) e se fixam nas cidades fronteiriças brasileiras do Alto Solimões (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga).

Outro fator que favorece as migrações transfronteiriças é a consolidação de redes de apoio de um lado e outro da fronteira. A existência de redes entre os migrantes permite que estes mantenham laços e contatos com parentes e amigos no local de origem (GEORGE, 1977).

Para os dois grupos migrantes peruanos que se estabelecem atualmente em Benjamin Constant, os que são oriundos de centros urbanos, e os dos vales andinos, detectou-se que existe uma rede de parentesco e ou amizade que viabiliza o apoio econômico acolhendo os migrantes na chegada e lhes possibilitando condições básicas para se instalarem na cidade. Ressalte-se, que foi identificada uma rede com irmãos e pais pioneiros que deram o suporte inicial de trabalho aos novos imigrantes em Benjamin Constant.

Identificaram-se também no segundo grupo, os camponeses com forte vínculo religioso, fator que se tornou vetor de consolidação da migração na região, bem como a relação política do governo peruano de incentivo a esse grupo para povoar a fronteira peruana, as denominadas fronteiras vivas (MACHADO, 2013), ilustrado com a figura a seguir:



Figura 23: Barco fronteiras vivas em Islândia;

Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Quando se trata de migração e principalmente numa área de fronteira, verifica-se o contexto dos problemas que se produzem ao lugar de destino, aqui no caso específico a cidade de Benjamin Constant, principalmente as questões de legalização da situação do imigrante. Neste aspecto, uma das soluções mais frequentes de regularização e aquisição do visto permanente encontradas na legislação brasileira para mudança de *status* político de um estrangeiro frente ao Estado é o casamento. Outros caminhos para a transformação de *status* são:

“(a) o visto permanente através da aposentadoria (aceito pelo Brasil); (b) o visto permanente provisório conseguido por anistia (muito ocasionalmente gerada pelas políticas migratórias nacionais); (c) o visto permanente por meio de “reunião familiar”, que pressuponha uma relação próxima (geralmente pai ou filho) no país de imigração; (d) o visto temporário de trabalho” (BLANCHETTE, 2005, p. 141).

Por muito tempo se justificou que os peruanos adquiriam o visto de legalização brasileira em Benjamin Constant, assim como nas outras cidades do Alto Solimões por meio da estratégia de união matrimonial e de que determinados imigrantes peruanos somente estabeleciam casamento com as brasileiras com o objetivo de regularização do

visto de legalização no Brasil. Atualmente se observa outra estratégia, que parece bem mais eficaz que a anteriormente citada, levando em consideração que para união matrimonial existe a questão da aceitação do outro, além de outras variáveis.

Percebeu-se que atualmente vem ocorrendo outra variável que merece reflexão, a qual tem como base a lei brasileira de concessão de visto permanente, “o visto permanente por meio de “reunião familiar”, que pressupõe uma relação próxima (geralmente pai ou filho) no país de imigração”. Tendo como pressuposto de que quem nasce no Brasil é brasileiro, percebemos que atualmente estão ocorrendo significativos números de partos em Benjamin Constant de mães peruanas, que merece um estudo mais apurado. Observe a tabela abaixo:

Tabela 3: Atendimento a estrangeiros no hospital geral de Benjamin Constant no ano de 2012.

Meses	Parto normal	Operatório (cesariana)	Atendimentos diversos
Janeiro	02	01	39
Fevereiro	00	00	16
Março	05	00	80
Abril	06	00	72
Maior	00	00	32
Junho	02	00	25
Julho	01	01	60
Agosto	02	00	21
Setembro	02	01	55
Outubro	02	00	41
Novembro	04	02	51
Dezembro	06	03	35
Total	32	08	527

Fonte: Hospital geral de Benjamin Constant, 2013.
Organizado: Autor, dezembro de 2013.

Somente no ano de 2012 na cidade de Benjamin Constant foram registrados 527 atendimentos aos estrangeiros no hospital geral. Salienta-se que destes atendimentos, registraram-se 40 (quarenta) nascimentos de estrangeiros, sendo que 100% desses estrangeiros são de origem peruana. Outro dado relevante é que 32 (trinta e dois) partos ocorreram de forma normal e 8 (oito) de prática operatória, ou seja, devido a situação de não regularidade documental dos pais, o serviço de saúde prestado tende a evitar esses tipos de atendimentos (cirurgias cesarianas). Em muitos casos relatados por enfermeiros, o procedimento é informar aos pais que eles não podem ser atendidos, porém, os pais procuram o atendimento em vias de processo final de concepção natal. Então, os enfermeiros não podem negar o auxílio de disponibilizar leitos e atendimentos básicos de concepção. Ocorre o nascimento, e se nasceu no Brasil é brasileiro, podendo usufruir de determinadas benéficas jurídicas e auxílios governamentais, conseqüentemente os pais podem requerer visto permanente no Brasil.

A partir do ano 2000 percebe-se novo fluxo migratório em direção a Benjamin Constant, este com novas características, pois o Peru não passa por nenhuma grave crise econômica ou política. Porém, talvez a imagem do Brasil despontando como uma das economias em ascensão e também os acordos do MERCOSUL, bem como o estreitamento de relações políticas entre Brasil e Peru, promovido pelos últimos governantes brasileiros, gerou no imaginário peruano a oportunidade de desenvolverem atividades comerciais e com isso aumentou a presença marcante dos comerciantes peruanos, que estabeleceram seus pontos comerciais não apenas na área central como também em área de expansão, abrindo ou consolidando a ocupação de bairros distantes da área central da cidade de Benjamin Constant.

2.2. A espacialidade do comércio peruano em Benjamin Constant

É o comércio, sem dúvida, a atividade mais sensível à influência da fronteira (SCHAFFER, 1993). Em Benjamin Constant a afirmativa se faz verdadeira, pois o comércio nessa cidade é predominantemente variável à influência da razão de ser da fronteira, o que pode ser visto na diversidade: de produtos, equipamentos, cultura, religião e pessoas. E é nesse contexto, que se aplicam bem as considerações de José de Souza Martins (2012):

(...) nesse conflito, **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade**. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, (...). Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 133).

A partir dessas considerações podemos pensar a fronteira para além de uma área conflituosa e ou lugar da alteridade, mas também para a lógica de ver, ser e pensar a fronteira como lugar do encontro, das possibilidades, o que sugere desdobramentos para um nível não somente de aceitação do outro, mas também de convivência e de similaridades na busca de soluções para as práticas cotidianas. Tentar entender o comércio numa cidade de fronteira como em Benjamin Constant, envolve pensar em suas materialidades e imaterialidades como sugere Gemelli e Souza (2012).

Do ponto de vista objetivo e tendo como base a espacialidade, ou seja, como está distribuído espacialmente o comércio na cidade de Benjamin Constant, constatou-se que na área central o comércio se concentra: Na Avenida 21 de abril, num total de 22 estabelecimentos comerciais, dos quais 10 são de proprietários de origem brasileira e 12 de proprietários de origem peruana; Na Avenida Castelo Branco foram identificados um total de 19 estabelecimentos, sendo que 06 de proprietários brasileiros e 13 de proprietários peruanos; Na Avenida Getúlio Vargas identificou-se 19 estabelecimentos, dos quais 10 são de proprietários de origem brasileira e 09 de origem peruana; e na Rua Praça da Bandeira um total de 15 estabelecimentos, sendo que 02 de proprietários brasileiros e 13 de proprietários de origem peruana, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 4: Estabelecimentos comerciais distribuídos nas vias centrais de Benjamin Constant-AM, no ano de 2013.

Nacionalidade	Avenida 21 de Abril	Av. Getúlio Vargas	Av. Castelo Branco	Rua Praça da Bandeira	Total	%
Brasileiros	10	10	06	02	28	37
Peruanos	12	09	13	13	47	63
Total	22	19	19	15	75	100

Fonte: Autor, pesquisa de campo, maio de 2013.

A tabela acima mostra 75 estabelecimentos comerciais distribuídos nas principais ruas e avenidas da área central, dos quais 28 estabelecimentos são de proprietários de origem brasileira e 47 são de proprietários de origem peruana. Quanto mais próximo à margem do rio maior a concentração do comércio realizado pelos peruanos, ou seja, quanto mais próximo da área portuária, do mercado e feira municipal, maior a predominância dos estabelecimentos comerciais peruanos.

2.2.1. Expansão comercial em direção aos bairros

A partir do ano 2000 com o aumento da migração peruana e seu envolvimento na atividade comercial, começa a ocorrer o deslocamento de comerciantes peruanos da área central em direção a outros bairros da cidade, principalmente para o bairro de Coimbra que concentra o maior contingente demográfico da cidade de Benjamin Constant. No referido bairro foram identificados o total de 25 estabelecimentos comerciais distribuídos ao longo da Avenida 13 de Maio, principal via comercial do bairro, dos quais 12 são de proprietários de origem brasileira e 13 de origem peruana, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5: Estabelecimentos comerciais por origem no bairro de Coimbra, no ano de 2013.

Estabelecimentos Comerciais	Avenida 13 de Maio – Coimbra
Peruanos	13
Brasileiros	12
Total	25

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2013.

Entretanto, em outros bairros a predominância comercial ainda é de estabelecimentos com proprietários brasileiros como, por exemplo, nos bairros Umarizal e Javarizinho, dos quais se verificou que no prolongamento da Avenida 21 de Abril que cruza o centro em direção ao bairro, 25 estabelecimentos de proprietários de origem brasileira e 07 de origem peruana, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 6: Estabelecimentos comerciais por origem nos bairros do Umarizal e Javarizinho, no ano de 2013.

Nacionalidade	Avenida 21 de Abril
Brasileiros	25
Peruanos	07
Total	32

Fonte: Autor, pesquisa de campo, 2013.

A maior concentração de estabelecimentos comerciais peruanos no bairro de Coimbra decorre, além de ser o bairro mais populoso, do fato de ser o bairro onde se localiza a Delegacia de Polícia o que acarreta maior segurança, e é exatamente na rua contígua a Delegacia que ocorre a maior concentração de comércios peruanos. Outro fator que também pode ter contribuído, é que a área onde estão situados os estabelecimentos comerciais, se constitui de um perímetro predominante de encostas sujeitas a desmoronamento e por isso foram adquiridos a preços baixos, já que os antigos moradores estavam saindo da área. Há ainda que se considerar a proximidade do rio em especial do igarapé Esperança utilizado especialmente durante a enchente, como via de acesso para o abastecimento dos comércios.

Quanto ao deslocamento para o bairro do Umarizal e bairro Cidade Nova, ainda ocorre de modo gradativo e pulverizado não sendo identificado um perímetro de concentração comercial semelhante ao Centro e ao bairro de Coimbra, ou seja, os estabelecimentos comerciais peruanos se situam de forma dispersa e pontual, todavia registra-se a tendência de expansão para estas áreas.

Os estabelecimentos comerciais ao longo da história da cidade de Benjamin Constant se concentram principal na área central. Roberto Lobato Corrêa (2011) sustenta que “no longo e infundável processo de organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e interações espaciais” (CORRÊA, 2011, p. 35). Pode-se inferir que a seletividade espacial existe como prática realizada pelos comerciantes peruanos, pois possuem a sensibilidade de verificar os atributos necessários de determinado lugar a realizarem suas investidas para compra de imóveis já construídos ou apenas terrenos

para serem construídos. Observe o croqui a seguir que demonstra a espacialidade dos estabelecimentos peruanos na área central da cidade de Benjamin Constant:



Figura 24: Espacialidade do comércio peruano na área central;
 Fonte: SEPLAN, 2014;
 Organização: Souza, 2014.

Entretanto, essa distribuição por volta do início da década de 1990, se resumia a um pequeno aglomerado de comerciantes peruanos, que era denominado pela população local de “*shopping dos peruanos*”. Tratava-se de uma área de aproximadamente $\frac{1}{2}$ hectare, localizada nas esquinas da Av. Castelo Branco com a Rua da Bandeira onde atualmente é o Mercado Municipal, conforme pode ser observado na imagem a seguir:



Figura 25: Localização do *shopping* dos peruanos;
 Fonte: SEPLAN, 2014;
 Organização: Souza, 2014.

Esse primeiro aglomerado se compunha de aproximadamente 50 pequenos estabelecimentos comerciais peruanos, organizados continuamente na área delimitada acima, os quais ofereciam uma expressiva variedade de mercadorias importadas. Entretanto, devido às pressões de populares e dos demais comerciantes da cidade, a prefeitura construiu na área do referido “*shopping*” o Mercado Municipal como mencionado acima. Embora o mercado fosse uma necessidade, a construção do mesmo no local, bem como a implantação de uma estrutura física para o porto, traz implícito o objetivo de expulsar ou conter a expansão do fluxo de comerciantes peruanos na cidade. Entretanto, a medida ativou novos desdobramentos na ocupação da cidade, provocando a pulverização e expansão de estabelecimentos comerciais peruanos para outras áreas do centro e dos bairros conforme já destacado neste capítulo e como pode ser observado na imagem abaixo:

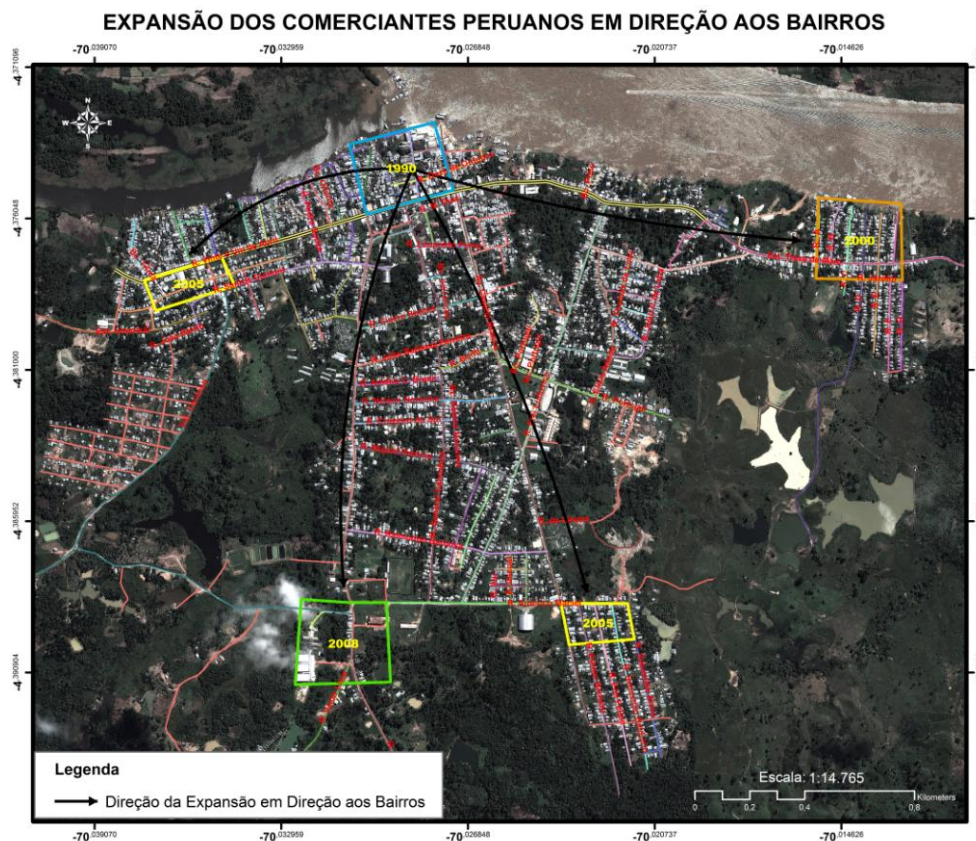


Figura 26: Expansão dos comerciantes peruanos em direção aos bairros.
 Fonte: SEPLAN, 2014.
 Organização: Souza, 2014.

Embora a maior concentração ocorra no Centro e no bairro de Coimbra e comece a expandir para os bairros Umarizal e Cidade Nova, pode-se sustentar que atualmente há estabelecimentos comerciais de peruanos em todos os bairros da cidade Benjamin Constant.

2.3. As tipologias do comércio e as suas dinâmicas

Não é novidade para quem ler este trabalho de pesquisa desde o início que ao se adentrar na cidade de Benjamin Constant o aspecto, talvez, mais marcante da paisagem seja a presença do comércio peruano. Na rua imediata ao porto verifica-se maior concentração desse comércio, com suas variedades de produtos e de maneiras de comercialização. Nesse sentido, podemos citar diversos segmentos oriundos da presença do comércio peruano, como a moeda, transporte, vestimenta, música, material de

construção, frutas e verduras, confecções, eletrônicos e produtos agrícolas. Há também os serviços como hotelaria, cabeleireiros, borracheiros, restaurantes e padarias.

Milton Santos no livro *O espaço dividido*, salienta que existem dois circuitos da economia urbana, o circuito superior e o circuito inferior. O circuito inferior que se relaciona ao setor terciário apresenta características que se assemelham ao comércio realizado pelos peruanos na fronteira, como por exemplo, as pequenas dimensões físicas dos estabelecimentos, multiplicidade de serviços, pulverização de atividades, estoques reduzidos, despesas com publicidade quase inexistentes, densidade das lojas corresponde à capacidade de deslocamento da clientela a pé, espaço de morar contíguo ao espaço do comércio, venda de equipamentos eletrônicos de baixa qualidade, trabalho intenso e instável, longa jornada de trabalho, sistema de negócios sem utilização de cartão de crédito ou débito com venda exclusivamente à vista, mão de obra exclusivamente familiar, e atividade sem legalização, portanto informal. Tais características são as que predominam, porém não se constituem como totalidade. Há grandes comércios, para o padrão da cidade, que se constituem como empresas formais e que se organizam a partir das modernas técnicas empresariais.

Conforme Silva (2012) os migrantes peruanos, seja em Tabatinga, Manaus, Boa Vista ou Pacaraima, locais onde o autor realizou pesquisas, começam como vendedores ambulantes pelas ruas e feiras livres e depois abrem pequenos negócios, voltados, em geral, para o mercado do artesanato, de roupas, CDs, bijuterias, gastronomia, movelaria, hortifrutigranjeiros e serviços em geral.

De acordo com o referido autor e com os dados de campo realizados na presente pesquisa, identificou-se que estes comerciantes seguem um padrão, iniciam com as atividades na informalidade e aos poucos vão se adaptando às leis e regras do país e ampliando suas atividades. Mesmo considerando que qualquer tipificação é incompleta e possibilita equívocos decorrentes das leis locais e de como se dá a inserção do migrante no lugar, apresenta-se nesta pesquisa uma tipologia para melhor agrupar as características do comércio realizado pelos peruanos na cidade de Benjamin Constant. Para tanto, os diferentes tipos de comércio foram agrupados da seguinte forma: comerciantes formais (hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinho, lojas de vestuário); comerciantes informais (pequenas tabernas, comércio de eletrônicos

importados, bijuterias, brinquedos); e comerciantes subinformais (vendedores ambulantes e agricultores vendedores de produtos agrícolas).

Não se trata de verificar a legalidade das atividades comerciais, mas o tipo e o modo como se integra na rede de circulação de mercadorias e serviços existentes na cidade de Benjamim Constant. Partindo dessa premissa vamos tipificar este comércio na seguinte sequência: subinformal, informal e formal, conforme estão nos descritos subitens a seguir.

2.3.1. Comércio peruano subinformal

Para efeito de análise, agrupamos como comerciantes na tipologia subinformal os peruanos que não possuem um estabelecimento fixo e vendem seus produtos no chão da feira ou ao redor do mercado público, na balsa flutuante do porto ou são ambulantes. Os primeiros são agricultores oriundos do vale do Javari e de assentamentos agrícolas e os segundos são vendedores que usam seu próprio corpo para carregar seus produtos importados (oriundos de centros urbanos) e fazem ponto em lugares estratégicos ou são ambulantes.

Os vendedores de produtos agrícolas são agricultores ligados ao grupo religioso israelita, os quais apresentam características peculiares, as mulheres vestem túnicas de uma só cor e cabelos cobertos por uma espécie de véu e os homens com cabelos e barbas longas. Os agricultores que residem em solo peruano aparecem em Benjamin Constant em períodos regulares, segundas e terças-feiras, ou em determinados feriados festivos (páscoa, dia das mães, festas de final de ano). Em embarcação própria, trazem variedades de produtos: frutas e verduras (banana, abacaxi, tomate, cebola, cheiro-verde, pimentão, farinha, folha para produzir o fãni), bem como animais domésticos (porcos, galinhas, carneiros, bovinos), animais capturados na floresta (tracajá, jabuti, macaco, porco, anta), bem como produtos e subprodutos da pecuária (leite de vaca ou de cabra, queijo, e coalhada). Não apresentam qualquer estabelecimento comercial, vendem suas mercadorias logo que chegam, pois a população local (atravessadores, outros peruanos, população em geral) os aguardam nas margens do rio, ou se situam nas proximidades do mercado municipal de Benjamin Constant. Ressalta-se que há também

em território brasileiro no município de Benjamim Constant um grupo de israelita no assentamento *Retama Kamatatsuri*, que será tratado no capítulo 3.



Figura 27: Embarcação do grupo agrícola israelita do vale do Javari;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

No lado esquerdo da imagem acima se observa a embarcação do grupo agrícola israelita, ancorado às margens do rio em frente a cidade de Benjamin Constant, tal embarcação apresenta tamanho relativamente maior que as embarcações dos demais produtores agrícolas locais. Na imagem abaixo se observa os israelitas na venda de banana na área de acesso à feira de Benjamin Constant, e no fundo da mesma imagem se observa o mercadão municipal.



Figura 28: Israelitas comercializando banana na área de acesso à feira de Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

Os israelitas se caracterizam pelo trabalho intenso envolvendo até doze horas de atividades agrícolas, porém numa produção comunitária com contexto religioso, em que determinada produção se refere a um ganho conjunto e outro de ganho individual familiar, ou seja, determinados produtos agrícolas foram cultivados em uma área com o esforço de toda comunidade, e outros cultivados em outra área de cunho particular por determinada família. O cultivo dos produtos agrícolas é realizado através de técnicas simples, com utilização de fogo para a limpeza do terreno, plantação sem utilização de máquinas somente com o uso da força própria e de animais no transporte da carga.

Nesse segmento não há qualquer preocupação com a divulgação das atividades que desenvolvem, daí se originam alguns empecilhos de relacionamento, pois a imagem que estes denotam não agrada aos moradores da referida cidade, especialmente os brasileiros. Surgem comentários de cunho pejorativos relacionados às roupas, ao cheiro, a higiene, sendo que uma das formas da população local identificar quando se referem a esse grupo é na denominação de “os cabeludos”.

Já os comerciantes ambulantes podem ser agrupados em dois segmentos, aos que já possuem uma área prévia de atuação e os que se deslocam pelo centro e por bairros afastados. Dos que se situam em áreas relativamente estáveis, podemos citar os que

atuam na área portuária em períodos determinados quando os barcos que fazem o trecho Tabatinga-Manaus atracam em Benjamin Constant para pegar passageiros. Com informações prévias os ambulantes peruanos se instalam rapidamente na balsa portuária e aguardam o barco com destino a capital atracar.



Figura 29: Comércio na balsa flutuante, ancoradouro de Benjamin Constant.

Fonte: Autor, pesquisa de campo, dezembro de 2012.



Figura 30: Ambulantes na balsa flutuante, ancoradouro de Benjamin Constant.
Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2012.

Únicos nesse mercado oferecem produtos industrializados (cobertores, colchas, bolsas, chapéus, pelúcias) aos passageiros destas embarcações, um comércio ao ar livre, temporário, que ocorre somente no momento em que o barco se encontra no local, depois se desfaz e torna-se lugar de outras atividades. Nos últimos campos realizados em Benjamin Constant, estes comerciantes relataram que estavam pagando determinada quantia à prefeitura para utilização daquele espaço, notou-se um tom de reclamação à administração municipal, porém não foi possível averiguar a veracidade da informação. Há ainda os que fazem o comércio propriamente ambulante circulando na área central e bairros afastados, os quais são verdadeiros bazares ambulantes, devido à grande quantidade de mercadorias que transportam usando o próprio corpo, como se observa na figura acima.

2.3.2. Comércio peruano informal

Nessa tipologia incluem-se os comerciantes peruanos que migraram para Benjamin Constant no período aproximado de cinco anos, já possuem estabelecimentos fixos, pequenas lojas ou comércios com alvará de funcionamento da prefeitura, porém não possuem visto legal de permanência no país.

Os estabelecimentos comerciais apresentam espaço físico reduzido com instalações precárias de madeira, coberturas de zinco, construídas umas ao lado das outras, parede a parede, ou seja, casas geminadas. Não há distinção nas áreas da casa para o comércio, ou para a moradia, são espaços precários de usos múltiplos. Observados à distância, a multiplicidade de estabelecimentos na paisagem parecem compor um único prédio, sendo que a maioria destes estabelecimentos são alugados de brasileiros.

A mão de obra nesse segmento são os próprios componentes da família quase sempre o pai (geralmente proprietário autônomo), a mãe e os filhos, vez ou outra, parentes e amigos que chegaram depois e engajam na atividade comercial até se estabelecer como vendedor ambulante, e iniciar seu próprio negócio.



Figura 31: Estabelecimento comercial peruano na Avenida Castelo Branco.
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

Na cidade de Benjamin Constant como em Tabatinga do lado brasileiro e Caballo Cocha e Islândia do lado peruano a característica marcante desse tipo comércio é a organização dos aspectos físicos dos estabelecimentos, nos quais se expõe à venda todo tipo de produtos importados ou nacionais, pilhas, bonecas, pelúcias, roupas, sapatos, bolas, lanternas, televisores, som. O aspecto marcante é que todo espaço dentro ou fora (nas calçadas) do estabelecimento é ocupado por algum produto, encontram-se objetos a venda no chão, nas paredes, pendurada no teto, ou seja, qualquer lugar serve de vitrine improvisada. Frisa-se que estes locais são estabelecimentos comerciais e residenciais no mesmo espaço, em que vivem famílias com no mínimo quatro pessoas.

A labuta é intensa e instável, estes comerciantes são os primeiros na cidade a abrirem as lojas comerciais, por volta das 06:00 horas às 06:30 horas e os últimos a fecharem por volta de 21:00 horas às 23:00 horas, sem horário de pausa ou “sesta”, um costume local em que os comerciantes brasileiros e outras atividades fecham seus estabelecimentos no horário entre 12:00 horas às 14:00 horas para almoço e descanso. Devido às condições de relativa irregularidade com documentação, estes comerciantes relatam a preocupação constante com a fiscalização da polícia federal, os quais confiscam suas mercadorias sem dar muitas explicações, principalmente quando se tratam de combustíveis, materiais de construção ou veículos.

Geralmente embalados pelo som da rádio peruana as famílias, com crianças, jovens e adultos em todas as manhãs da semana (com exceção do sábado devido a razões religiosas) vão aos poucos organizando os produtos, e aguardando os clientes se aproximarem. A origem das mercadorias comercializadas nesse segmento pelos peruanos em Benjamin Constant é de modo geral da tríplice fronteira, oriundos do Peru (Iquitos), da Colômbia (Letícia), mas também do Brasil (Manaus). O estoque das mercadorias é reduzido e renovado periodicamente, não vendem a crédito, somente no dinheiro e à vista, não apresentam preocupação ou gasto com publicidade, praticamente inexistente fachada com letreiro de identificação com o nome fantasia do estabelecimento.

2.3.3. Comércio peruano formal

Considera-se na presente pesquisa como comércio formal os comerciantes peruanos que possuem visto de legalidade permanente no Brasil, e seus

estabelecimentos funcionam com o alvará da prefeitura municipal de Benjamin Constant. De acordo com a Prefeitura nessa condição há 56 estabelecimentos (Pesquisa de campo, dezembro de 2012), são comerciantes que já residem há muito tempo (mais de quinze anos) na cidade, apresentam outras características, casas próprias e prédios comerciais de madeira ou alvenaria, e de maior extensão espacial, com um ou mais andares. Os comércios são segmentados com maior nível de especialização como hotelaria, restaurante, salão de beleza.



Figura 32: Loja de moto peças.

Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

Estes estabelecimentos são ambientes específicos ao comércio, pois as residências se localizam em outras áreas. Apresentam melhor padrão de organização, algumas com vitrines e funcionários locais contratados, e cumprem horário de atendimento regular, abrem as lojas mais tarde por volta de 07:00 horas às 07:30 horas e fecham por volta de 18:00 horas às 19:00 horas, adotando a prática dos comerciantes brasileiros de fechar os estabelecimentos para o almoço.

Outro aspecto importante desses comerciantes é a origem das mercadorias, as quais são especificamente de diversas regiões do Brasil, ou seja, não adquirem nem

comercializam mais produtos do Peru ou da Colômbia. Ressaltam-se as confecções de Fortaleza, Pernambuco, Goiânia, Minas Gerais, São Paulo, e as peças de automóveis e motocicletas oriundas de Manaus.

Na cidade de Benjamin Constant no mesmo segmento peruano destaca-se o ramo da hotelaria e da hospedagem. Nesse segmento podemos citar que na área central da referida cidade existem 07 (sete) estabelecimentos, sendo que 05 (cinco) desses são de proprietários peruanos. Ressalta-se, que 03 (três) estabelecimentos pertencem ao mesmo proprietário, são os hotéis São Judas Tadeu I, II e III, os quais são de um, dois, e três andares respectivamente. Possuem quartos com e sem ar-condicionado, suítes. Estes são alugados por diária, pernoite, ou por horas de uso. Utilizam-se dos serviços prestados tanto visitantes estrangeiros, bem como dos visitantes de municípios vizinhos, ou mesmo da própria cidade. Salienta-se que o hotel São Judas Tadeu III também trabalha com o segmento de restaurante.

A culinária é outro aspecto marcante da cultura peruana, pois mostram variedades nos pratos, utilizam muitos condimentos, pimentas, verduras, peixes, carnes, frangos. Nesse sentido, o comércio peruano oferece um restaurante com serviços diferenciados para a região, construído com madeira, cobertura de palha, som ambiente, aconchegante, cozinha arejada, mesas bem forradas, cadeiras confortáveis, balcão com tela plana, reproduz um ambiente ornamentado num estilo rústico agradável. Porém, o seu diferencial para a região do Alto Solimões está nos pratos oferecidos, uma culinária peruana voltada para os frutos do mar como polvo, lula, camarão, caranguejo, mariscos, lagosta. Oferecendo um cardápio variado especialmente de pescados.



Figura 33: Restaurante peruano em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

De acordo com o proprietário do local, os frutos do mar são pescados na região costeira de Lima (capital do Peru), refrigerados seguem via aérea até Iquitos, onde são embarcados numa lancha rápida passando por Tabatinga até o destino final Benjamin Constant.

As dimensões físicas dos estabelecimentos comerciais no segmento formal são bem maiores do que os outros segmentos (subinformal e informal). Os proprietários já possuem mais de um prédio e utilizam alguns para estoque de mercadorias. Nesse segmento absorve-se mão de obra local, que varia de acordo com a época do ano, onde no período de festas de final de ano o contingente absorvido se multiplica. Em muitos destes estabelecimentos já há forma de compra a crédito, oferecidas a clientes mais antigos, com dívidas parceladas no caderno de anotações de balanço geral do comerciante.

A migração é um processo econômico, social e cultural. Nesse sentido, observa-se que a inserção do migrante peruano em Benjamin Constant se dá por uma questão inicialmente econômica, pelas possibilidades que a cidade oferece dos migrantes e que estes contribuem para a cidade, em decorrência da variedade de produtos, dos preços oferecidos e à medida que se consolidam na cidade, dos tributos que geram, faz com que se transforme numa questão social e cultural, à medida que se estabelecem uma rede de relações entre os migrantes e destes com a população local estabelecendo novas espacialidades que denotam a junção de culturas, o que será tratado no capítulo seguinte.

3. A cidade e as dinâmicas econômicas

A cidade de Benjamin Constant tem se adaptado às nuances econômicas que influenciaram e influenciam o contexto das cidades amazônicas, o que de certo modo confirma a premissa de Milton Santos, de que a produção do espaço tem cada vez mais obedecido a interesses distantes (SANTOS, 2004).

O povoado de Remate de Males surge a partir da realização das atividades missionárias jesuítas, que tem como pressuposto a catequização nos moldes do colonialismo. Todavia a expressão econômica e urbana regional de Remate de Males se deve a sua localização geográfica, um aglomerado urbano situado na confluência dos rios Itecoá e Javari nas proximidades de um grande seringal. O povoado ganha expressão urbana com comércio pulsante, e com vislumbrar de instituições federais vai se tornando um polo econômico e geoestratégico na fronteira, porém se vê abandonada na decadência do período gomífero.

Posteriormente parte da população que residia em Remate de Males migra para a foz do rio Javari na confluência com o rio Solimões, local que devido a sua importância geoestratégica no contexto da segurança nacional, localizado numa faixa de tríplice fronteira ganha impulso com as intervenções do governo militar e fortes contribuições da igreja. Instituições são incentivadas e se estabelecem escolas, universidades, hospitais, bancos, correios, serrarias (inicialmente de militares e da igreja católica), bem como conjuntos habitacionais são construídos para assentar um novo contingente populacional que se expande no que se constitui como a cidade de Benjamin Constant. Nesse período a atividade econômica de maior destaque na região era a extração de madeira na forma das serrarias, que se multiplicavam e davam um novo impulso econômico ao lugar que estava em crise desde a derrocada da borracha. Todavia, Benjamin Constant passa por mudanças decorrentes das políticas preservacionistas que servirão como justificativa para encobrir o despreparo e a inércia de uma elite local incapaz de criar as condições necessárias para adequar as atividades da indústria de beneficiamento de madeira em atividade de transformação, por exemplo. Para segmentos empresariais locais foi mais fácil culpar as políticas governamentais pelo fechamento das serrarias e conseqüentemente a geração de desemprego na região.

Novas medidas foram realizadas visando o crescimento da cidade, como por exemplo, a abertura de um polo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em

Benjamin Constant, e do ponto de vista econômico, a piscicultura, a atividade de olaria, com a fabricação de tijolos e telhas, e a retomada das atividades agrícolas tradicionais.

No que se refere à UFAM de Benjamin Constant, o referido polo tem absorvido um contingente de alunos oriundo das cidades do Alto Solimões, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte Boa e Jutuí, bem como um contingente de descendentes peruanos. A instituição oferece principalmente os cursos de Licenciatura formando professores para a região.

Das atividades acima a que tem mais repercussão é a piscicultura, resultado do incentivo de financiamento com acesso a créditos e capacitação técnica oferecido pelo governo do Estado. É perceptível essa influência na paisagem de Benjamin Constant, tanques de piscicultura espalhados pela área urbana.



Figura 34: Tanques de piscicultura em perímetro urbano de Benjamin Constant;
Fonte: *Wikimapia*, 2014.

Como se pode observar na imagem existe dezenas de tanques de piscicultura espalhados somente em área urbana, sem contar os existentes nas áreas mais afastadas do perímetro urbano. Atualmente a cidade desponta como maior produtor de pescado de cativeiro da região, abastecendo o mercado regional, sendo que parte dessa produção é exportada via cidade de Letícia.

Outro setor que também se destaca é o oleiro, que absorve parcela da mão de obra farta e barata na cidade, produzem tijolos que abastecem Benjamin Constant e outras cidades do Alto Solimões, bem como Islândia que não conta com produção própria.



Figura 35: Balsa carregada de tijolos para exportação;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Existem também projetos em andamento na cidade de comercialização de poupa de frutas, produção de ração, havendo uma grande plantação de palma para a produção de óleo de dendê que ainda não está em produção.

O fechamento das serrarias ensejou o incremento da produção agrícola em especial, com destino ao abastecimento da capital do estado e ou outras cidades na tríplice fronteira.

3.1. A questão ambiental e a dinâmica do comércio

No contexto da dinâmica do comércio em Benjamin Constant pode-se inferir que houveram alguns vetores de influência que geraram no cenário da cidade a presença marcante do comerciante peruano, como questões ambientais, políticas nacionais, concorrência regional e migrações internacionais.

A partir de meados dos anos de 1990 por questões nacionais e internacionais o Brasil modificou o seu padrão de desenvolvimento que predominava desde o século XIX e que no século XX alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. A partir dos anos de 1990, conforme assegura Bertha Becker (2005) torna-se “imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do *saber* das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada”. No bojo desse processo ganha relevância a demarcação das terras indígenas e a política ambiental que estabelece maior rigor à extração madeireira, sendo que as serrarias locais não foram capazes de cumprir as novas demandas. Isso trouxe consequências à economia local, visto que nos anos de 1995/1996, das doze serrarias que funcionavam em Benjamin Constant, onze simplesmente fecharam as portas, tiveram seus produtos apreendidos e ficaram proibidos de extrair madeiras, por não cumprirem as novas exigências ou porque, as madeiras extraídas localizavam-se em áreas onde agora são reservas indígenas (NOGUEIRA, 2008).

Essa medida implicou num efeito simultâneo, o fechamento das serrarias locais, a falência gradativa dos empresários que também eram donos das mais importantes casas comerciais, gerando mudança na hierarquia econômica das cidades que compõem essa faixa de tríplice fronteira. Ressalta-se, que de acordo com professores que viveram esse período do fechamento das serrarias, outra situação a se considerar para a não adequação das serrarias às normas ambientais, foi a falta de recursos humanos (engenheiros ambientais) para o modelo de adequação às questões ambientais no manejo para extração ambiental ecologicamente sustentável. Visando minorar o problema, uma comissão de professores denominados CICLAS (Comissão para Implantação de Cursos de Licenciaturas Plenas no Alto Solimões) solicitou ao Reitor da então Universidade do Amazonas atual Universidade Federal do Amazonas, através de ofício datado de 02 de junho de 1995, a implantação de cursos voltados para a

conservação e manejo de recursos naturais em decorrência da situação que se configurava em Benjamin Constant, conforme trecho do ofício:

“(…) O desemprego penaliza mais de 60% de sua população economicamente ativa. A relação das pessoas que lutam a favor e dos que são contra a demarcação das Terras indígenas chega ao ápice da tensão, podendo resultar em tragédia. É muito discutido e divulgado por um setor da sociedade, a tese de que sem o extrativismo da madeira a região entrará em colapso, haverá desemprego em massa, todos morrerão de fome, etc. A partir desse pano de fundo e da constatação de que essas ideias surgem por falta de conhecimento sobre alternativas para a região, solicitamos, em caráter de urgência, à Universidade do Amazonas a designação de uma equipe para não só estudar as potencialidades econômicas da região, mas também gerar conhecimentos sobre a conservação e manejo sustentável de recursos naturais (aproveitando o saber popular), para possível substituição gradativa do extrativismo da madeira.” (LUZEIRO, 1993, ofício CICLAS n° 005/95)

Entretanto, no período anterior a demarcação das terras do vale do Javari haviam fatores paralelos de grande influência que impulsionaram mudanças na economia da cidade e da região, como por exemplo, a Zona Franca Comercial de Manaus, em que o diferencial nas décadas de 1970 a 1980 em relação às outras regiões do país, estava no fato de ser uma área de livre comércio, uma área isenta de impostos para comercialização de produtos importados (FILHO, 2009). Nesse contexto, salienta-se que os empresários das serrarias de Benjamin Constant, bem como de todo país, adquiriam equipamentos e produtos industriais a preço acessível e os revendiam na região na forma da prática de regatão, sem muita competitividade no Alto Solimões. Nas décadas de 1970 e 80, devido a influências da Zona Franca de Manaus e desvalorização da moeda brasileira, eram colombianos e peruanos que compravam mercadorias nas cidades brasileiras da referida tríplice fronteira, principalmente em Tabatinga na área do marco, com destaque para os empresários da Casa Barbosa dos Irmãos Magalhães de Benjamin Constant.

Entretanto, ocorreram novas mudanças na economia e no cenário político nacional que promoveram transformações importantes para a região bem como para a cidade de Benjamin Constant, como por exemplo, a abertura da economia nacional ao mercado internacional, política adotada pelo governo Collor, e com isso acabando com a vantagem comparativa que usufruía a Zona Franca de Manaus, como assegura Vitor Filho,

“A euforia da Zona Franca Comercial de Manaus durou até o início da década de 1990, quando o governo Collor abriu o mercado nacional para a economia globalizada. A partir de então, os produtos importados puderam ser adquiridos em qualquer lugar do país a preços mais acessíveis devido à redução dos impostos sobre as importações. Com isso, a cidade de Manaus deixou de ser interessante para a aquisição desses artigos e, por conseguinte, essa atividade comercial teve um declínio vertiginoso, o que levou ao fechamento de várias lojas de produtos importados” (FILHO, 2009, p. 63-64).

Como se pode analisar na citação acima, muitas lojas fecharam em Manaus e simultaneamente os preços das mercadorias se elevaram o que acarretou para os empresários regatões da fronteira dificuldade na aquisição e comercialização de produtos a preços acessíveis, competitivos na tríplice fronteira.

Paralelo a essas mudanças na economia nacional, destaque-se a ascensão da cidade de Letícia como polo econômico no Alto Solimões, na tríplice fronteira, que até então, vivia o “auge do tráfico de droga” e valorização da moeda em relação ao Brasil e Peru, momento em que os magnatas do tráfico da coca provocavam a partir de uma compra desenfreada de artigos diversos, principalmente materiais de construção, uma superinflação nos preços das mercadorias em Letícia.

“(…) em Letícia se viviam tempos de inflação e de especulação pela bonança, que preocupou setores da sociedade, em especial, a quem viam que os altos preços dos produtos em Letícia afetavam as pessoas cujos ingressos não eram suficientes para suportar este incremento. Inclusive, em vários artigos da imprensa se incitou o governo a implementar medidas para reduzir os preços e sugerir aos “ricos do povo” que não pagassem mais pelos produtos, porque as pessoas não podiam fazê-lo, se estavam vendo em problemas para comprar seus viveres” (MOTTA, 2012, p. 217-218). Tradução livre do autor

Através de intervenções do governo colombiano, a cidade de Letícia passa a ser competitiva no mercado regional, devido sua situação de cidade capital na fronteira recebe isenção de impostos nas mercadorias comercializadas, bem como nesse momento se estabeleceu um combate mais eficaz ao narcotráfico, o que provocou a desinflação no preço das mercadorias. Nesse período Letícia, se torna uma referência na tríplice fronteira.

Em meio a essas mudanças a economia peruana passa por graves crises, e as cidades que historicamente eram destaques na região como Caballo Cocha perdem importância no contexto comercial. Devido às crises econômicas no Peru nas décadas de 1980 a 1990, houve intensos fluxos migratórios peruanos para as cidades na fronteira, e Benjamin Constant no auge econômico das serrarias absorveu a mão de obra dos imigrantes peruanos, sendo que no declínio do referido período muitos desses

imigrantes se mantiveram na cidade e se dedicaram a outras atividades, principalmente ao comércio.

Salienta-se, que a falta de preparo dos empresários das serrarias que não se adequaram para fazer frente às novas políticas ambientais e indigenistas, bem como mudanças na política da economia nacional, concorrência econômica regional, e políticas internacionais de migração, geraram novos cenários na economia de Benjamin Constant, que entra em colapso temporário.

3.2. Os circuitos comerciais, o lugar e o mundo

Milton Santos (2004) em sua análise do espaço sugere que a economia urbana dos países em desenvolvimento divide-se em dois setores, um circuito superior e um circuito inferior. Inserimos inicialmente o estudo a partir dessa concepção com ênfase no circuito inferior, ou setor terciário, o comércio. Nesse sentido para melhor compreensão caracterizamos e tipificamos no segundo capítulo o comércio realizado pelos peruanos em Benjamin Constant como subinformais, informais e formais.

Entretanto, buscando uma aproximação maior da realidade que se verifica em Benjamin Constant, traremos as proposições de Roberto Lobato Corrêa que insere na discussão a análise a partir do contexto de redes urbanas hierarquizadas, no qual cidades com maior dinâmica econômica mantem relações e influenciam as dinâmicas de cidades de menor expressão econômica. Salienta-se a citação de Schor e Oliveira, que compreendem Benjamin Constant como uma cidade com dinâmicas peculiares, uma cidade de responsabilidade territorial que mantém relações e influências econômicas, políticas e culturais inseridas numa rede urbana que extrapola o âmbito local para se inserir na dimensão regional com influência na região do Alto Solimões e pela sua posição estratégica estabelece relações com outras cidades da fronteira. Partindo desse princípio detalha-se a seguir a dinâmica desses circuitos comerciais que se materializam num âmbito do comércio realizado por peruanos em Benjamin Constant, o que implica numa rede urbana amazônica a partir de uma dinâmica de fronteira.

Nesse contexto, a partir da tipologia aplicada no presente estudo, verificamos que existem desdobramentos econômicos diferenciados no âmbito do comércio realizado pelos peruanos, o que sugere relações e espaços geográficos múltiplos que se confluem e materializam nas mercadorias comercializadas em Benjamin Constant.

Tratemos primeiramente do comércio que tipificamos como formal, ou seja, aquele em que os comerciantes peruanos já se fixaram na cidade há muito tempo, os quais possuem documentação legalizada, nacionalidade, alvará da prefeitura em condições plenas de funcionamento. Nesse segmento se verificou as características funcionais sugeridas por Milton Santos, no circuito superior ocorre aquisição de mercadoria direta de grandes empresas, fábricas ou distribuidoras inseridas na economia nacional, na maioria das vezes uma multinacional, passando para uma empresa de transportes intermediária, que repassa a mercadoria ao circuito inferior, ou seja, ao pequeno comércio. Verificamos que nesse segmento as mercadorias comercializadas em Benjamin Constant são em suma de origem brasileira, oriundas do polo industrial de Manaus ou de indústrias localizadas em outros estados brasileiros, como exemplo, comerciantes peruanos que trabalham especificamente com peças de motocicletas e automóveis adquirem as mercadorias em Manaus, Mato Grosso e Paraná.



Figura 36: Vitrine de loja de moto peças;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho 2012.

Um fato curioso é que ao entrevistar um dos proprietários descendente de peruano que trabalha nesse segmento, relatou-se a preocupação com outros comerciantes peruanos e brasileiros que comercializam peças de motocicletas similares oriundas do Peru: “... Assim fica difícil trabalhamos com produtos nacionais, pagamos

impostos, enquanto peruanos e também brasileiros vendem peças oriundas do Peru, de baixa qualidade, porém com o preço bem abaixo da média.”

Em outra escala geográfica estão os empresários ditos peruanos que trabalham com o segmento das confecções, vestuário, cama, mesa e banho. Estes apresentam uma rede de contatos bem ampla e diversificada, como pode ser observado no mapa a seguir:



Figura 37: Mapa dos polos nacionais fornecedores de mercadorias para a cidade Benjamin Constant;

Fonte: Souza, 2014.

Como se observa, a rede de relação se amplifica, de forma sintetizada as mercadorias são adquiridas nesses centros comerciais correspondentes às cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), com contrato com empresa de transporte que liga as demais regiões e faz escala em Manaus até o destino Benjamin Constant, mesclando-se o transporte aéreo e fluvial. Por exemplo, confecções em geral são adquiridas em Fortaleza; *Jeans* e calçados em São Paulo; vestuário infantil em Pernambuco; vestuário adulto variado em Goiânia; calçados e vestuário em Nova Serrana (Minas Gerais), conhecida como a capital mineira do calçado esportivo; e redes de dormir em São Bento (Paraíba), conhecido como a terra das redes por produzir mais de 12 milhões de redes por ano. A tabela a seguir confeccionada a partir da aplicação de

formulários de entrevistas aos comerciantes peruanos denota os principais fluxos de mercadorias em âmbito nacional:

Tabela 7: Principais produtos nacionais comercializados nos estabelecimentos peruanos em Benjamin Constant, no período de 2012-2013.

Produto	Origem	Forma de obtenção	Forma de transporte
Bermudas, calças, camisas, <i>lingeries</i> , redes de dormir	Fortaleza	Fornecedor e Pessoalmente	Empresa transportadora
<i>Jeans</i> e Calçados	São Paulo	Fornecedor e Pessoalmente	Empresa transportadora
Vestuário infantil	Pernambuco	Fornecedor e Pessoalmente	Empresa transportadora
Vestuário adulto variado	Goiânia	Fornecedor e Pessoalmente	Empresa transportadora
Calçado e vestuário em geral	Nova Serrana	Fornecedor e Pessoalmente	Empresa transportadora
Redes de dormir e produtos têxteis	São Bento	Fornecedor e Pessoalmente	Empresa transportadora

Fonte: Autor, pesquisa de campo, 2012-2013.

De acordo com as entrevistas os polos comerciais são os descritos acima, porém as mercadorias são adquiridas dependendo da variação de preços, ou seja, analisam-se os produtos que são oferecidos simultaneamente nesses centros e dependendo do preço são comprados. Outro fator preponderante é a relação de aquisição, segundo os entrevistados não existe dependência com único fornecedor, as aquisições são mescladas com fornecedores relativamente fixos e também compra de cunho pessoal por contato familiar, que realiza pesquisa prévia periódica entre os centros citados. Todavia para a realização do transporte das mercadorias, atualmente contrata-se uma empresa especializada a Transportadora Bertoline, que de acordo com os mesmos entregam as mercadorias no prazo de 30 dias em perfeito estado de conservação na porta do estabelecimento, um luxo para as condições precárias de transporte que se vislumbram na Amazônia.

Nesse segmento também se verificam as relações comerciais numa escala de rede urbana Amazônica, pois de acordo com as entrevistas estes comerciantes que caracterizamos como formais já estabeleceram atividades comerciais em outras cidades

como Manaus, Tabatinga, Atalaia do Norte, Fonte Boa, até Goiânia. Um dos entrevistados informou que em Manaus, trabalhou no tempo de aproximadamente três anos, montaram ponto comercial no bairro do Mutirão zona leste da cidade, e que por motivo relatado de doença na administração a loja fechou. Em Fonte Boa existem primos que realizam comércio nos moldes similares descritos anteriormente no presente estudo num contexto formal. Em Goiânia estabeleceram ponto comercial em um ano, com lucro baixo, a loja fechou. Em São Paulo de Olivença e Atalaia do Norte, os lucros também foram insignificantes. Já em Tabatinga e Letícia, as primeiras cidades da região onde se estabeleceram, o comércio prosperou por aproximadamente oito anos, depois migraram para Benjamin Constant, onde permanecem há mais de 30 anos. Na tabela abaixo está explicitada a trajetória migratória comercial de determinada família comerciante peruana:

Tabela 8: Trajetória comercial de família peruana no período de 1970 a 2013 anos.

Lugar (cidade/país)	Ramo de atividade	Tempo
Tabatinga e Letícia	Comércio	8 anos
Manaus	Comércio	3 anos
Goiânia	Comércio	1 ano
São Paulo de Olivença	Comércio	1 ano
Atalaia do Norte	Comércio	1 ano
Fonte Boa	Comércio	Permanece
Benjamin Constant	Comércio	Permanece

Fonte: Campo, 2012/2013.

O que se sintetiza das informações coletadas nesse segmento caracterizadas como comerciantes formais é que os administradores nos locais acima mencionados fazem parte de um contexto familiar, ou seja, um irmão ou irmã, um primo, filhos que administram o estabelecimento, enquanto os mais antigos no ramo preocupam-se em manter novos contatos com lugares que possam oferecer melhores mercadorias a preços acessíveis.

No âmbito dos comerciantes informais, ou seja, os que não possuem documentação de nacionalidade brasileira permanente, mas que os estabelecimentos funcionam a partir de alvarás de licenciamento expedido pela prefeitura local e outros órgãos competentes. Estes comerciantes apresentam uma rede de relações que extrapolam o contexto nacional, com fluxos de mercadorias que delineiam o limiar da (i) legalidade. A característica principal nesse segmento é a variedade nas ofertas de mercadoria. Observe a imagem a seguir:



Figura 38: Variedades de mercadorias no comércio peruano e documentação de funcionamento.
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

A partir dos estudos sobre as trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana inferido pelo professor José Guilherme Cantor Magnani, no livro “Da periferia ao centro”, busca-se uma aproximação da realidade e do cotidiano desse comércio, denotando as falas dos atores tanto dos comerciantes peruanos como dos comerciantes brasileiros e população em geral. Nesse sentido é muito comum a afirmação na cidade de que estes empresários comercializam produtos ditos ilegais relacionados ao narcotráfico. Nas entrevistas verificam-se opiniões em tom sutil “... *é estranho eles aparecem ficam aí e de repente já estão comprando as coisas, casas, construindo...*”, entretanto, outros são mais incisivos “... *esses paisanos são todos traficantes, é impossível mudança assim tão rápida, em poucos meses eles já estão construindo*

prédios, comprando motocicletas ou motocarros, de onde vem esse dinheiro?...". E se o diálogo for mais alongado em grupo em tom amistoso, por exemplo, pela manhã na feira onde se sabe das notícias da cidade, com certeza vai aparecer sempre alguém que sabe de outro alguém que conhece as transações de algum comerciante peruano com um traficante de Benjamin Constant, ou um conhecido que afirma conhecer ou que viu *fulano* transportando ou se comportando de forma suspeita e que logo em seguida este comprou imóvel, veículos automotores, terrenos na cidade. Aliás, qualquer pessoa da cidade na fronteira, que tiver ascensão econômica e apresentar e ou começar a construir algum imóvel, adquirir veículos automotores (motocicleta, automóvel), viajar mais de uma vez para capital do estado no período de um ano será considerado traficante ou envolvido com o narcotráfico. Todos esses atributos se agravam sendo peruano. Como afirma Sidney Silva (2012, p. 268), “tais acusações, acabam por estigmatizá-los e, transformá-los no 'bode expiatório' dos problemas do lugar e, ao mesmo tempo, como categorias diferenciadoras nas relações identitárias locais”.

O que impressiona os moradores locais é a imagem dos comerciantes peruanos que ascendem economicamente, e nesse sentido é evidente nas palavras da maior parte dos benjaminenses o tom xenofóbico e estigmatizado da figura do imigrante peruano, como por exemplo, “... *paisano ladrão, traficante...*” ou em outra dimensão “peruano *tchola*” similar ao contexto homossexual, dentre outras expressões pejorativas com palavras de tom vulgar.

O que se constatou na pesquisa é que a característica principal do imigrante peruano envolvido na atividade de comércio é o trabalho intenso sem diferenciação entre patrão ou empregado, mesmo porque, em geral estes comerciantes utilizam mão de obra familiar. Todavia no âmbito das estratégias econômicas, a característica principal é a variedade de ofertas de mercadorias que se podem encontrar nesses estabelecimentos, congelados (frango, salsicha), arroz, açúcar, bebidas em geral quase sempre de origem brasileira.



Figura 39: Mercadorias oriundas de Manaus no porto de Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, junho de 2012.

Há grande variedade de frutas, legumes e verduras, alguns importados da Argentina, Chile e Peru, outros produzidos no local. Há também variedade de bebidas, de origens diversas como do Peru (*Inca-cola*, cerveja *Cusqueña*), da Colômbia (cerveja *Águila*), equipamentos eletrônicos e bijuterias vindos do continente Asiático. Outro aspecto relevante são os preços. O lema do comerciante peruano é vender barato para vender mais. Observe a imagem e a tabela a seguir que denota a variedade de produtos e origens:



Figura 40: Bebidas de origem peruana;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2012.

Tabela 9: Principais produtos comercializados em Benjamin Constant, no período de 2012-2013.

Mercadorias Produtos	Brasil	Peru	Colômbia	Argentina	Chile	Holanda	Continente Asiático
Congelados em geral	X						
Arroz, açúcar	X						
Frutas		X		X	X		
Trigo	X			X			
Materiais de construção, Gasolina		X					
Queijo enlatado						X	
Bebidas	X	X	X				
Frutos do mar		X					
Eletroeletrônicos em geral, brinquedos		X	X				X

Fonte: Autor, pesquisa de campo, 2012/2013.

Como se pode observar, as origens das mercadorias revelam a conexão entre circuitos comerciais, o superior e o inferior, ou seja, essa análise permite situar múltiplos espaços geográficos que se conectam, do lugar ao contexto mundial.



Figura 41: Frutas e verduras oriundas do Chile e da Argentina em comércio peruano em Benjamin Constant;

Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Porém não significa afirmar que estes comerciantes tenham conexão direta com esses polos multinacionais, mas relações que se amplificam a partir de polos econômicos regionais que interligam o lugar ao mundo. Observe o mapa a seguir:

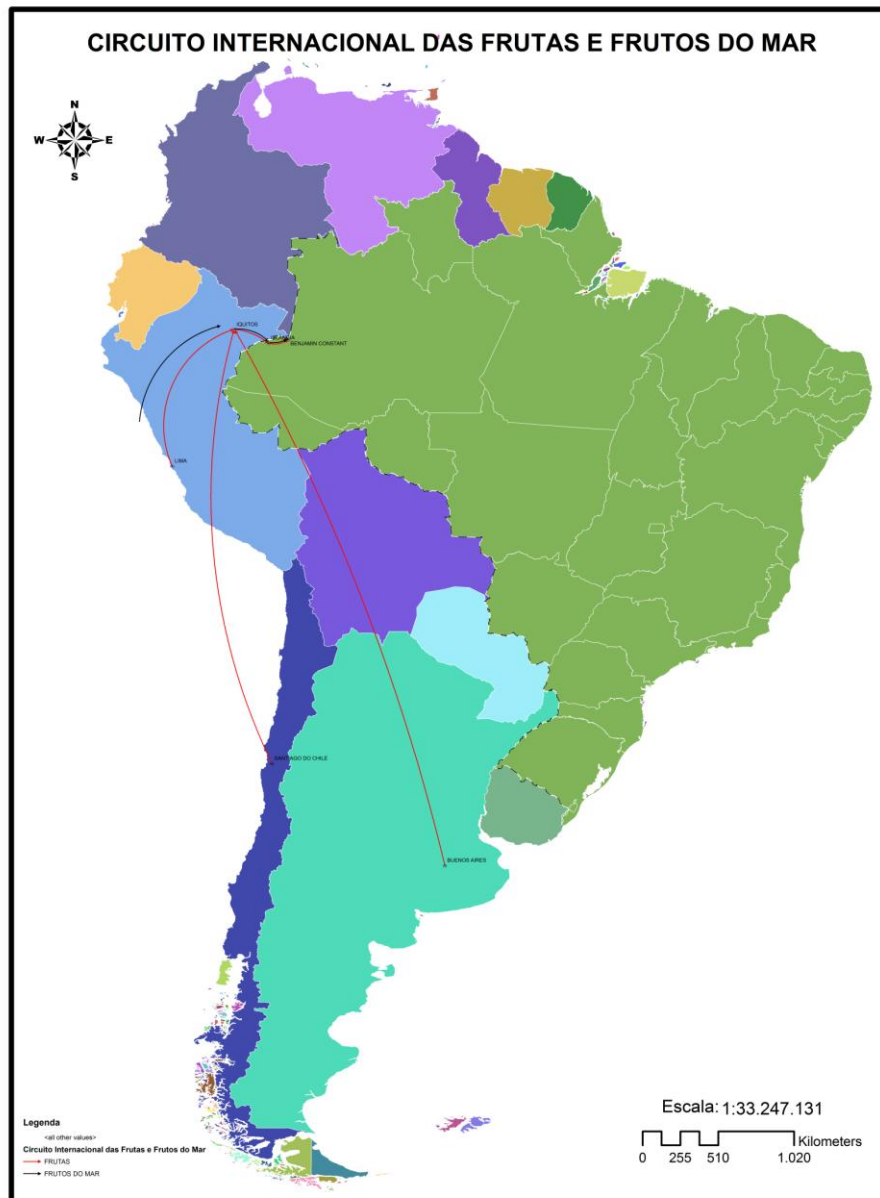


Figura 42: Mapa do circuito das frutas e dos frutos do mar;
Fonte: Souza, 2014.

O mapa acima demonstra a trajetória das frutas e dos frutos do mar comercializados pelos peruanos em Benjamin Constant. As frutas (peras, uvas, maçãs) são oriundas da Argentina e do Chile, e os frutos do mar (camarão, lula, caranguejo, mariscos) são oriundos da costa peruana, do oceano Pacífico. Ambos chegam até Iquitos via aérea e fazem o percurso seguinte até Benjamim Constant por via fluvial, conforme já descrito anteriormente (p.73).

Se considerarmos os modos de entrada dessas mercadorias os circuitos se afunilam e as redes de relações revelam melhor compreensão desse segmento comercial.

Prosseguindo com a análise, se excluirmos a origem e evidenciarmos o modo de aquisição dos produtos, podemos entender que existe uma rede comercial regional com dinâmicas e características peculiares que se estabelecem em Benjamin Constant. Observe o mapa das principais cidades que distribuem as mercadorias regionalmente:

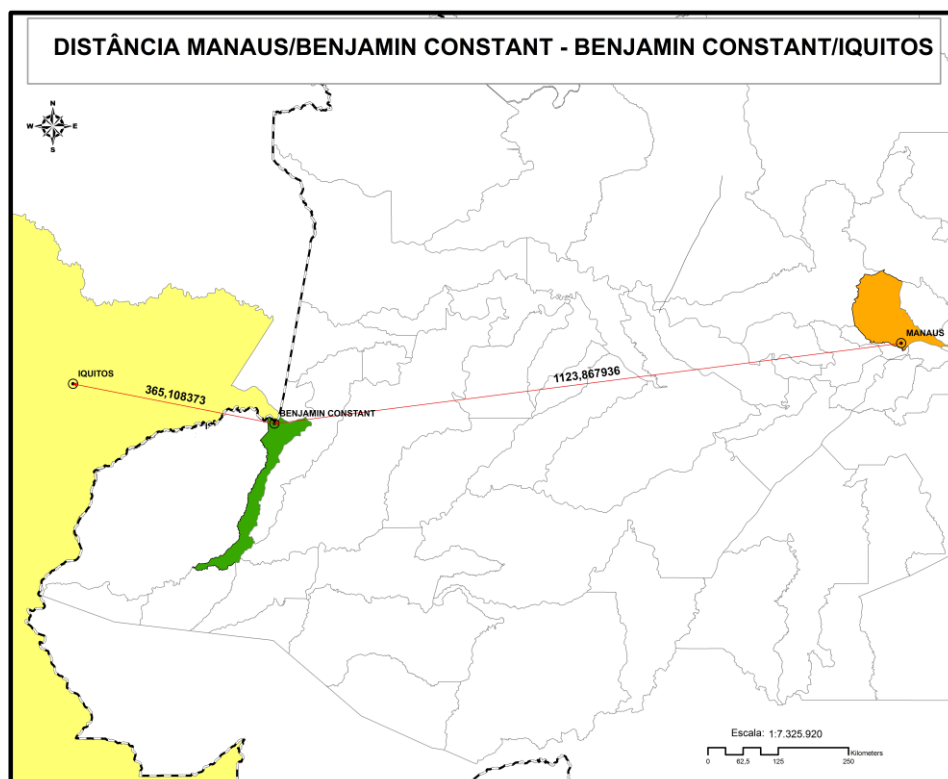


Figura 43: Mapa dos polos econômicos regionais;
 Fonte: SEPLAN, 2014;
 Organização: Souza, 2014.

Como podemos observar na imagem acima que indica os dois polos regionais de produção e distribuição de mercadorias, Manaus (Brasil) e Iquitos (Peru), sendo que temos entre Manaus e Benjamin Constant aproximadamente 1.123 km em linha reta, e entre Iquitos e Benjamin Constant temos aproximadamente 365 km de distância em linha reta.

Como se pode observar no mapa acima a aquisição da maior parte das mercadorias de origem internacional ocorrem por meio da distribuição oriundas de Iquitos no Peru, as quais entram no Brasil via malha fluvial, mas as mercadorias não são desembarcadas diretamente em Benjamin Constant. A maior parte das mercadorias de origem não brasileiras são adquiridas principalmente nas casas comerciais flutuantes que se localizam ao longo do rio Javari nas imediações de Islândia (Peru), as quais são

abastecidas por grandes embarcações que fazem periodicamente o eixo fluvial Iquitos/Islândia. Nesse mesmo âmbito existe também uma parcela significativa de comerciantes que mantém contatos com parentes ou fornecedores empresários que adquirem essas mercadorias em Iquitos e mandam através das referidas embarcações.



Figura 44: Entrada de mercadorias de origem peruana em Benjamin Constant;

Fonte: *Wikimapia*, 2014;

Organização: Autor, 2014.

Nota-se que estes comerciantes trabalham no limiar da (i) legalidade, pois se deve ter cautela na forma como as mercadorias entram definitivamente em Benjamin Constant. Apesar da fiscalização não ser permanente, já houveram muitos casos de apreensão de mercadorias, principalmente quando se trata de grandes volumes de cargas em materiais de construção e gasolina, o que significa grandes prejuízos considerando as pequenas dimensões econômicas desses comerciantes.

A manobra realizada pelos comerciantes peruanos, brasileiros e população em geral mantém um padrão, as mercadorias são adquiridas nas casas comerciais flutuantes e transportadas nos denominados “canoões”, ou “rabeta” de Islândia até Benjamin Constant (10 a 15 minutos de navegação), os quais atracam nas margens do rio e rapidamente são desembarcadas. Observe a imagem do desembarque:



Figura 45: Desembarque de mercadorias oriundas de Islândia em Benjamin Constant;
 Fonte: Autor, pesquisa de campo, dezembro de 2012.

Simultaneamente as mercadorias são desembarcadas e embarcadas nos denominados “motocarros”, motocicletas que possuem uma carroça acoplada na traseira. Esses veículos também são adquiridos nas casas flutuantes de Islândia a preço acessível aproximadamente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) preço bem inferior se adquirido em Manaus que custa em média R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no período da referida pesquisa (2012-2013). Salienta-se que os motoristas que dirigem esses veículos são em suma da própria cidade e fazem parte de associação organizada com presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário. Trabalham com tabela de preços para transportar mercadorias em área urbana, área rural e ou intraurbana (de Benjamin Constant a Atalaia do Norte). Observe a imagem da tabela de preços a seguir:



Figura 46: Transportadores de cargas em motocarros e tabela de preços do transporte em Benjamin Constant;

Fonte: Autor, pesquisa de campo, maio de 2013.

Entretanto, também existem comerciantes sejam eles peruanos ou brasileiros que possuem sua frota particular de transporte e nesses casos a dinâmica de desembarque e embarque são mais rápidos e tensos, pois além das mercadorias os veículos também podem ser apreendidos.



Figura 47: Frota de veículos de carga particular em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

Como se pode observar na imagem acima há empresários que dispõem de frota de 05 ou mais veículos, absorvendo mão de obra local para pilotar e transportar cargas e passageiros. Outra dimensão é o da fiscalização, enquanto que localmente as autoridades reconhecem a importância desses serviços, existe certa apreensão ou repúdio com relação à chegada da polícia federal. As relações são tensas e no âmbito da presente pesquisa isso foi constatado com questionamentos ao pesquisador sobre o motivo da sondagem e das fotografias. Paira um ar de indignação com os órgãos de controle em especial para com a Polícia Federal brasileira, como pode ser analisado no caso transcrito a seguir, no qual um comerciante brasileiro descendente peruano reclama da atitude do referido órgão que atua na fronteira: *“Eles chegam aqui sem avisar, tomam tudo, não querem saber se custou o suor do trabalho diário. Pra nós é difícil perder dois ou três veículos destes... é um prejuízo de aproximadamente R\$ 15.000, 00 (quinze mil reais)... aonde se consegue isso de uma hora pra outra? Ninguém tá roubando, nem traficando, isso é trabalho duro...”*. Observa-se a fragilidade do discurso, porém como assinalado por muitos autores às relações são tensas, e as reclamações e as razões sejam do lado institucional, sejam do lado dos comerciantes,

mas do que divergências marcam as contradições dos múltiplos interesses em conflito na fronteira.

O movimento é mais intenso pela manhã quando se observam catraias oriundas de Islândia chegando a todo o momento e motocarros transitando, descendo e subindo o pequeno declive que dá acesso às ruas de Benjamin Constant.



Figura 48: Transporte de mercadorias na área portuária de Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Chega todo tipo de mercadorias na área portuária de Benjamin Constant, da gasolina, materiais de construção, vasilhames, depósitos, motocicletas, alimentos em geral, frutas, verduras, animais. Todavia existem outras vias de entrada dessas mercadorias na cidade, mas que só se realizam no período de enchente, como por exemplo, pelo rio Javari que dá acesso às ruas da área oeste, mas esse trajeto geralmente é realizado pelos moradores locais. Também pelo igarapé denominado “Esperança” que dá acesso às ruas da área leste da cidade, uma área de concentração e expansão do comércio realizado pelos peruanos. Vale salientar que em ambos os casos não ocorrem no período da vazante dos rios, pois ficam praticamente inacessíveis à navegação ou

distantes das vias urbanas. Observe o mapa a seguir que expõe as três principais áreas de entrada das mercadorias em Benjamin Constant:

ROTAS DE MERCADORIAS PERUANAS

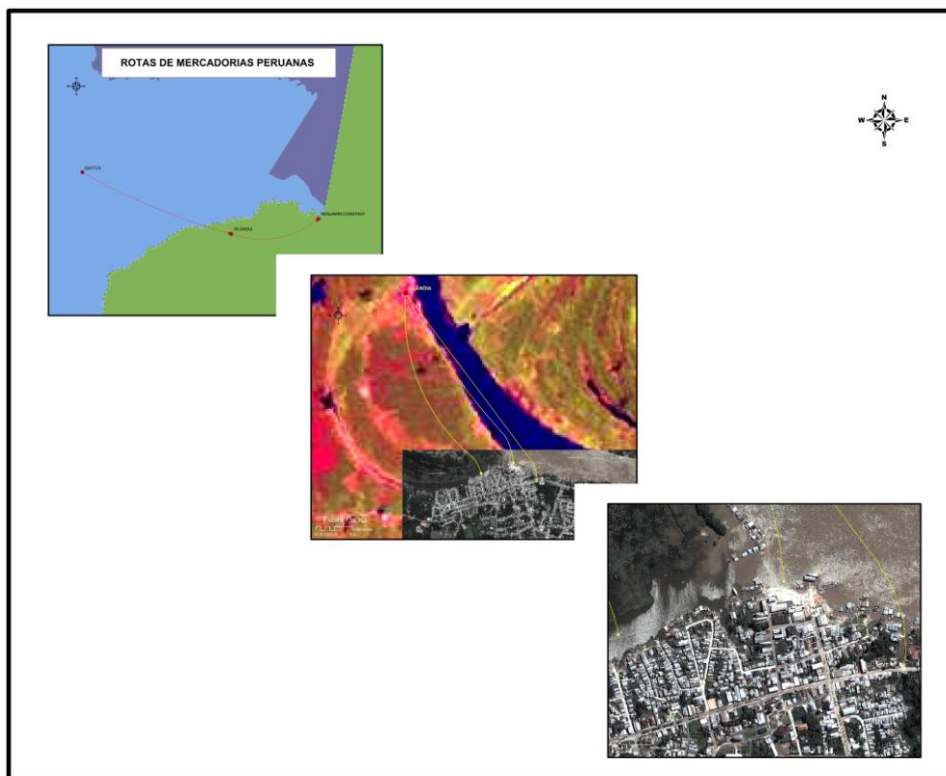


Figura 49: Entradas de mercadorias em Benjamin Constant;
 Fonte: SEPLAN, 2014;
 Organização: Souza, 2014.

Na terceira tipologia que denominamos de subinformais, os comerciantes ambulantes e os comerciantes-agricultores do grupo religioso israelita se inserem no mercado benjaminense por meio de manobras similares, porém as origens das mercadorias apresentam características diferenciadas. Nesse sentido, ressaltam-se os comerciantes do grupo religioso israelita, os quais como citados anteriormente cultivam os produtos agrícolas que comercializam na cidade. A origem dos produtos agrícolas é a partir do cultivo realizado às margens do rio Javari no lado correspondente ao Peru e chegam até a cidade através de embarcações próprias, em dias e horários específicos (segunda ou terça-feira nas primeiras horas do dia). Porém, atualmente com andamento de operações institucionais de fiscalização, esses comerciantes variam sua presença no porto da cidade, às vezes aparecendo no turno noturno ou pela madrugada. Observe o mapa a seguir:

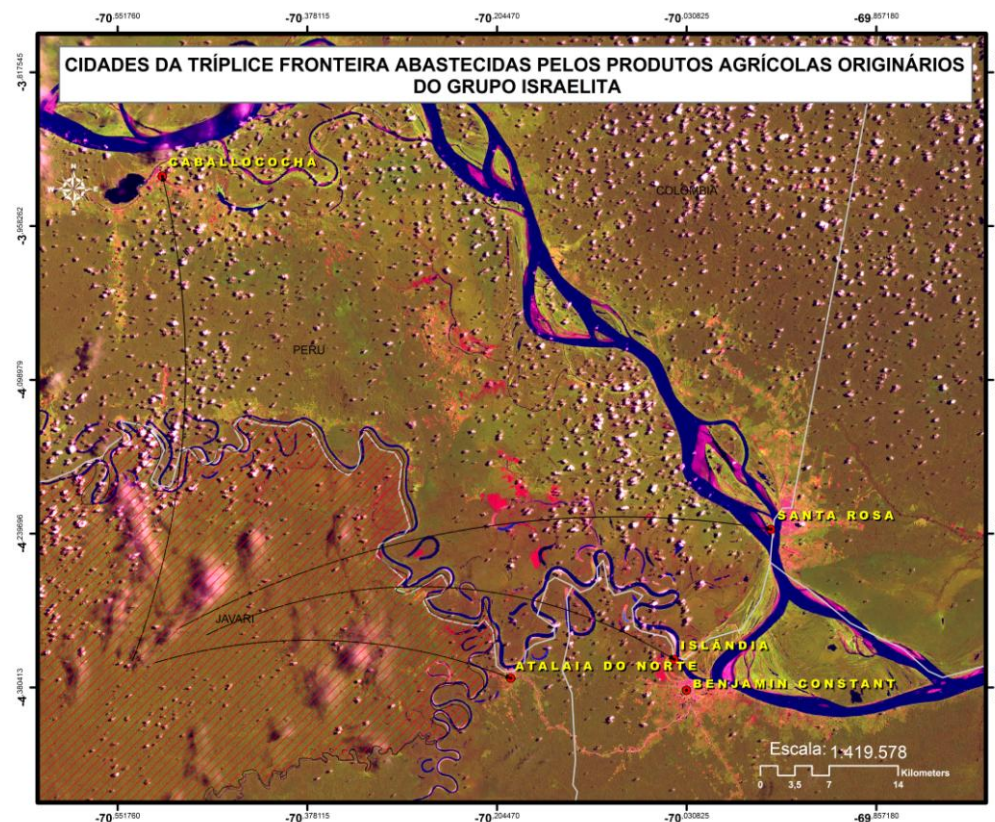


Figura 50: Mapa rota de abastecimento dos comerciantes israelitas na tríplice fronteira;
 Fonte: SEPLAN, 2014.
 Organização: Souza, 2014.

O esquema apresentado acima denota as cidades que são abastecidas pelos insumos agrícolas do grupo israelita que habitam o vale do rio Javari. Atende parte da demanda das cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga no Brasil e Santa Rosa, Caballo Cocha, Islândia no Peru.

Nesse contexto, pode-se inferir como sugere Milton Santos que existem circuitos da economia que se conectam e que podemos notar no presente estudo a partir do fluxo das mercadorias que são oriundas de polos econômicos de empresas nacionais e multinacionais em escala regional (Manaus), em escala nacional (Fortaleza, São Paulo, Minas Gerais), bem como em escala mundial (países da América do Sul e do Norte, Europa e Ásia). Entretanto, podemos verificar como sugere Roberto Lobato Corrêa, a influência de redes urbanas, em que cidades como Manaus, e Iquitos exercem influência econômica a partir do fornecimento de mercadorias e serviços. E em uma escala local como no aspecto salientado da produção agrícola realizada pelo grupo religioso israelita que abastece a cidade de Benjamin Constant e outras cidades da região.

Essa dinâmica econômica produzida a partir da expansão do comércio realizado pelos peruanos que atingem diferentes escalas geográficas produz e reproduz, além de um comércio peculiar, novas relações humanas com modos de vida que se traduzem num hibridismo do idioma, da gastronomia, da música, e da religião.

3.3. Os peruanos e a construção de novas espacialidades em Benjamin Constant

A cidade de Benjamin Constant é uma cidade amazônica que apresenta suas peculiaridades, e muitas delas se devem às influências exógenas que nada tem a ver com a realidade local denotada, por exemplo, o nome da cidade que se refere a um contexto militar na homenagem ao Benjamin Constant³.

Outra curiosidade vem do IBGE que informa em seu site que quem nasce nessa cidade é “Benjamin constatense”, porém se você perguntar a qualquer morador passante nas ruas eles se autodenominam benjaminenses, categoria que utilizamos em toda a dissertação.

Nesse sentido podemos inferir que a cidade Benjamin Constant apresenta traços que se mesclam à influência que se não podem ser atribuídas aos migrantes que ali chegam desde tempos remotos, são estabelecidas a partir de fora. Ao longo das dinâmicas econômicas e da porosidade que influenciam nos fluxos migratórios na faixa da tríplice fronteira, os peruanos passam a constituir traços marcantes na vida fronteiriça, principalmente criando novas espacialidades que são produzidas na cidade de Benjamin Constant. Esse aspecto guarda semelhança com o que propõe Roberto Lobato Corrêa:

“No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no

Benjamin Constant Botelho de Magalhães militar brasileiro que esteve na guerra do Paraguai, adepto do positivismo, em suas vertentes filosófica e religiosa, cujas ideias difundiu entre os militares. Foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, sendo em seguida nomeado Ministro da Guerra e, depois, Ministro da Instrução Pública no governo provisório.

todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 2011, p. 35.)

Nesse sentido, se consideramos as várias dimensões do espaço de uma cidade e as práticas que são realizadas a partir da dimensão física e que abrangem as dimensões como diria Lefebvre do paradigmático e do sintagmático, nos permitirá compreender melhor a dinâmica dessa cidade na fronteira.

Atualmente, ao chegar à cidade de Benjamin Constant você vai se deparar com uma paisagem que se diferencia das demais cidades do Alto Solimões, uma paisagem que abriga o diferente na sutileza de uma cidade amazônica. Se o visitante que chegar pela manhã parar e observar por alguns momentos perceberá a entrada e saída contínua de mercadorias e pessoas, tipos humanos diferenciados como os estivadores conhecedores do movimento da feira e dos dias/horários exatos dos barcos de cargas e passageiros que estão chegando ou indo para Manaus.

Podem-se notar também os mototaxistas das motocicletas à espreita de passageiros subindo e descendo a pequena rampa que mescla terra batida e vestígios de um calçamento caótico, bem como os motocarros prontos a transportar pessoas e os mais variados tipos de cargas, desde produtos manufaturados, materiais de construção oriundos de Manaus e do Peru até animais domésticos e carne de caça oriunda da zona rural do município e das comunidades peruanas.



Figura 51: Suínos embarcados em motocarro na área portuária de Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, Setembro de 2013.

Perceberá também os índios ticunas chegando em suas canoas com motor rabeta, os quais vão atracando e formando um grande estacionamento na margem do rio. E se observar com cuidado vai notar que são as mulheres que desembarcam as mercadorias e sobem o barranco para expor os produtos agrícolas geralmente nas áreas laterais contíguas ao mercado municipal, pois o homem está incumbido de atracar a embarcação e fazer a segurança da família, de modo a afastar qualquer tipo de perigo.



Figura 52: Canoas de produtores rurais locais atracadas em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, junho de 2012.

Dentro do mercadão existem as quitinetes de venda, mas as propriedades são destinadas aos residentes fixos da área urbana, geralmente com algum contexto político.

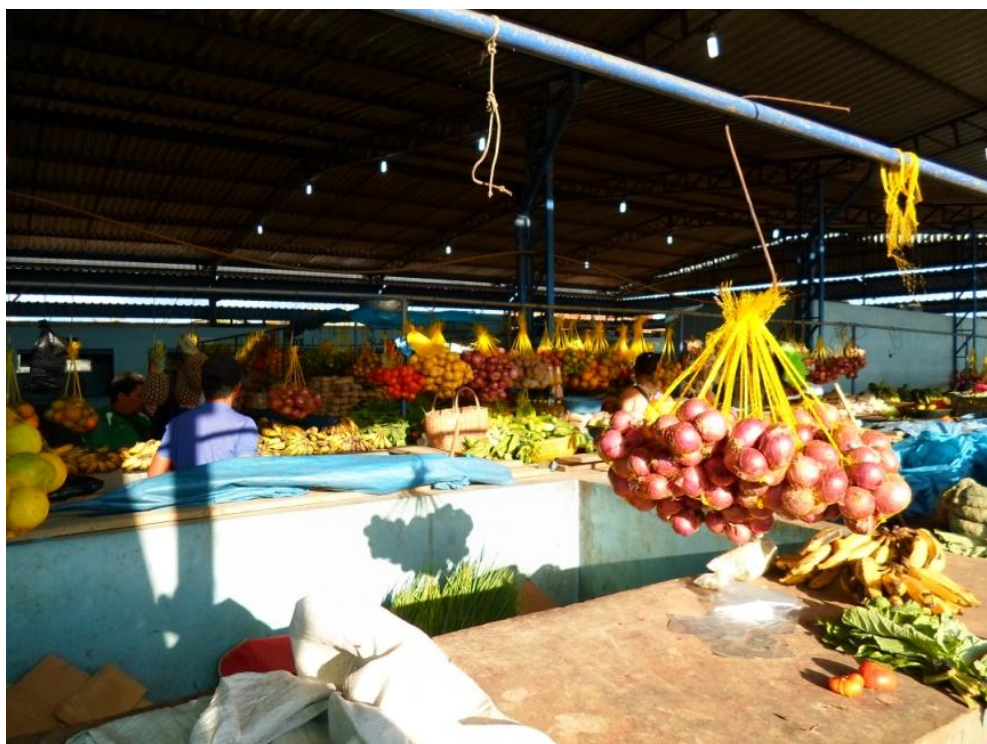


Figura 53: Área interna da feira municipal de Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, maio de 2013.

A observação atenta e aqui se retoma o ensinamento de Pierre George que propõe como essencial para o trabalho de pesquisa “em qualquer procedimento geográfico, o primeiro passo é a observação” (GEORGE, 1986. p. 20). E, é com o olhar atento e seletivo que se perceberá entre os demais tipos humanos que compõem a feira, as senhoras com seus vestidos em geral de cor azul com véu na cabeça. Observe no canto inferior direito da imagem a seguir, a vendedora de hortaliças nas imediações da feira do produtor e suas características de vestimentas e depois compare com a imagem seguinte:



Figura 54: Exposição de produtos agrícolas nas laterais da feira municipal de Benjamin Constant; Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2014.

Estas senhoras de origem peruana também vendem produtos agrícolas nessa área, mas realizam também uma atividade espacial econômica sutil, compram alguns itens como cebolinha de palha, cheiro verde e levam até a saída da feira do pescado, onde os moradores locais compram suas espécies de peixes favoritas para alimentação diária e em vez de ir até o outro lado no mercadão, a aproximadamente 150 metros de contorno, compram logo ali as verduras das senhoras que estão oportunamente aguardando. Observe o esquema a seguir:

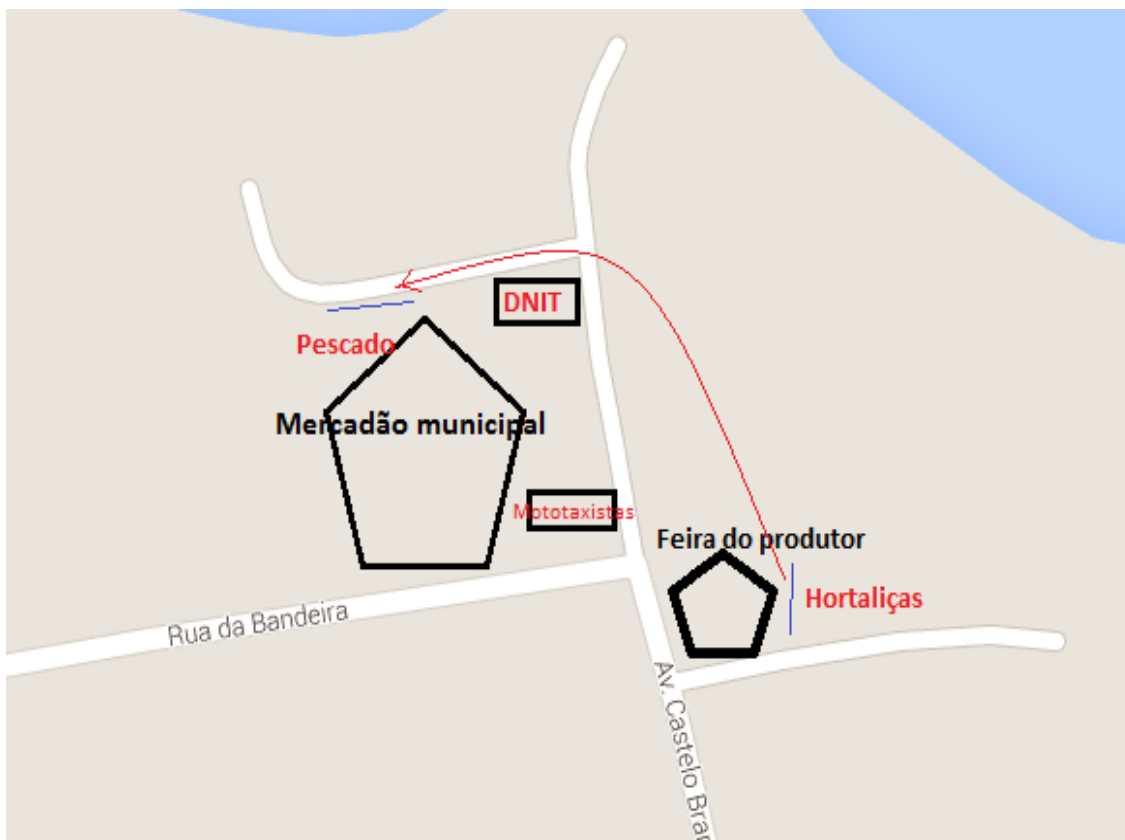


Figura 55: Croqui da trajetória do comércio de hortaliças realizado por peruanos nas imediações do mercado e feira do produtor em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, 2014.

Observe na imagem abaixo a exposição dos pescados nas imediações do mercadão municipal e na parte superior da imagem, parte da imagem de uma senhora que carrega em suas mãos hortaliças e sacola plástica, com as mesmas características da senhora da imagem anterior, que estava nas imediações da feira do produtor. Quando um comprador se dirige ao pescado à mostra, ela logo se aproxima, e quase que simultâneo à compra do pescado realiza a venda da hortaliça. Somente as vendedoras de origem do grupo religioso israelita fazem esse processo o que denota uma prática comercial diferenciada.



Figura 56: Exposição de pescado na saída do mercado municipal de Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2014.

No perímetro ao redor do mercado municipal já se pode notar uma prática espacial econômica sutil de senhoras de origem peruana que realizam uma atividade oportuna de levar um produto até as mãos do consumidor dentro do espaço de consumo de outra mercadoria, assim adicionam um conteúdo a mais na renda de suas famílias, que quase sempre tem um estabelecimento comercial nas imediações do mercadão e da feira do produtor rural. Verifica-se a partir de então uma visão apurada de práticas espaciais no âmbito da atividade comercial.

Todavia ao adentrar na primeira rua imediata ao mercadão e a feira do produtor notar-se-á a real delimitação do espaço físico, são pequenas lojas que se perfilam ao longo da rua e denotam uma paisagem com formas e funções peculiares. Conforme Magnani (2012) pode-se denominar essa organização espacial urbana de manchas,

“São as manchas, áreas contíguas do espaço dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante... As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico,

visível, e público para um número mais amplo de usuários” (MAGNANI, 2012. p.94-95).



Figura 57: Estabelecimentos comerciais peruanos perfilados na rua da bandeira em Benjamin Constant; Fonte: Autor, pesquisa de campo, maio de 2013.

Na imagem da esquerda para a direita observam-se os estabelecimentos comerciais peruanos, adicionando-se ao fundo à direita o prédio que se destaca na paisagem. Um hotel que também é de proprietário peruano, bem como as motocicletas perfiladas à direita que apresentam uma porcentagem elevada de origem de aquisição na cidade peruana de Islândia. Nesse âmbito salientamos que uma das três associações municipais de mototaxistas, apresenta na frota de 250 veículos, o total de 92 motocicletas de origem peruana, adquiridas diretamente nas casas comerciais flutuantes na cidade vizinha.

Como se pode notar, as ruas imediatas a área portuária são constituídas essencialmente pelos estabelecimentos comerciais peruanos, ou seja, qualquer pessoa na cidade de Benjamin Constant sabe a qual, ou quais áreas urbanas se dirigir para adquirir mercadorias e equipamentos a preços acessíveis:

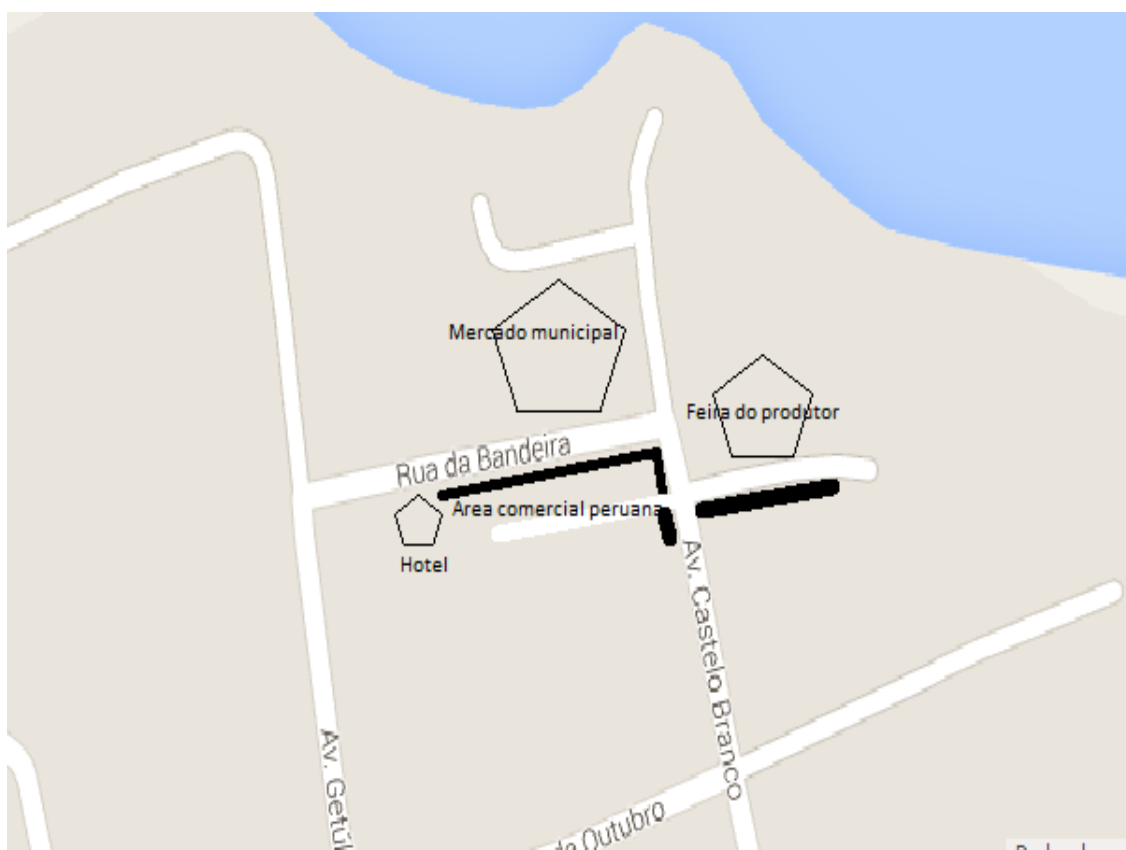


Figura 58: Croqui mancha urbana comércio peruano em Benjamin Constant;
 Fonte: Autor, 2014.

Como se pode notar no croqui acima, o perímetro com tracejado em negrito são áreas contíguas do comércio peruano. A delimitação é tão forte no aspecto físico, que em 2009 houve um grande incêndio noticiado em rede nacional que se iniciou num estabelecimento brasileiro que vendia gasolina “peruana” e foi tomando conta de todas as lojas do quarteirão, porém não atingiu os estabelecimentos peruanos, pois entre a área em chamas e estes estabelecimentos havia um prédio de grandes proporções que impediu a propagação do fogo até esse perímetro. Salienta-se que o prédio mencionado é de proprietário peruano e que na rua sem saída imediata a esse perímetro encontra-se uma vila habitada tipicamente por famílias binacionais, ou seja, famílias mescladas de membros peruanos e brasileiros, com dupla nacionalidade. Observe o esquema a seguir:

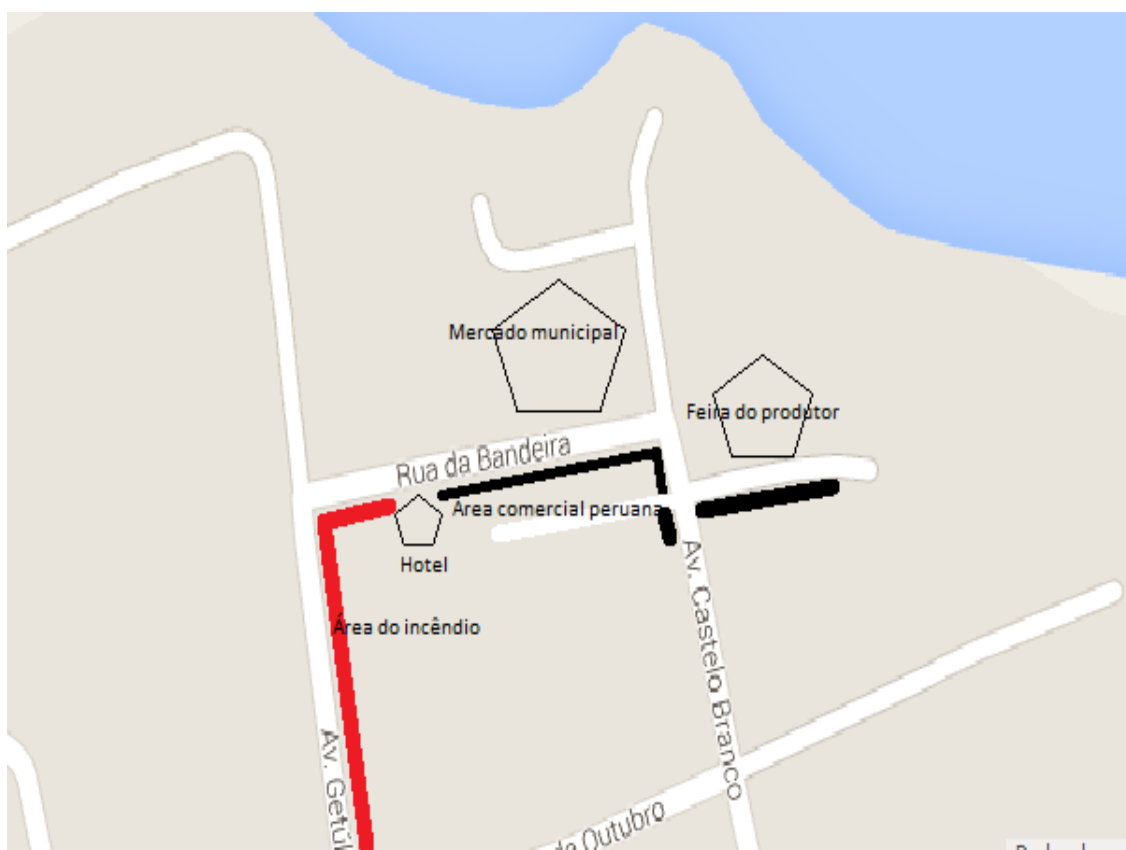


Figura 59: Croqui perímetro do incêndio ocorrido em 2009;
Fonte: Autor, 2014.

Como se pode notar no tracejado em cor vermelha o fogo se propagou por toda a lateral do quarteirão até o referido hotel, que serviu de barreira, impedimento danos em maiores proporções.

Todavia podemos espacializar os estabelecimentos peruanos ditos formais, que pertencem a empresários peruanos de uma mesma família que se fixaram a muitas décadas em Benjamin Constant. Observe o esquema seguir:



Figura 60: Croqui da espacialização do comércio peruano em contexto familiar em Benjamin Constant; Fonte: Autor, 2014.

A imagem denota a distribuição geográfica das lojas que delimitam o perímetro comercial central da cidade, espalhadas ao longo das principais ruas e avenidas de Benjamin Constant. Assinala-se na imagem acima pontos A, B, C e D para sugerir uma escala aproximada de tempo de chegada desses empresários e estabelecimentos respectivos. O empresário “A” trabalha no ramo das confeccões, dentre estes foi o primeiro a chegar à cidade. Em entrevista descreveu a formação daquela área comercial, citando os primeiros comerciantes, o campo de futebol em que os jovens da época se encontravam para o lazer, o aterro e a pavimentação das ruas alagadiças, pairou na entrevista um ar de saudosismo. Falamos sobre sua chegada em Benjamin Constant, o respeito para com os antigos moradores, evolução e trajetória comercial geográfica até o lugar, origem das mercadorias, o contexto do ambiente das relações que se firmaram ao longo de sua vida, os filhos. A seguir reproduzem-se trechos transcritos da entrevista realizada no primeiro trabalho de campo em 2012:

“Estou há aproximadamente 32 anos em Benjamin Constant, meu irmão veio primeiro e depois voltou e eu fiquei... viemos por Iquitos, passamos por Letícia, Tabatinga... desde os 10 anos trabalhei servindo em restaurante... no Norte de Lima em 1970 comecei a

trabalhar com um Chinês que era casado com uma Argentina, ele era firme não desperdiçava nenhum centavo, lembro que teve a copa do mundo em que o Peru abriu as pernas para a Argentina se classificar num cinco a zero (risadas)... depois trabalhei com um árabe, eles são muito bons em vendas, eles não deixam que uma pessoa saia de sua loja sem levar nada, qualquer coisa tem que ser vendida... cheguei na década de 1980 na época do prefeito... o senhor Alcindo, que aterrou e pavimento toda essa área, as ruas eram de barro, havia um campo de futebol ali onde é o mercado hoje, em que os rapazes vinham jogar bola (risadas), era muito divertido... vendia na beira das calçadas, ficava mais na frente da loja da dona Maria, morava numa hospedaria de uma senhora muito boa que me aconselhou a comprar uma casa com o lucro das vendas, depois comprei uma loja de outro comerciante, aqui onde é a minha loja mesmo... quando cheguei já havia um turco comerciante, mas tinham poucos comércio na cidade... hoje tenho todas as documentações legais, minhas roupas vem de Fortaleza, Recife, São Paulo, só trabalho com produtos nacionais, porque a qualidade dos tecidos são melhores...sou casado...brasileira, benjaminense... tenho um filho cursando administração e uma filha que se forma esse ano (2012) em medicina na UNIP em Manaus.”

O referido comerciante utiliza atualmente em sua loja mão de obra local, sendo que nos períodos festivos há um aumento considerável de pessoas contratadas. Dentre estes trabalhadores destacamos o senhor “M”, que há 15 anos trabalha no local com carteira assinada e todas as garantias trabalhistas. Salienta-se que este é uma figura conhecida da população, o qual foi imprescindível no âmbito das entrevistas realizadas em todo o período das pesquisas, divulgando e servindo como referência na confiabilidade de nossa pesquisa para com os comerciantes peruanos locais, auxiliando também no adicionamento de informações secundárias, em longos momentos de incentivos, marcando as entrevistas (diálogos) com o pai e posteriormente o filho que no ano seguinte da entrevista transcrita acima foi receptivo na aplicação dos formulários, pois o dono da loja (pai) estava em viagem à capital, Manaus.

A empresária “B”, irmã do anterior, também trabalha no ramo das confecções e mantém contato com o primeiro irmão citado na entrevista anterior, o qual reside em outras áreas do país sendo o fornecedor das mercadorias comercializadas na loja e que de acordo com a empresária “B” é o verdadeiro dono do estabelecimento.

O empresário “C”, irmão que chegou posteriormente, trabalha no ramo das peças de motocicletas com prédio relativamente em grandes proporções, abastece a cidade com equipamentos de origem nacional. O empresário “C”, primo do empresário “A”, trabalha no ramo das peças automotivas (automóveis e motocicletas), nas confecções e

na hotelaria, sendo que ambos em prédios específicos e distribuídos ao longo da Avenida Getúlio Vargas, como observado na imagem anterior.

Quando tratamos do comércio realizado por peruanos em Benjamin Constant, um aspecto marcante no âmbito das relações, que confere com a teoria relacionada ao circuito inferior, é o aspecto da barganha, da pechincha. Quando se trata de compra e venda esteja preparado para dialogar, principalmente se estiver num estabelecimento ao qual caracterizamos como subinformal. Nesse sentido, do ponto de visto do consumidor, nunca se deve aceitar a primeira oferta de preço, com certeza quando tratar com algum comerciante e sugerir uma oferta menor vai ouvir a expressão “*non paisano*” ou mais usual atualmente “*non hermano*”, o que significa entre outras palavras não conterrâneo ou não irmão, mas sempre vai haver um consenso na barganha, ou seja, observa-se que as mercadorias não têm preço fixo. Entretanto, em hipótese nenhuma estes comerciantes aceitam uma compra a “crédito”, ou seja, no “fiado”. Em todas essas relações de compra e vendas são utilizadas a moeda fronteiriça, o dinheiro vivo seja em real ou peso colombiano, no qual ambas apresentam o mesmo valor monetário somente em Benjamin Constant. Salienta-se que há décadas não se utiliza no comércio de Benjamin Constant o *soles*, ou seja, a moeda peruana, pois houve um período muito longo de desvalorização e não ficou mais viável nas negociações.

Entretanto, para os comerciantes formais, como os citados acima (A, B, C, D) a dimensão da barganha é menor, porém devido as suas rotatividades e ampliada rede de amizades locais, faz-se possível a compra através do crédito, mais não é o cartão de crédito, mas sim o crédito parcelado por registro em caderneta de balanço financeiro, prática possível se o dono do estabelecimento estiver presente, ou seja, os empregados não são autorizados a realizar essa transação comercial, porém podem oferecer no âmbito da barganha e posteriormente informam ao dono o que ficou acertado. Nesse sentido, as práticas no segmento formal vão para além do aspecto físico e atinge outras dimensões, como no caso da relação de reciprocidade, o vínculo com o lugar de trabalho com as pessoas. Salientando que estes empresários são patrocinadores de diversos eventos sociais, como nas festas folclóricas com os bumbás Corajoso e Mangangá, nos jogos estudantis, nos campeonatos de futsal e futebol de campo com patrocínio de equipamentos, e ou participação como atletas como no caso do empresário “D” praticante veterano de futsal. Essa relação de reciprocidade fica mais evidente quando se questiona alguém da cidade sobre algum produto comprado ou a comprar, por exemplo, quando determinado benjaminense adquire algum utensílio dos comerciantes

que caracterizamos como informais, a referência é a seguinte “*comprei lá nos peruanos, nos paisas, ou tem lá nos paisas*”, (*abreviação de paisanos*), porém, se é adquirido com algum comerciante que caracterizamos como formais, a referência é “*comprei na loja do senhor A, ou tem lá na loja do senhor A o que se procura*”. Nesse sentido, também muito usual é a transformação do nome do comerciante em marca de vestimentas, por exemplo, “*minha bermuda é da maresia, rota do mar*” (marcas de empresas conhecidas nacionalmente, mas entre alguns benjaminense se fala variavelmente “... *a minha é da marca do senhor A...*” para identificar que não é nenhuma marca tão conhecida, mas é de qualidade.

Nesse contexto das relações com o lugar podemos citar o comerciante peruano proprietário de restaurante que oferece comidas típicas peruanas com ingredientes variados com peculiaridade para os frutos do mar. De acordo com o mesmo, sua profissão inicial era de policial na cidade Pucalpa (Peru), aprendeu a cozinhar e preparar frutos do mar a partir do contato com amigo marinheiro no litoral peruano. Quando ainda estava na polícia percebeu que na referida instituição havia a necessidade de preparo de alimento e que a demanda era boa, iniciou aos poucos e passou a vender muito para a polícia. Entretanto, certo dia o grupo de policiais, ao qual fazia parte sofreu emboscada de guerrilheiros do “Sendero luminoso⁴”, de saldo ficou ferido com tiro na perna (muitos amigos morrerão). Saiu da polícia e com o dinheiro da indenização abriu um restaurante no litoral peruano, o qual foi sucesso por muito tempo. Com a separação da esposa vendeu tudo dividiu o dinheiro e gastou o restante em atividades de lazer.

Chegou ao Alto Solimões com um grupo de médicos, oftalmologistas, obstetras, clínico geral, onde desempenhava a função de panfletagem, percorreu vários municípios. O grupo de médicos foi embora, ele ficou em Santo Antônio do Içá, depois através de convite de amigos chegou para cozinhar no aniversário de um conhecido em Benjamin Constant, em pouco tempo gastou o dinheiro que lhe restara, viveu de favores num quarto cedido por uma senhora nas dependências da igreja católica do segmento franciscano denominado “Irmão Sol”, passou muitas necessidades, se entregou a Deus. Encontrou um amigo que vendia sorvete de Benjamin Constant em Atalaia do Norte, o qual lhe informou que a patroa precisava de empregado. Iniciou com as vendas de

Sendero Luminoso é uma organização peruana de inspiração maoísta fundada na década de 1960 pelos corpos discentes e docentes de universidades do Peru (especialmente da província de Ayacucho). A organização foi quase considerada extinta no final da década de 1990, mas reapareceu na primeira década do século XXI).

sorvete, percorria diariamente as ruas e os bairros da cidade vendendo sorvete, traçou metas de tempo e espaço a serem percorridos de bairro a bairro, ao final de seis meses economizou bom dinheiro, passou a investir no ramo de venda de gasolina, alugou um ponto comercial que prosperou. Então, em um dos locais nas extremidades de sua rota de venda de sorvete, a qual observara sempre que parava para descansar, conversou com o proprietário e alugou o terreno e construiu o restaurante nos moldes do seu antigo no litoral peruano. Todavia, nas dependências do estabelecimento continua com o comércio de gasolina, gera emprego e possui documentação de funcionamento, suas palavras: “...*ahora está cierto, tengo Díos...*”.

Em outra escala de análise das práticas espaciais podemos citar o grupo religioso israelita que tem uma população que vem se expandindo ao longo do vale do rio Javari, influenciando por onde passa com suas práticas agrícolas e costumes religiosos. Nesse sentido identificamos uma comunidade que tem se firmado em Benjamin Constant, situados numa área afastada do perímetro urbano. Essa comunidade se localiza nas coordenadas S 04.46041° WO 70.09819° nas imediações da BR 307, estrada que interliga Benjamin Constant a Atalaia do Norte, no quilômetro 11. A comunidade que se denomina “*RETAMA KAMATATSURP*”, que de acordo com os componentes da comunidade significa POVO TRABALHADOR, ou HOMENS TRABALHADORES, tem uma população de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) famílias, compostas de indígenas peruanos e brasileiros, não foi possível identificar uma predominância. Observe a imagem da placa de identificação da comunidade à margem da estrada:



Figura 61: Entrada da comunidade *Retama Kamatatsuri* em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

A aproximadamente 50 (cinquenta) minutos de caminhada (sem carga) da margem da estrada que interliga Benjamin Constant e Atalaia do Norte se encontram as primeiras habitações, construídas de madeira mesclando-se algumas com cobertura de palha, outras de zinco, parcialmente cercadas de madeira (dormitório cercado), tendo como principais atividades a criação de animais, plantações diversas.



Figura 62: Habitação em comunidade israelita em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Destaque-se que a comunidade possui uma escola municipal SISA IKUA (flor do conhecimento, ou flor da esperança na tradução local, uma expressão de origem indígena Cocama). Essa escola de nível fundamental para séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende a demanda da comunidade com duas salas de aula e dois professores, com 18 (dezoito) alunos no matutino e 08 (oito) no vespertino, frisando-se que dos 18 (dezoito) alunos apenas 03 (três) nasceram no Peru, ou seja, 15 (quinze) crianças são nascidas em Benjamin Constant, portanto brasileiras. Salientando-se que o idioma ministrado nas aulas é o Português, preferência dos pais que buscam a inserção dos filhos na dinâmica local e em entrevistas revelou-se a preocupação com a futura faculdade dos filhos na cidade. Observe a imagem abaixo:



Figura 63: Escola municipal no assentamento israelita em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Os indígenas que habitam essa comunidade são oriundos do vale do Javari e de acordo com os entrevistados chegaram nessa área há aproximadamente 18 anos, os pais eram seringueiros brasileiros e casaram com as indígenas peruanas, chegaram ao local a partir de contatos com parentesco familiar. Devido no seu local de origem haver uma incidência alta de malária foram convidados por parentes a habitar na comunidade, que antes era predominantemente de origem indígena Cocama. Cultivaram muito tempo em outras áreas da imediação, porém quando uma estrada do governo conhecida como “estrada do Crajari” atravessou suas terras, houveram muitas denúncias e ameaças de empresários que reivindicaram a terra. Nesse período, muitos desses peruanos abandonaram as plantações com medo dos empresários e da Polícia Federal Brasileira, que os visitou três vezes e os orientou sobre como realizar a regularização individual e da terra. Migraram para áreas mais distantes até chegar ao local atual, pois “*Nós só podia produzir, mas a terra não nos pertencia*”.

No último trabalho de campo, setembro de 2013, estava havendo a demarcação das terras amplamente divulgada nos meios de comunicação local e presenciamos uma equipe, que de acordo com os comunitários era oriunda de Brasília e estava realizando a

demarcação das terras por família. Atualmente, muitos deles já possuem documentação brasileira devido ao tempo em que são residentes em Benjamin Constant e por possuírem vínculos familiares decorrentes de casamento com brasileiros e de já terem filhos nascidos no Brasil.

A presença atual desta comunidade agrícola é bem aceita por benjaminenses, inclusive os professores entrevistados falaram do respeito que cativam por estes trabalhadores. Como podemos notar a escola é municipal e os professores são pagos pela prefeitura de Benjamin Constant, que mantém parceria com a comunidade, eles produzem os insumos agrícolas, transportam via floresta a produção até a BR 307 e na estrada a prefeitura disponibiliza transporte até a cidade, onde os produtos são comercializados na feira municipal e destinados também para as escolas de Benjamin Constant. Na comunidade são produzidos uma diversidade de insumos agrícolas como banana, macaxeira, abacaxi, cupuaçu, manga, pupunha, hortaliças.



Figura 64: Cultivo de hortaliças no assentamento israelita em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Com relação ao cultivo das hortaliças existe a dimensão dos costumes na forma e no preparo da terra, bem como nas relações e divisão social do trabalho no seio familiar. A área do cultivo é um perímetro que somente as mulheres podem ter acesso, porém os homens tem a responsabilidade de coletar e transportar a “terra preta” da

floresta até a área destinada ao cultivo, entretanto, a estrutura o preparo, o semear, o regar, a colheita é de responsabilidade das mulheres da família.

Trabalham também com a criação de animais, bovinos, eqüinos, caprinos, suínos, aves, os quais são utilizados para corte e como meio de transporte para realizar a travessia das mercadorias até a estrada. De acordo com os professores existem aproximadamente 40 cabeças de gado. Observe a imagem:



Figura 65: Criação de animais no assentamento israelita em Benjamin Constant;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Como eles afirmam “*A tierra deve está siempre produzindo*”, no diálogo nota-se uma mistura de português e espanhol com sotaque indígena. O que se verifica realmente é o trabalho intenso, de forte conotação familiar e religiosa. Nesse âmbito existem as terras que são cultivadas de forma individual e existem as terras que são cultivadas para a comunidade, sendo que o resultado da produção e a sua distribuição no grupo também ocorrem nesse sentido. Ocorrem também reuniões regulares, a partir das 12:00 horas de sexta-feira cessam-se os trabalhos na terra e todos da comunidades (crianças, jovens e adultos) se reúnem no espaço físico da escola, no qual iniciam orações, cânticos, louvores, e confraternização de alimentos. Essa prática de cunho religioso se prolonga por todo o dia até o sábado, salientando que existe uma pessoa responsável pela vigília

contínua (o mensageiro) que profere cânticos constantes, sendo que os demais revezam nas orações, alimentação e descanso. Ressalta-se que a alimentação é sempre de origem natural, produzida por eles no local. Atualmente a relação dessa comunidade com os demais da região é de tolerância recíproca, os contatos, a acessibilidade de cidadãos gerou novas dinâmicas que poderão ser estudadas com mais clareza no futuro.

A partir da análise de situações como as expressas anteriormente é que cabe a afirmativa de Martins (2012): “... nesse conflito, **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade.**”. Como ele mesmo salienta “é isso que faz dela uma realidade singular”, na qual se verificam conflitos e tolerância com o outro, num espaço relativo que você também se insere como o outro simultaneamente, pois na faixa de fronteira estudada é frequente estar aqui e estar lá, ou estar lá e estar aqui.

As relações multiculturais e as multiterritorialidades inferidas por Haesbaert (2010) se dinamizam num espaço poroso, e nesse sentido podemos evidenciar os costumes alimentares e o idioma. Na cidade onde se realizou a presente pesquisa é comum crianças, jovens e adultos arriscarem um portunhol, o contato frequente com os peruanos (comerciantes, médicos, pedreiros, carpinteiros, borracheiros) permite e contribui para esse conhecimento, bem como na alimentação, de forma bem generalizada a população local tem como ingrediente principal em suas receitas a utilização da banana, que, aliás, não é “pacovão” como denominada na capital do estado é a “banana peruana”. Também há como costume o consumo no café da manhã do “*patacón*” ou patacão (expressão adaptada pelos moradores), rodela de bananas peruanas amassadas e fritas. No dicionário AMAZONÊS de Sérgio Freire, que seleciona expressões e termos usados no Amazonas, encontramos a palavra “*curite*” que significa “*Dindim. Usado na região do Alto Solimões*”, ou seja, sucos de fruta congelados em pequenas sacolas de plástico. O consumo e o preparo de *cerviche*, *lomo saltado*, *chicharron*, comidas típicas peruanas que envolvem os ingredientes peixes e carnes se tornaram comuns em Benjamin Constant. Também faz parte da prática dos benjaminenses, além do preparo e consumo destes alimentos, aproveitarem a influência musical dos “*vallenatos peruanos*”, ritmo dançante que está presente nos bares, boates e lares da cidade. Além, do consumo de bebidas como o *Pisco*, a cerveja *Cusqueña*, a *Pilsen*, assim como uma bebida recente (2013-2014) denominada de *Clima* (um composto de bebida alcoólica misturada com refrigerante, vendida na garrafa *pett* de refrigerante).

No contexto das práticas realizadas no cotidiano não é comum peruanos e brasileiros compartilharem de festas íntimas em Benjamin Constant. Aliás, é incomum encontrar peruanos em bares ou boates da referida cidade, o que nos parece é que isso configura um desperdício econômico, e nesse segmento eles são muito comprometidos com a rentabilidade e o êxito econômico. Todavia, em festividades relacionadas ao contexto nacional peruano, uma parcela significativa de peruanos residentes em Benjamin Constant (do segmento informal e subinformal), se dirigem à cidade vizinha, onde temos como principais atividades festivas a independência peruana e a municipalidade distrital de Islândia. Nesses momentos ocorrem programações esportivas que também envolvem atletas de Benjamin Constant, bem como desfiles a queima de fogos. Nesses momentos festivos o gerador funciona no período noturno de forma constante, pois é comum a presença de moradores das cidades brasileiras da fronteira como de Benjamin Constant, Tabatinga, Atalaia do Norte que vão prestigiar os eventos. Observe a imagem a seguir:



Figura 66: Festa da municipalidade distrital em Islândia (Peru);
Fonte: Autor, pesquisa de campo, julho de 2012.

As imagens se referem à festa da municipalidade distrital de Islândia, com a presença da população e autoridades locais numa área correspondente a um ginásio

esportivo a céu aberto (área que em períodos de enchente fica submerso). No desfile das moças que disputavam o mérito de “*garota yavari*” foi repetitiva no discurso das mesmas a preocupação com a criação de departamentos para recepcionar turistas, o que caracteriza a preocupação da população em geral de recepcionar o turista, como salientado anteriormente à referida cidade se prepara com projetos e construções de instituições para dinamizar a economia e aparentemente se tornar um polo regional.

Salienta-se no âmbito das práticas espaciais e no movimento contínuo do ir e vir à cidade de Islândia, a preocupação de muitos peruanos residentes em Benjamin Constant com a educação dos filhos em Islândia. Talvez seja para assegurar o vínculo com a terra natal, mesmo porque ainda há muita dificuldade documental em se aceitar descendentes peruanos nas escolas de Benjamin Constant. O certo é que diariamente uma embarcação faz a trajetória de Benjamin Constant levando aproximadamente 35 crianças para estudar em Islândia.



Figura 67: Transporte de estudantes peruanos de Benjamin Constant para estudar em Islândia;
Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Como se observa as crianças acompanhadas dos pais vão chegando até uma pequena embarcação, e saem aproximadamente às 7:00 horas de Benjamin Constant para chegar antes das 7:00 horas em Islândia. Ressalta-se que na época da pesquisa

setembro de 2013, Benjamin Constant obedecia ao fuso horário da capital do estado, o que conferia uma diferença e confusão não somente nesse caso, mas também em transações comerciais, em horários de embarcações e vôos. Esse é um exemplo de medidas políticas que desconhecem as realidades das diferentes Amazôniaas, principalmente as cidades de fronteira. Atualmente, após muitos debates e discussões os horários voltaram à normalidade e estão compatíveis entre as cidades.

Outra prática recorrente no âmbito dessa rede comercial e cultural, os apostadores que transitam entre essas cidades, se envolvendo em jogos de azar tanto em Tabatinga, Letícia, Islândia e Santa Rosa. Vale salientar o esquema que existe entre os apostadores benjaminenses que frequentemente fazem a trajetória entre Benjamin Constant e Caballo Cocha, principalmente aos finais de semana para a realização de aposta no âmbito das “rinhas”, ou seja, de brigas de galo que ocorrem em ambas as cidades.

Contudo, uma das atividades que mais apresenta integração na fronteira são os jogos esportivos, como por exemplo, os jogos denominados de “Três Fronteiras”, que ocorrem em Atalaia do Norte no mês de fevereiro anualmente, contando com a participação de atletas que representam os municípios que compõem o Alto Solimões, se estendendo como sugere o nome na participação de atletas representantes de Letícia (Colômbia) e Islândia (Peru). Nesse contexto, se percebe uma integração entre atletas de Benjamin Constant e Islândia, no qual em determinadas modalidades esportivas, pouco praticadas em Islândia, inserem-se atletas de Benjamin Constant.



Figura 68: Confraternização esportiva de atletas da tríplice fronteira em Atalaia do Norte;
 Fonte: Imagem retirada de <http://www.otambaqui.com>, em fevereiro de 2014.

O que as diferentes práticas de comerciantes peruanos exercem na cidade de Benjamim Constant, demonstram que há uma imbricação do espaço e da sociedade e a produção e reprodução das diferentes práticas dão sentido a vida. Trata-se como acentua Ana Fani de Alessandri Carlos (2011) de avançar no entendimento de que as atividades de um modo geral não são apenas econômicas são também sociais e culturais e de que é “a atividade que produz a vida e com ela a realidade social realiza-se, necessariamente, num espaço-tempo apropriável para a ação” (CARLOS, 2011, p. 23).

Tal dimensão sintetiza o que se buscou mostrar com a tipologia do comércio peruano na cidade de Benjamim Constant em que de uma atividade meramente econômica se articulam dimensões bem mais amplas que vão moldando novas espacialidades para a cidade. Claro que esse processo tem a ver com a situação da cidade numa área de fronteira e com todas as dimensões espaço-tempo em que foram se produzindo o território.

Conclusão

As cidades amazônicas são lugares que pulsam culturas e modos de vida diferenciados. Apesar de uma cidade de fronteira carregar em seu bojo temporal histórico – e espacial – geográfico o estigma de uma região que obedece a interesses distantes, incorporado a agenda nacional como uma área de “segurança nacional” e como cidade de fronteira, estas cidades se transformam no tempo e no espaço e constroem especificidades sociais, econômicas e culturais.

A questão posta para a pesquisa pode ser desdobrada de forma mais ampla, é possível a partir de uma atividade econômica e mais do que isso quando essa atividade é desenvolvida por migrantes, explicar as espacialidades que ocorrem numa cidade da Amazônia? Pode ainda dá conta de explicar o papel que esta cidade exerce na rede urbana regional?

Talvez devêssemos inicialmente responder a questão norteadora da pesquisa, qual seja o significado do comércio peruano na cidade de Benjamim Constant e em seguida extrapolar o entendimento do seu significado para a cidade na Amazônia.

Verificou-se que no comércio existente em Benjamin Constant 63% dos estabelecimentos distribuídos nas principais vias da área central são de proprietários peruanos e já se ampliando para os demais bairros. Portanto trata-se de uma questão importante. Porém, o predomínio deste comércio não está somente no fato de trabalharem com mercadorias ditas “ilegais” sem pagamento de impostos fiscais para entrar no Brasil, mas também pela distância geográfica do polo industrial nacional, pelo perfil do trabalhador migrante, pela variedade de mercadorias, sortimento e aos preços acessíveis.

Estes aspectos acima citados são contributos pontuais que decorrem de fatores mais estruturais, como a ausência ou inadequação de políticas públicas que possibilitem o acesso por parte das populações de Benjamim Constant, como em outros lugares da Amazônia, a produtos nacionais a preços acessíveis, que é justificado pela distância geográfica dos principais centros produtores. Um bom exemplo disso é a gasolina importada de forma ilegal que é vendida em pequenos comércios em garrafas pet de 2 litros.

Cabe salientar também as políticas ambientais que se limitam a pensar a conservação dos recursos naturais sem levar em consideração os impactos que essa política ocasiona nas populações locais. De nenhuma forma cogita-se ser contra as medidas ambientais como oportunisticamente se colocam segmentos da sociedade local, para encobrir a falta de preparo para fazer frente às novas questões postas como desafios contemporâneos. Porém é necessário reconhecer que não são viabilizadas alternativas de desenvolvimento de políticas sustentáveis às populações locais.

É possível inferir pelas observações de campo e análises realizadas em Benjamin Constant, uma cidade amazônica contextualizada como periférica nacional, que se percebe a partir da dificuldade de acesso aos bens e serviços urbanos devido principalmente a distância geográfica do polo industrial de Manaus, em que as embarcações que efetuam o transporte de cargas e passageiros na região levam de cinco a oito dias para realizarem a travessia Manaus - Benjamin Constant, dependendo da sazonalidade do rio. Milton Santos (2004) sugere que “o isolamento de uma aglomeração e seu distanciamento do “centro” industrial também podem dar aos comerciantes, se estes são poucos ou numerosos, uma posição de monopólio, que lhes permite fixar preços”. Percebe-se que esta relação de distanciamento do centro industrial nacional, provoca efeitos marcantes na economia da cidade, na qual produtos sofrem uma elevação absurda dos preços. Nesse contexto, as mercadorias oferecidas pelos comerciantes peruanos tem esse fator de equilíbrio na economia local, seja em qual for o segmento, formal, informal e subinformal. Ou seja, os comerciantes peruanos com as alternativas de acesso a mercadorias de outros mercados que não os de Manaus, permitem preços mais acessíveis e variedade de produtos que atendem principalmente a população de baixo poder aquisitivo, ou seja, a maior parte da população de Benjamin Constant. Isso explica a aceitação, apesar de certas reticências porque eles são úteis a cidade.

O perfil do comerciante de origem peruana é de pessoas trabalhadoras, são os primeiros a abrirem e os últimos a fecharem os estabelecimentos comerciais. Quando chegam à cidade trabalham em qualquer serviço, principalmente no comércio, no qual iniciam como vendedores ambulantes de produtos importados, e em seguida abrem pequenos estabelecimentos e ascendem paulatinamente no ramo comercial.

Partindo da premissa das práticas espaciais, da seletividade do espaço urbano (CORRÊA, 1989) os estabelecimentos comerciais peruanos se situam principalmente na área central portuária, mas já se deslocam aos bairros mais densos demograficamente da cidade de Benjamin Constant, ou seja, possuem uma visão geográfica econômica apurada.

Outra característica de destaque está na origem dos produtos, pode-se afirmar que proporcionam mercadorias contextualizadas na tríplice fronteira, pois os comerciantes peruanos (tipologia informal e subinformal) utilizam produtos do Peru, Colômbia e Brasil, dependendo da facilidade na aquisição em preços e logística de transporte. Nesse sentido, salienta-se que os comerciantes de maior destaque nesse mercado trabalham com produtos oriundos de diversas partes do Brasil, como por exemplo, no ramo do vestuário, os comerciantes adquirem suas mercadorias de cidades como São Paulo, Fortaleza, e Goiânia.

Nesse contexto Benjamin Constant é uma cidade que deve ser vista em diferentes dimensões, não somente como área de segurança nacional, zona de litígio, ilegalidade, tráfico de drogas, como é divulgada nos meios de comunicação em massa, mas também uma cidade que se adapta às condições básicas de sobrevivência, às quais são supridas numa parcela significativamente pela contribuição do comércio peruano. A partir dessa vivência e convivência na fronteira se percebe o âmbito da tolerância ao outro, da alteridade de pensar e absorver modos costumes, que se multidimensionam na linguagem, na música, no vestuário, na culinária.

Neste sentido é possível a partir de uma atividade econômica, o comércio que encerra dimensões espaciais importante da relação da cidade com o seu entorno, visto que é abastecida por uma diversidade de produtos agrícolas oriundos das comunidades ribeirinhas e indígenas. Junte-se a isso uma gama de produtos oriundos de várias partes do mundo que chegam à cidade vindos por intermédio de Iquitos, da mesma forma que há no comércio de Islândia produtos brasileiros que tem como ponto de entrada a cidade de Benjamim Constant.

Esta mobilidade é característica de cidades fronteiriças, mas no caso específico, há que se considerarem as espacialidades pretéritas em que a territorialidade não coincidia com os limites que hoje se lhe impõe. Para as populações indígenas o

território não é dado pelo Estado-Nação, mas por outra dimensão. Isso é mais facilmente observado nos fluxos de produtos agrícolas e de origem animal.

Analisar uma cidade da fronteira exige reflexões para produzir conhecimentos que não tomem como ponto de partida somente as definições legais, visões fragmentadas, senso comum, mas também não os refutar, porque fazem parte do processo. Mas é preciso ir além e tentar reconhecer espaços e práticas, em que pulsam modos de vidas diferenciados, de um vivido esfacelado que se metamorfoseia no tempo e no espaço, no qual se encontram tanto as nuances da modernização como a monotonia do cotidiano de uma vida ribeirinha amazônica.

Referências bibliográficas

ARAGÓN, Luis E. (Organizador). *Migração internacional na pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ARAGÓN, Luis E. Migração internacional na pan-Amazônia: o que dizem os censos. In: Sidney, Antonio da Silva (organizador). *Migrações na pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec, 2012.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Tradução Silvia Mazza. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BLANCHETTE, Thaddeus G. “Is it a real marriage?”: Imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Tradução de Gisele Vieira Goldstein; colaboração de Joscilene Souza. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedade transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880 – 1932*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazonico de Investigaciones (IMANI), 2008.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 9. ed.. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Tradução de Edson Bini. São Paulo/Bauru: EDIPRO, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Ciro Mioranza. 3. ed. São Paulo: Escala, 2009.

FREIRE, Sérgio. *Amazonês - expressões e termos usados no Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2011.

FILHO, Vitor Ribeiro. A dinâmica da área central de Manaus. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

GEORGE, Pierre. *Geografia da população*. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

GEORGE, Pierre. *Os métodos da Geografia*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

GEMELLI, Vanderleia e SOUZA, Edson Belo Clemente de. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. In: SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estudos regionais: estrutura, agentes e processos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Bom Tempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LUZEIRO, Maria das Graças. *Dossiê sobre o perfil do Centro Universitário de Benjamin Constant*. Benjamin Constant, 1993. (Impresso).

MACHADO, Bruno Caldas. A presença dos agricultores israelitas do novo pacto universal na região peruana de Loreto. *Revista Geonorte*, edição Especial 3, V.7, N.1, p. 965-979, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAIA, José Moacir. *Firmeza e amor: de Remate de Males a Benjamin Constant*. No prelo, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, Octaviano Augusto Soriano de. *Topônimos Amazonenses*. Manaus: Governo do estado Amazonas, 1940.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Pequenas cidades em faixa de fronteira na Amazônia: o caso de Tabatinga e Benjamin Constant. In: Oliveira, José Aldemir de (Organizador).

Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Cidades e mobilidades de controle do espaço e do território na Amazônia Ocidental Brasileira. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MOTA, Jorge Aponte. Comércio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga. In: BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazonico de Investigaciones (IMANI), 2012.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1965.

NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Aldemir Pacelli (Orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazônia Continental: geopolítica e formação das fronteiras*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. As redes geográficas na fronteira da Amazônia. *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008.

NORONHA, Marconde C. de. *O espaço geográfico do Amazonas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

Oliveira, Márcia Maria de. *A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia*. Estud. av. vol.20 no.57. São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S010340142006000200014>.

PNAD, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=130060&idtema=16>. Acesso em: 12 de Abril 2013.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de ciudad del este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

RENNER; PATARRA. Migrações. In: SANTOS, Jair L.; LEVY, Maria Stella Ferreira; Szmrecsanyi, Tamás. *Dinâmica da população: teorias, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. A Amazônia na geopolítica brasileira e internacional. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Pe. Humberto (orgs). *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALGUEIRO, Tereza Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carlos; PACHECO, Susana Mara Miranda (orgs). *Cidade e comércio: A rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Alessandra Rufino. *Trajetórias migratórias e identidades relevadas: a presença de peruanos em Boa Vista-RR* Boa Vista, 2011. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Roraima, curso em Ciências Sociais.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira* (a expansão de Sant' Ana do Livramento). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant' Ana do Livramento, 1993.

SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs). *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. *ACTA Geográfica*, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

SILVA, Sidney Antonio da (org.). *Migrações na pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012.

SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org). *Estudos regionais: estruturas e processos*. Cascavel: EDUNIOSTE, 2012.

SOUZA, Lupuna. *Organização de mapas cartográficos*. Manaus, 2014

SPÓSITO, Eliseu Savério. *A vida nas cidades*. 5. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973.

TORRES, Rudson do Nascimento. *A imigração peruana: dinâmicas migratórias recentes em Benjamin Constant/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia. Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant, 2011.

TOSTI, Mário. *A igreja sobre o rio: A missão dos capuchinhos da úmbria no Amazonas*. Manaus: Gráfica Moderna, 2012.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. Tradução e notas Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Imagem da abertura dos jogos três fronteiras em Atalaia do Norte em 2014. Disponível em <http://www.otambaqui.com>. Acesso realizado no dia 14 de fevereiro de 2014, às 11:58 horas.

Apêndice

1 - Histórico

Conforme Menezes (2009) a cronologia de fatos na região da “tríplice fronteira” ocorreu na seguinte sequência:

1759 - São Paulo de Olivença é elevado à categoria de vila;

1766 - Criação da povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga, onde foi construído um forte para abrigar o destacamento militar do Javari;

1866 - Assentados os marcos de limites entre Brasil e Peru nas proximidades de Tabatinga;

1898 - Pela lei nº 191 foram criados o município e a vila de Remate de Males, atual Benjamin Constant, desmembrado de São Paulo de Olivença;

1901 - A lei nº 328 suprime o município de Benjamin Constant;

1904 - A lei nº 446 restaura o município de Benjamin Constant;

1931 - Pelo Ato nº 33, é novamente restaurado o município de Benjamin Constant;

1938 - Pelos Decretos-lei estaduais números 68 e 69, a comarca do Solimões passou a denominar-se comarca Fonte Boa, compreendendo os termos de Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, com as perspectivas sedes dos municípios elevadas à categoria de cidade;

1952 - A lei nº 226 cria a comarca de Benjamin Constant;

1968 - Pela Lei Federal nº 5.449, o município de Benjamin Constant passa integrar a Área de Segurança Nacional sob o comando de Fronteira do Solimões;

1983-85 - Instalação do município de Tabatinga, desmembrado de Benjamin Constant.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010):

Em 1890, surgiu o Remate de Males, que foi a primeira sede do município;

Em 29.01.1898, pela Lei Estadual nº 191, é criado o município de Benjamin Constant por desmembramento do território do município de São Paulo de Olivença;

Em 1901, por efeito da Lei nº 328, de 4 de Janeiro, foi suprimido o município de Benjamin Constant, cujo território foi anexado ao de São Paulo de Olivença;

Em 1904, deu-se a restauração do município de Benjamin Constant, pela Lei nº 446. Em 12 de outubro do mesmo ano, ocorreu a reinstalação do município de Benjamin Constant e a restauração do termo judiciário;

Pela Lei nº 759, de 05 de agosto de 1909, ocorre a transferência da sede municipal para o povoado de Santo Antônio. Essa transferência, todavia, não chegou a realizar-se;

Em 1920, nos quadros de apuração do recenseamento, figura o município de Benjamin Constant com cinco distritos a saber: o de Sede, e os de Campo Alegre, Calon, Curuçá e Sentinela;

Em 04.01.1928, pela Lei Estadual nº 1.375, a sede do município é transferida para o povoado de Esperança, elevado, então, à Categoria de Vila;

Em 28.02.1930 pelo Ato Estadual nº 45, é suprimido o município, que é restaurado em 14.09.1931 pelo Ato Estadual nº 33; 53

Em 1933, na divisão administrativa, aparece o município de Benjamin Constant com um só distrito, e a sede municipal mantém ainda o nome de Esperança;

Em 31.12.1934, por força do Ato Estadual nº 4.344, a denominação de Esperança foi mudada para Benjamin Constant;

Em 1938, passa a denominar-se Comarca de Fonte Boa a Comarca do Alto Solimões e no mesmo ano, pelo Decreto Estadual nº 68, Benjamin Constant é elevado à Categoria de Cidade. Também em 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 97 a indenização dos terrenos desapropriados em Esperança, para que nele fosse instalada a sede do município. Ainda em 1938, deu-se a criação do distrito de Remate de Males, por força do Decreto-Lei Estadual nº 176, de 1º de Dezembro;

Em 24.12.1952, pela Lei Estadual nº 226, é criada a comarca de Benjamin Constant;

Em 19.12.1955, pela Lei nº 96 o município de Remate dos Males passou a constituir o novo município de Atalaia do Norte;

Em 04.06.1968, pela Lei Federal nº 5.449, o município é enquadrado como "Área de Segurança Nacional".

Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, é desmembrado de seu território o distrito de Tabatinga, que passa constituir município autônomo. 54

ANEXO



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira

2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (maior 18 anos)

Título do projeto: Urbanização e Hábitos Alimentares: Transformações e permanências nas cidades do Amazonas.

Título do sub-projeto: Expansão do comércio de peruanos em Benjamin Constant- Amazonas.

Pesquisador responsável: Alex Sandro Nascimento de Souza

N. CEP: 0369.0.115.000-11

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Tatiana Schor

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Amazonas/Departamento de Geografia.

Telefone para contato: 92 3305-4667 / (92) 92 33 4718

Local de coleta: Benjamin Constant, Amazonas.

Prezado(a) senhor(a): _____

Você está sendo convidado(a) a responder as perguntas deste formulário de forma totalmente VOLUNTÁRIA;

Antes de concordar em participar dessa pesquisa e responder este formulário é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas nesse documento;

Os pesquisadores deverão responder todas as dúvidas antes que você se decida a participar;

Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito;

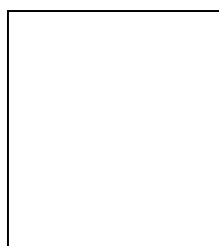
Objetivo do estudo: Analisar o comércio de peruanos em Benjamin Constant visando identificar as redes de abastecimento e sua importância para a dinâmica econômica da cidade.

Procedimentos: Sua participação nessa pesquisa consistirá em responder as questões propostas.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, com o intuito de subsidiar análises locais relacionadas ao abastecimento urbano e processos migratórios.

Riscos: O preenchimento desse formulário não representará qualquer risco de ordem física, legal ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados dessa pesquisa forem divulgados em qualquer forma.



Assinatura do entrevistado

Local:

Data: / /

3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA – COMÉRCIO PERUANO EM BENJAMIN CONSTANT

2. IDENTIFICAÇÃO

1.1. N. QUESTIONÁRIO: BC201305 _____

(DIA/HORA/MINUTO/INICIAIS)

1.1.2. LOCALIZAÇÃO:

1.1.3 NOME ESTABELECIMENTO: _____

1.1.4 TEM CNPJ? () NÃO () SIM N: _____

1.1.5 NOME FANTASIA: _____

1.1.6 ENDEREÇO: _____

1.1.7 PONTO GPS: _____ () FOTO FAIXADA

1.2 NOME DO PROPRIETÁRIO: _____

1.2.1 LOCAL DE NASCIMENTO: _____

1.2.2 O CÔNJUGE É PERUANO(A): () SIM () NÃO, ORIGEM: _____

1.2.3 NÚMERO DE FILHOS: _____
() PERUANOS () BRASILEIROS DE BC () BRASILEIROS _____

1.3 TIPO DE ESTABELECIMENTO:

() ROUPAS () PEÇAS MOTOCICLETAS () HOTEL/POUSADA ()
) ESTIVAS

() SUPERMERCADO () PRODUTOS ELETRÔNICOS IMPORTADOS ()
PRODUTOS AGRÍCOLAS () OUTROS _____

1.4 TEMPO DE ATUAÇÃO NO RAMO:

() 0-5 ANOS () 6-10 ANOS () 11-15 ANOS () MAIS DE 16 ANOS

1.5 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS MEMBROS DA FAMÍLIA: _____

1.6 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS:

1.6.1. NO PERÍODO NORMAL: _____

1.6.2. NO PERÍODO DO NATAL: _____ () BRASILEIRO () PERU

1.6.3 QUANTOS DESTES FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS SÃO PERUANOS? ()

1.6.4 OUTRAS ORIGENS _____

2. TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E COMERCIAL

2.1 POR ONDE PASSOU COMO COMERCIANTE ANTES DE SE INSTALAR EM BENJAMIN CONSTANT?

LOCAL (CIDADE/PAÍS)	RAMO DE ATIVIDADE	TEMPO

2.2. TRAJETÓRIA COMERCIAL EM BENJAMIN CONSTANT

LOCAL NA CIDADE	RAMO DE ATIVIDADE	TEMPO

2.2.1. IMÓVEL PRÓPRIO? () SIM () NÃO

() ALUGADO DE BRASILEIRO () ALUGADO DE PERUANO () FAMÍLIA

() OUTRO: _____

MOTIVO DA LOCALIZAÇÃO DA LOJA ATUAL:

--

--

3. REDES DE COMÉRCIO

3.1 QUAIS OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE VENDA NO ESTABELECIMENTO?

PRODUTO	ORIGEM (CIDADE/PAÍS)	FORMA DE OBTENÇÃO	FORMA DE TRANSPORTE

4. FILIAIS

- TEM LOJAS EM OUTRAS CIDADES BRASILEIRAS? ()
NÃO () SIM _____
- TEM LOJAS NO PERU? () NÃO () SIM _____

- OUTROS LUGARES _____

- TEM PARENTES COM LOJAS NO BRASIL? () NÃO ()
SIM _____
- TEM PARENTES COM LOJAS NO PERU? () NÃO () SIM

- TEM PARENTES COM LOJA EM BC? () NÃO () SIM:

PARENTESCO	LOCAL	RAMO

5. MOTIVOS PARA SE ESTABELECEER COMERCIALMENTE EM BC:

PARENTES CASAMENTO REDE DE AMIZADES
OPORTUNIDADE DE EMPREGO OPORTUNIDADE DE ESTUDO
FECHAMENTO DE SERRARIAS

OUTROS:

6. **SITUAÇÃO LEGAL / TEM VISTO?**

NÃO, RAZÃO:

SIM: TEMPORÁRIO PERMANENTE

TEMPO QUE ATUOU COMO COMERCIANTE NO BRASIL SEM VISTO: (
)ANOS

RAZÃO DA DEMORA

7. TEVE PROBLEMAS DE ADAPTAÇÃO EM BC? NÃO SIM